



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Inês Figueiredo Saraiva

PRESERVAR AS PAISAGENS DA SERRA DA ESTRELA
UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientada pela Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra.

Julho de 2019

Departamento de Arquitetura

PRESERVAR AS PAISAGENS DA SERRA DA ESTRELA uma estratégia de desenvolvimento territorial

Inês Figueiredo Saraiva

Dissertação no âmbito do seminário Cidade e Reabilitação Urbana: entre o planeamento institucional e as ações de cidadania do Mestrado Integrado em Arquitetura, orientada pela Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

julho de 2019



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



“A aprendizagem é a procura, a descoberta é uma
consequência (a revelação infável)”
(Almeida, 2015)

Aos valores da família,
em especial aos meus pais e à minha irmã.

Aos valores da amizade,
em especial aos verdadeiros amigos.

A todos os professores e funcionários do dARQ,
em especial à professora Margarida Relvão e ao Nuno Nina.

Um Obrigada!

Resumo

Situado na Beira Interior, o Parque Natural da Serra da Estrela é a maior área protegida no contexto nacional e a mais humanizada. Estende-se por 101 hectares de singularidade geográfica, natural e cultural. A presente dissertação é motivada pela consciência de que a Serra da Estrela é um território que apesar da riqueza de recursos e da autenticidade se encontra subaproveitado, portanto, tem como objetivo refletir sobre o estado das suas características (naturais e humanas)

O estudo da Serra da Estrela desencadeou um conjunto de preocupações sobre o papel das políticas e ferramentas de planeamento e gestão territorial e pretende apontar soluções para reverter a sua condição atual.

Com efeito, a partir de um leitura informada em relação aos paradigmas atuais e ao contexto, propor uma estratégia de desenvolvimento suportada pelos valores naturais, culturais e endógenos. Esta estratégia tem como objetivo a valorização da identidade da Serra da Estrela. A sua operacionalização concretiza-se através da criação de um modelo de intervenção, este, dependente de uma entidade gestora que assegure a sua aplicação e desenvolvimento.

Seguindo o modelo de intervenção e de acordo com os objetivos estratégicos definidos, é proposto um conjunto de medidas para a potencialização, valorização e desenvolvimento dos aglomerados existentes e da relação destes com o meio natural envolvente.

PALAVRAS-CHAVE

Parque Natural; paisagem, património; Aldeia; qualidade de vida; cidadania; instrumentos de planeamento;

Abstract

Located in Beira Interior, the Natural Park of Serra da Estrela is the biggest protected area in national context and it is the most humanized. It extends over 101 hectares of geographic, natural and cultural singularity. The present dissertation has motivated by awareness that Serra da Estrela is a authentic territory. Despite this, it is underused. Therefore, its objective is to reflect on the state of its characteristics (natural and human).

In fact, this Serra da Estrela study has raised several concerns about the role of planning and territorial management policies and tools in order to find a solution to reverse the current state.

Thusly, this study intends to form an informed reading about the current paradigms and the actual context, to propose a strategy of development supported by the natural, cultural and endogenous values. This strategy's objective is to appreciate Serra da Estrela's identity. Its operationalization materializes itself through the creation of an intervention model, which is dependent of a management entity that ensures its application and development.

Following the intervention model and in accordance with the defined strategic objectives, a set of measures is proposed to the potentialization, valorisation and development of existing clusters and their relationship with the surrounding natural environment of the Serra da Estrela Natural Park.

KEY WORDS

Natural Park; landscape, patrimony; village; quality of life; citizenship; planning instruments;

Lista de Abreviaturas

PNSE	Parque Natural da Serra da Estrela
POPNSE	Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela
ONU	Organização das Nações Unidas
RTP	Rádio Televisão Portuguesa
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
PORC	Programa Operacional Regional do Centro
PAX	Programa das Aldeias do Xisto
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
AIBT	Ações Integradas de Base Territorial
CCDRC	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
ADXTUR	Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto
PROVERE	Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos
BTT	Bicicleta Todo o Terreno
POP	Plano de Ordenamento Preliminar
CEE	Comunidade Económica Europeia
ICN	Instituto da Conservação da Natureza
PROESTRELA	Programa de Desenvolvimento Integrado da Serra da Estrela
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
CEP	Convenção Europeia da Paisagem

DGT	Direção-Geral do Território
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo e do Território
PNPOT	Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
Km²	quilómetros quadrado
hab/ Km²	habitantes por quilómetro quadrado
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
PDM	Plano Diretor Municipal
ARU	Área de Reabilitação Urbano
PEDU	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
IFRRU	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana
IP	Itinerário Principal
IC	Itinerário Complementar
EN	Estrada Nacional
ADIRAM	Associação para o Desenvolvimento Integrado da Rede Aldeias de Montanha
ESTRELACOOP	Cooperativa de Produtos de Queijo da Serra da Estrela
ADRESTRELA	Agência de Desenvolvimento Territorial da Serra da Estrela (proposta)
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças)

Sumário

Resumo.....	5
Abstract	7
Lista de Abreviaturas.....	9
Sumário	13
Introdução.....	17
PARTE 1	29
I. O Homem e o território.....	29
Do território à paisagem	31
Património, natural e cultural	35
Bases para um desenvolvimento sustentável.....	41
Portugal, preservação <i>versus</i> desenvolvimento.....	45
O exemplo Aldeias do Xisto.....	53
síntese	61
II. A conquista do território da Serra da Estrela	63
Da <i>luz</i> do saber à luz da Serra da Estrela.....	65
A estância da Serra da Estrela	73
Criação e evolução do Parque Natural.....	83
Novo século, revisão do plano do Parque Natural.....	99
PARTE 2	107
III. A Paisagem da Serra hoje, diversidade e identidade	107
Expressões Naturais	109
Impressões Culturais	119
ordenamento do território - sistemas administrativo e urbano.....	121
marcas no território – edifícios, espaços públicos e redes	137
atividades culturais – tradições e costumes	147
Síntese	149

IV.	Dar valor ao Parque Natural.....	157
	A Estratégia.....	157
	Proposta de intervenção estratégica	167
	Rede Hidrográfica.....	167
	Zêzere um diálogo dinâmico.....	169
	Troço 1 – em torno da nascente	171
	Troço 2 – de casa até à água	181
	Mondego um refúgio.....	189
	Troço 1 – em torno da nascente	191
	Troço 2- ao abrigo da Natureza.....	195
	Troço 3 – pela narrativa do rio	199
	Alva um diálogo didático	203
	Troço 1 – da nascente à produção	205
	Troço 2 - a partir da água	215
	Troço 3 – o xisto e a água.....	223
	Síntese	227
	Considerações Finais	229
	Bibliografia	241
	Fontes das Imagens.....	259

Introdução

A Serra da Estrela apesar de ser um território peculiar no contexto nacional encontra-se abandonado, descaracterizado, pouco atrativo e subaproveitado. Estas características são consequência da falta de uma estratégia de coesão territorial à escala local e nacional. Este cenário tem agudizado as desigualdades territoriais espontando a gentrificação, o abandono dos aglomerados do interior do país, e consequentemente, a degradação, a descaracterização e a perda de legados. Desde 1976, com a criação do Parque Natural da Serra da Estrela enquanto ferramenta administrativa e gestora, se têm vindo a definir alguns objetivos que pretendem contrariar essas tendências e alertar para a importância da proteção e salvaguarda do património natural, arquitetónico e cultural existente na área classificada. Ainda assim, verifica-se que existem dificuldades que inviabilizam a gestão e a aplicação de uma política geográfica e urbana estruturante que resulte na coesão territorial.

Portanto, a presente dissertação tem como objetivo compreender se, alinhada com as diretrizes internacionais, é possível potencializar o desenvolvimento da Serra da Estrela, a partir de uma estratégia de desenvolvimento, assente no património e nos recursos endógenos, contrariando o cenário anteriormente descrito,

Assim, a zona de estudo corresponde à área administrativa do Parque Natural da Serra da Estrela considerada no Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela de 2008 (ainda em vigor). Engloba aglomerados de seis concelhos: Celorico da Beira, Gouveia, Seia, Covilhã, Manteigas e Guarda. Engloba ainda zonas consideradas de singularidade natural como a Reserva Biogenética Europeia do Planalto Central, a Important Bird Area e as zonas húmidas de importância internacional. Ou seja, é uma zona de estudo onde o contexto reforça a necessidade de um trabalho de equilíbrio e compatibilidade entre os valores humanos e os valores naturais.

Com efeito, este estudo parte da análise do vasto território do Parque Natural da Serra da Estrela, do seu contexto e ainda dos instrumentos de planeamento existentes

para a área. Através dessa análise identificaram-se as características existentes, o seu estado, e ainda, as potencialidades, dificuldades do planeamento e as condicionantes gerais da área protegida. A finalidade é obter dados para uma visão holística da Serra da Estrela enquanto território identitário.

Posto isto, pretendeu-se definir uma estratégia de desenvolvimento a partir da definição de um novo modelo de intervenção. Assim, e de acordo com o modelo e os seus objetivos são propostas um conjunto de ações para os núcleos e a criação de uma entidade capaz de superintender, planear e gerir o desenvolvimento da realidade. Medidas essas que através da valorização dos recursos endógenos e culturais, e através da potencialização das características da Serra da Estrela pretendem criar melhores condições para os habitantes e visitantes. Desiguais entre si e marcados pela geomorfologia, os vários núcleos apresentam potencialidades de desenvolvimento distintas que requerem diferentes abordagens de intervenção. As intervenções numa leitura holística pretendem contribuir para atenuar os efeitos da desertificação, do abandono e da perda de identidade dos aglomerados e das comunidades. Com efeito pretendeu-se através da estratégia valorizar o património rural, ambiental, cultural e natural, preservar as atividades, costumes, usos e tradições, e divulgar e promover a identidade diversificada da Serra da Estrela.

O processo de elaboração desta dissertação iniciou-se com uma recolha bibliográfica para compreender algumas abordagens e alguns paradigmas atuais, uma vez que, a arquitetura lida com as questões políticas e sociais do território, da paisagem (natural e cultural), do património (material e imaterial) e das ferramentas de gestão e desenvolvimento territoriais. Com a intenção de sustentar uma análise e proposta informadas surgem um conjunto de obras que construíram o ponto de partida. Desde logo o Relatório Brundtland: Nosso Futuro Comum (Gro Harlem Brundtland, 1987) que esclarece o propósito e a noção de sustentabilidade suportada em três pilares iniciais: social, económico e ambiental. No entanto a estes foi adicionado recentemente o quarto pilar: a cultura.

A esta mudança está intrínseca a importância da preservação e valorização dos costumes e tradições das comunidades, enquanto ferramentas de desenvolvimento

sustentável. Depois, a *New Urban Agenda* proposta pela ONU em 2016, através da qual, se alerta sobre a importância dos sistemas, espaços físicos e principalmente, sobre a necessidade do planeamento para alcançar a igualdade e um desenvolvimento urbano e territorial integrados. Por fim, a base da New Urban Agenda, que surge no ano seguinte, e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, um documento onde estão estabelecidas diretrizes e prioridades para uma evolução sustentável do mundo. Nestas, encontram-se no objetivo 11, metas para tornar as cidades e comunidades, inclusivas e sustentáveis, e onde mais uma vez é defendida, a importância de planejar e ordenar o território.

Posto isto, revelou-se necessário construir através de outras fontes bibliográficas uma postura, perante os elementos que as referências anteriores indicam como instrumentos de transformação atuais: as comunidades, a paisagem, o território, a cultura, os recursos endógenos, o património e o desenvolvimento sustentável. Em relação à paisagem as obras de Gonçalo Ribeiro Telles (1994) abordam-na enquanto elemento global, reflexo da cultura e identidade de uma comunidade. Assim como a obra de Caldeira Cabral (1985), este autor refere-se à paisagem enquanto elemento humanista e integrador no desenvolvimento e ordenamento do território. Em relação aos paradigmas sobre a definição de património foram importantes as diferentes visões que se confrontam. Por um lado, a Convenção Mundial da UNESCO (1972) que aborda o património enquanto valor reconhecido mundialmente intrínseco ao bem em si, por outro, a visão de Anne Gotman que introduz uma reflexão que sugere que o património não é algo neutro e imutável. E por fim, a visão de Walter Rossa (2015), Randall Mason e Marta De la Torre (2002) que colocam o património dependente do valor que as comunidades lhe atribuem, ou seja, algo para lá do bem em si mesmo e que deve ser politizado para a dinamização e desenvolvimento. Nesse âmbito estão relacionadas também as obras *Urban Heritage, Development and Sustainability* (2015) onde os autores estudam o impacto das questões do património na gestão e desenvolvimento urbano, concluindo que é necessário adotar uma abordagem ética, inclusiva e holística no planeamento do território, onde o património pode ser uma base para o desenvolvimento. E ainda, a obra *World Heritage and Sustainable Development* (2018)

onde estão algumas reflexões sobre as implicações sociais, económicas e ambientais, que são fruto da relação entre a política de desenvolvimento sustentável e o património. Outras fontes foram abordadas com a intenção de esclarecer o que é a cultura e de que forma é que devemos abordá-la para um desenvolvimento sustentável. Por exemplo, *Reconnecting the City* (2015) um estudo sobre a paisagem urbana enquanto herança cultural, o *Global Report On Culture For Sustainable Urban Development* (UNESCO, 2016) no qual se evidencia a valorização da cultura como estratégia para cidades inclusivas, criativas e sustentáveis confirmando a sua importância para a sociedade enquanto método e ferramenta. Também a obra de Sophia Labadi (2008), se revelou importante uma vez que a autora defende dois tipos de regeneração urbana através da cultura: a cultura como modelo, e a cultura como consumo, alertando para os perigos do último. E por fim, o artigo *A cidade, as artes e a cultura* (2006), onde os autores defendem que as cidades são lugares de cultura, produção e criação, palcos e cenários de consumo e representações estéticas.

Para além da abrangente recolha bibliográfica inicial, consideram-se outras obras direcionadas para áreas de montanha e áreas protegidas. Dessas obras destaco o artigo de Gonçalo Fernandes (2013), onde o autor contextualiza as situações atuais de fragilidade dos territórios de montanha, que levam a lugares inóspitos e isolados, e para os quais, indica a necessidade da sua integração nos elementos de ordenamento e a criação de ferramentas de atuação. Também do mesmo autor, o artigo *Coesão Territorial e Desenvolvimento em Espaços de Montanha* onde são referidos como desafios, a geografia do território e a ausência de políticas e estratégias nacionais. O autor considera necessário a criação de orientações que salvaguardem a multifuncionalidade e o património, permitindo a diversidade de atividades e a valorização da identidade destas áreas. As obras anteriores referem-se a territórios de montanha abrangidos por áreas protegidos e onde a relação entre a conservação e desenvolvimento nem sempre se sugeria positiva. Na área de estudo da presente dissertação essa relação entre o Homem e a Natureza, pretende-se compatível, portanto a obra *Áreas Protegidas em Portugal: Que papel?* (2000) revelou-se pertinente para o entendimento de que preservar é também desenvolver.

Por fim, salientam-se também algumas dissertações de mestrado que contribuíram como exemplos do tipo de abordagem pretendida. A dissertação *Planear a Paisagem Natural do Vale do Tua* (Cláudia Pires, 2015) onde a autora propõe uma estratégia semelhante ao que se pretende nesta dissertação, também ela num contexto de Parque Natural. E ainda, a dissertação *Entre Mar e Ria: A Cultura do Mar na definição de uma nova estratégia de desenvolvimento para a Gafanha da Nazaré* (Sónia Vilarinho, 2017) onde em semelhança à anterior, a autora desenvolve uma proposta de regeneração urbana integrada, suportada pela identidade e pelo património.

A par desta recolha bibliográfica foi feita uma outra com o propósito de construir uma narrativa histórica sobre o território em estudo. A evolução cronológica da história da Serra da Estrela foi sustentada por outras obras que relatam episódios importantes para o entendimento do estado da Serra da Estrela e o seu papel nacional e internacional ao longo do tempo. Dessas, destaco o artigo *A expedição científica à Serra da Estrela em 1881* (Diário de Notícias, 2012), a obra de Vítor Fernandes (1995) sobre a construção da Rede de Aproveitamento Hidroelétrico da Serra da Estrela, o artigo *Turismo em Portugal* e as reportagens da RTP que ilustram o estado da Serra da Estrela em alguns momentos do passado. Também foram importantes a recolha das monografias dos concelhos, destaco a *Monografia de Seia* (1945) que foi uma ferramenta importante para o levantamento das atividades, tradições e costumes dos aglomerados de todos os concelhos. Depois a recolha de fotografias e postais que acrescentam um valor visual à narrativa e, através das quais, se podem concluir factos. Por fim, as publicações em Diário da República que permitiram um cruzamento das intenções estatais com os acontecimentos.

Efetivamente, sendo a zona de estudo uma área protegida, foi igualmente necessária a análise dos instrumentos de ordenamento dos seis concelhos e também do Parque Natural da Serra da Estrela. De todos, destaco o Decreto-Lei n.º 557/76 através do qual se criou o Parque Natural da Serra da Estrela e onde estão definidos os objetivos, estes, cientes da necessidade de conservar o legado natural e potencializar o desenvolvimento das comunidades inseridas nessa área. Destaco ainda, *o Relatório da Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela* em 2009 que

é a última publicação da entidade, onde está apresentada uma caracterização composta pelos valores naturais e socioeconómicos da Serra da Estrela. Este documento antecipa a elaboração de um Programa de Execução que está a ser elaborado.

Posteriormente, e de forma a perceber que iniciativas é que têm sido conduzidas para tentar contrariar a política nacional de território desequilibrada e o despovoamento do interior, procuraram-se exemplos de iniciativas e políticas de desenvolvimento dos territórios rurais e interiores. Selecionou-se o caso de estudo, Aldeias de Xisto, uma vez que pela escala e contexto permitem fazer um paralelismo com o objeto em estudo da presente dissertação. Além de que, o arco temporal posterior às intervenções das Aldeias de Xisto possibilitam agora, analisar criticamente o processo, os resultados e entender o que falhou e o que resultou.

O processo de pesquisa sobre a zona em estudo seguiu para o levantamento *in loco*. Para isso foram realizadas visitas de campo, levantamentos e mapeamentos dos produtos, tradições e construções relacionadas. Para a realização dessas tarefas foi importante o contato com a arquiteta Maria da Paz do Parque Natural da Serra da Estrela, a engenheira Célia Gonçalves das Aldeias de Montanha, e ainda, o contacto com habitantes e visitantes nos locais. Assim, foram reunidos dados para a concretização do diagnóstico que levanta um conjunto de fragilidades e pontos fortes.

A transposição do processo de trabalho para a dissertação revela-se na sua estrutura dividida em duas partes. A primeira apresenta, no início, a reflexão teórica de uma postura em relação às abordagens e aos paradigmas atuais, e depois, a reflexão de uma narrativa histórica sobre a área de estudo. A segunda parte é composta, em primeiro, pelo levantamento e diagnóstico das características, e depois, pela estratégia e pelas propostas que concluem o trabalho de pesquisa antecedente e pretendem solucionar as questões levantadas ao longo da dissertação.

Num momento em que se colocam desafios à sustentabilidade da Serra da Estrela, o estudo e a análise desse território revelam-se oportunos para a construção de uma perspetiva holística e enquadrada nos paradigmas atuais.



1. O peregrino sobre o mar
de névoa, 1818

I. O Homem e o território

“Todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando referido a uma determinada problemática, a uma questão.”

(Haesbaert, 2004, p. 87)

As paisagens da Serra da Estrela, são o resultado da interação do Homem com a Natureza. São a possibilidade confirmada entre a coabitação do meio natural e o Ser Humano. Este, criou condições de sobrevivência e fixou-se, formando comunidades que se apropriaram e trabalharam o território, transformando-o. Portanto a arquitetura, enquanto disciplina multidisciplinar e interventiva, deve abordar questões políticas e sociais e questionar-se em relação ao território, à paisagem (natural e cultural), ao património (material e imaterial) e às ferramentas de gestão e desenvolvimento territorial.

Do território à paisagem

*A paisagem tem de ser entendida como um todo,
para além de ser um espaço físico, biológico e estético
é também reflexo de um território testemunho de um passado.*
(Cabral, 1985)

Território e paisagem são conceitos abrangentes, mas distintos. No entanto partem da mesma base: o lugar. Por isso, muitas vezes os significados de território e paisagem se confundem.

Porém, considera-se que o território é a base onde o Homem estabelece as suas relações de poder com o meio. (Rossa, 2015) Essa consciência de que o território é moldado e administrado, - consequência de ações sociais, políticas e económicas da adaptação do meio ao Homem -, remete para uma ideia de poder, e por isso, o mesmo espaço pode revelar tempos diferentes e ainda, distintas civilizações. Daí Claudius-Petit defender que "O ordenamento do território é na realidade o ordenamento da nossa sociedade" (Frade, 1999, p.35). Posto isto, a delimitação, a gestão e as políticas do território tornam-se relevantes no que diz respeito à sua teorização, mas acima de tudo, à sua aplicação, isto porque, existe uma grande influência entre a administração do território e o seu desenvolvimento. (Pinheiro, 2014) O território deve, portanto, ser abordado na sua multidisciplinaridade porque as suas transformações podem estar vinculadas a dimensões políticas, económicas, culturais e também, naturais, sendo que estas, são tão mutáveis quanto a história e a intenção da esfera social a ele inerente. Essas transformações físicas formam também a paisagem, ou seja, mais do que uma imagem, a paisagem é resultado de um sistema de relações.

A definição sobre o termo paisagem,- que foi largamente discutida ao longo dos tempos e assumiu diferentes significados evoluindo para outros, como unidades de paisagem e geossistema-, está intrínseca à evolução da sociedade porque dela é refém.

O termo paisagem é o produto, “reflexo e a marca impressa dos homens na Natureza.”¹ (Passos, 2017, p.28) e ainda, “o reflexo físico e mental das interações entre sociedade, culturas e o seu ambiente natural, nelas surgindo os lugares, as aldeias, as cidades, as quintas, os hortos e pomares”² (Ferreira, 2014, p.12). Ou seja, a paisagem é um conjunto de manifestações que estão para lá dos fenómenos espaciais. Assim, como seres sensitivos somos capazes de apreender, através da experimentação do lugar, um conjunto de valores que formam a paisagem: estéticos, naturais, éticos, funcionais, sociais e culturais que estão para lá da visão. Portanto é notória a necessidade de investigar, explorar, observar, entender, preservar e construir de forma sustentável as paisagens onde intervimos.

A Convenção Europeia da Paisagem realizada em Florença no dia 20 de outubro de 2000 esclarece e confirma esta posição em relação à paisagem que é distinta de território. O termo é assumido como resultado da cultura, logo, representa uma componente fundamental que contribui para o bem-estar humano e para a qualidade de vida pois relaciona o património cultural com o património natural. Nesse sentido as paisagens podem ser ferramentas culturais pois são “um suporte indispensável ao desenvolvimento da cultura, da memória e da continuidade histórica de um povo” (Telles, 1994, p.32). Para Gonçalo Ribeiro Telles, “um país onde a paisagem morrer é um país onde a cultura desaparece” (Miguel, 2014, p.1), isto porque “Cada paisagem é assim um contentor cultural, um reservatório histórico e um espaço de leitura do mundo” (Carapinha, 2010-2011, p.21). Portanto, cabe também à arquitetura, consciência, arte e engenho, para moldar a cultura de modo a construir e a evoluir, acompanhando a sociedade e o mundo, porque a paisagem é um meio inovador, apto para organizar a sociedade. (Corner, 1999)

O território está subjugado ao poder que o Ser Humano exerce sobre ele, e a sua apropriação pelo Homem confere-lhe uma condição cultural, resultando na paisagem.

¹ O autor citou: Bertrand, C. & Bertrand, G. (2009). Uma geografia transversal – e de travessias. O meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Massoni, pp.360 (Tradução: Messias Modesto dos Passos).

² A autora cita: Alexandre Cancela d’Abreu in Património do tejo

Património, natural e cultural

O património não é uma palavra neutra. As práticas que ele reúne formam uma questão social, política e ideológica que não são sem repercussões nas relações com o objecto. É, portanto, indispensável um trabalho de actualização e elucidação do património tendo em conta o destino sociológico de um conceito que foi até agora essencialmente objecto de anulação.

(Gotman, 1990, p.109)

Estabelecer a rede anterior de conceitos que, em suma, se traduz na paisagem como resultado da relação entre o Homem e o meio, permite alcançar um campo polissémico, o do património. Património é um legado, uma herança, intencional ou não, um valor criado pela sociedade. Ou seja, “o valor será sempre a razão por de trás da conservação do património” (Avrami, Mason & De la Torre, 2000, p.3), porque remete para a memória e a identidade de uma comunidade. Assim, património é uma herança que deve ser salvaguardada para gerações futuras tornando-se ferramenta de enriquecimento e coesão. (Gotman, 1990) Atualmente, podemos assumir que o património “é uma arma poderosa e fundamental para anular o antropocentrismo” (Rossa, 2019)³, no entanto, tudo é património e não há nada que seja património. Enquanto arquitetos é necessário adotar um posicionamento político perante este conceito para que exista uma coerência quando trabalhamos com ele, pois, como ironicamente referiu Ricardo Rodrigues no âmbito do Encontro de Investigação Salvaguarda em Desenvolvimento⁴, devemos “politizar o património porque se não, somos um pouco como carneiros num jogo de tendências” (Rodrigues, 2019). Hoje, o léxico de património está distribuído em diversas categorias, mas para esta narrativa interessa abordar o património cultural e o património natural.

³ referencia no âmbito do Encontro de Investigação Salvaguarda em Desenvolvimento. Foi um evento realizado no dia 7 de junho de 2019 no Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra no âmbito do Mestrado de Reabilitação Urbana Integrada. A discussão centrou-se sobre os usos e valores do património, seja em contextos nacionais e internacionais, numa perspetiva da sua integração nas políticas de desenvolvimento. Contou com a presença dos moderadores Raimundo Silva, Margarida Calmeiro, Teresa Ferreira e Adelino Gonçalves e com diversas apresentações, das quais destaco, Walter Rossa, Ana Tarrafa, Ricardo Rodrigues, e Maria Barreiros.

⁴ explicação na nota de rodapé anterior

A integração da Cultura nos objetivos da UNESCO (2030 Agenda for Sustainable Development and the New Urban Agenda) foi um avanço social, pois, implicou que se assumisse uma mudança de paradigma mundial que a colocou como quarto pilar da sustentabilidade. Hoje promove-se a cultura enquanto chave para uma estratégia inclusiva, criativa e sustentável, e por isso, as comunidades têm de ganhar uma consciência social para preservar e valorizar a cultura (património cultural), a par do que se tem incentivado em relação aos recursos naturais e à preservação do meio ambiente (património natural). (Bandarin, 2015)

Por sua vez, tanto o legado natural como cultural têm vindo a sofrer crescentes ameaças de destruição. Já em 1972 através da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural⁵, se defendia que “a obrigação de assegurar a identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural (...) constitui obrigação primordial” (UNESCO, 1972, artigo 4º). Na convenção, o património natural pressupõe todo o legado (morfológico e, ou geológico) acumulado ao longo dos anos na Natureza, onde a atividade humana ainda não se fez sentir. (Castro, 2004) No que diz respeito a esta classificação, a biodiversidade⁶ assume bastante importância. Os recursos naturais e a biodiversidade são o principal pilar da sobrevivência humana, portanto, a sua proteção deve ser um dos seus principais objetivos. (SCBD, 2000). Essa consciência foi evoluindo desde os tempos da pré-história, em que a Natureza era incompreendida e por isso representava perigos físicos e espirituais para as sociedades, passando pelo desafio de a dominar incontrolavelmente, até que o Ser Humano começa a compreender que em vez de dominar a Natureza deve aprender a conviver com ela. Essa tomada de consciência impulsionou os primeiros movimentos ambientalistas de proteção da Natureza, exemplos disso são a definição das Áreas Protegidas, e posteriormente, os Parques Naturais⁷ e a Rede Natura 2000. (Raposeiro, 2015)

⁵ Documento resultado da 17ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972

⁶ O termo foi definido pela Convenção da Diversidade Biológica (1992) como “a variedade entre os organismos vivos de todas as origens, incluindo, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte; compreende a diversidade dentro de cada espécie, entre as espécies e dos ecossistemas”.

⁷ Refere-se aos Naturpark- primeiros parques a surgirem na Europa, por alemães, durante os anos 20

A criação dos Parques Naturais parte do entendimento, que para além da conservação da Natureza, a manutenção das paisagens deve passar pela preservação dos recursos e áreas naturais, em equilíbrio com a cultura do Homem. Defende-se desta forma o valor natural, estético e cultural das áreas protegidas. Mais recentemente, a definição da Rede Natura 2000- uma rede ecológica- acrescentou valor, e consequentemente restrições de uso em prol da proteção da biodiversidade, da conservação dos *habitats* da fauna e da flora selvagem na Europa. Isso reorientou a estratégia dos Parques Naturais para a salvaguarda e desenvolvimento do meio natural, mais do que para a salvaguarda e desenvolvimento do legado social e cultural. Esta mudança de paradigma foi suscitada por um momento temporal rico em descobertas científicas em relação à fauna e à flora, mas também, pela consciência mundial de que os recursos naturais são findáveis. Portanto, foi necessário reforçar práticas e medidas de conservação da Natureza para protegê-la da ação do Homem. Mas atualmente, pelo contrário, devemos assumir que a conservação da Natureza depende do Homem e do seu desenvolvimento sustentável, uma vez que, se tem revelado possível e necessária a relação benéfica entre o Homem e a Natureza.

Bases para um desenvolvimento sustentável

O termo de desenvolvimento sustentável – a forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas - foi consagrado em 1987 com o lançamento do relatório da ONU com o nome da primeira-ministra da Noruega, Brundtland. Por outro lado, surge uma nova abordagem, o desenvolvimento endógeno sustentável que “é definida como sendo um desenvolvimento de baixo para cima, partindo das potencialidades locais e não de cima para baixo, partindo do planeamento e intervenção do estado nacional” (Amaral, 1995, p.4).

Endógeno, por oposição ao que é exógeno, diz respeito ao que é de origem interna, produzido por fatores internos a um objeto, fenómeno ou processo. Portanto, recursos endógenos são os meios de um determinado sítio. O entendimento do que são os recursos endógenos e o património, pressupõe a sua promoção e integração nas políticas e na gestão do desenvolvimento sustentável. Essa abordagem permite-nos usar o património como um recurso endógeno fundamental para o desenvolvimento sustentável. Para isso, é necessária uma estratégia que para além da preservação, dinamize e estimule a empatia que a sociedade estabeleceu pelo objeto num determinado momento. Entender o património – seja natural ou cultural- como recurso, é assumir que este, pode ser um impulsionador e regenerador do crescimento económico, da mesma forma que intuitivamente se faz com os recursos endógenos. Isto porque, quando não se usa o património, ele torna-se um entrave para o desenvolvimento. É por isso, necessário instrumentalizar e politizar o património, porque o uso conserva. Apesar disso, é imperativo uma opção sustentável em prol do desenvolvimento a ele associado. (Labadi & Logan, 2015)

Posteriormente entrou em vigor a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (ONU-UNESCO), no ano 2015, constituída por 17 objetivos e 169 metas que podem ser

alcançadas através de iniciativas de diferentes escalas, da mundial à local, e apoiadas por organizações governamentais ou não governamentais. No fundo trata-se de uma nova visão que incentiva o desenvolvimento social, económico, ambiental, e cultural sustentável, mas também, a paz e a igualdade entre as nações. Claro que só faz sentido um desenvolvimento coerente de todos os objetivos, mas destaco o objetivo 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis. Este, ambiciona cidades inclusivas, agradáveis e sustentáveis. Em suma, os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável traduzem a consciência de que não só os comportamentos das comunidades têm de mudar, como também, as políticas mundiais devem ser reorientadas para essas metas.

Assim, os paradigmas atuais confrontam-nos com uma necessidade de abordar a paisagem, de forma criativa e inovadora, que envolvem várias áreas do saber e da proximidade com as populações. O desafio agora, é cruzá-los e recriá-los em prol da criação de qualidade de vida dos locais e dos visitantes, contrariando a tendência do desabitado e degradado, ou seja, o desafio é a conservação integrada em todas as áreas. É também, imprescindível um contato direto com as populações locais, e um investimento na formação para um entendimento mútuo entre atores e recetores sobre o que se entende e se reconhece por património. Portanto as políticas e a gestão do território desempenham assim um papel preponderante, e têm de assentar numa base rigorosa, mas flexível à multidisciplinaridade e diversidade, e acima de tudo, sólida no que diz respeito aos seus objetivos e formas de atuação, e ainda, clara na relação com estes conceitos.

Em suma, a salvaguarda, a valorização e o dinamismo dos recursos endógenos, naturais e patrimoniais do território contribuem para o desenvolvimento económico e cultural, uma vez que, podem ser considerados bases para um desenvolvimento sustentável: os produtos endógenos, o património natural e cultural, as paisagens e as comunidades.

Portugal, preservação *versus* desenvolvimento

A edição de 2017 do *Retrato Territorial de Portugal* realizada pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) sintetiza um conjunto de informações sobre o país em três áreas: qualificação territorial, qualidade de vida, coesão e ainda, crescimento e competitividade. Sucintamente, o relatório confirma as assimetrias territoriais da evolução da população, que desde a segunda metade do século XX vêm a intensificar a litoralização, a bipolarização e o despovoamento do interior. Portugal é assim, um país de contrastes: uma área costeira cada vez mais atrativa *versus* um interior pouco promovido. Acrescentando a isso, Portugal assiste a um envelhecimento da população, sendo que, as assimetrias se mantêm neste quadro, em que o envelhecimento é mais acentuado em zonas predominantemente rurais e que, efetivamente são, as mais frágeis. Assim, registam-se em Portugal saldos naturais e migratórios negativos, perdas de população em termos efetivos e a persistência da tendência de decréscimo da população.

Estas desigualdades territoriais e, conseqüentemente sociais, geradas pelo interesse capital e sucessivas opções erradas do Governo, carecem de uma estratégia de coesão que contrarie a desertificação e degradação da qualidade de vida, não apenas nas zonas do interior, mas em todos os municípios que não fazem parte das duas grandes áreas metropolitanas: Porto e Lisboa. Portugal carece então, de uma estratégia que envolva todas as formas de poder, que seja integrada, alargada, indissociável da valorização económica, social e cultural. E ainda, de uma estratégia de desenvolvimento que deve ter em conta o desenvolvimento sustentável e o equilíbrio entre atividades humanas e ambientais.

A política do abandono do interior, tem múltiplas causas, das quais se salientam: a ausência de uma estratégia de desenvolvimento assente numa visão una do país; a falta de planeamento do território; a escassez do investimento público; o fecho de serviços públicos; a falta de uma rede de transportes eficiente e inclusiva; e o défice das telecomunicações. Tudo isto faz surgir a precaridade da qualidade de vida no interior do

país, levando ao aumento da desertificação e à conseqüente degradação. Assim, a baixa densidade populacional dos territórios, tem vindo a provocar outras dificuldades na exploração e proteção do território.

Se o desafio da conservação *versus* desenvolvimento se impõe de forma complexa pelas políticas nacionais nas zonas rurais e não litorais, como anteriormente explicado, a sua dificuldade acresce quando a isso se acrescenta a delimitação de uma área protegida e, ou um território montanhoso. Interessa perceber quais são as dinâmicas do desenvolvimento das políticas nacionais neste campo, uma vez que a Serra da Estrela para além de um território rural do interior centro de Portugal, está classificado como Parque Natural e é um território montanhoso (o mais alto de Portugal Continental).

Nas últimas décadas, com a pressão para a conservação dos recursos naturais, começaram a delimitar-se mais áreas protegidas, que se tornam fundamentais para o ordenamento do território, não apenas para a conservação, mas efetivamente para o desenvolvimento territorial. Apesar da variação a nível mundial, os objetivos das áreas protegidas passam pela promoção de estudos científicos, proteção da flora e da fauna, formação de campos de experimentação e exploração, preservação das paisagens com valores históricos e culturais, criação de áreas de recreio e lazer, ações de educação ambiental e fomentação do desenvolvimento de áreas rurais. Ou seja, importa salientar que os objetivos passam pela conservação dos valores naturais e culturais, mas igualmente, pelo desenvolvimento sustentável para a criação de condições de vida, tanto dos residentes como dos visitantes. (Silva, 2000, p.43) Contudo, em Portugal as áreas protegidas revelam ausência de planeamento e ordenamento. Acrescentando a carência de meios técnicos, financeiros e humanos. Isto coloca em causa a utilidade destas entidades, muitas vezes impossibilitando, em prol da conservação, o desenvolvimento de uma região. É pertinente um investimento na investigação destas áreas para solucionar os problemas que as afetam, e ainda, equilibrar a estratégia de conservação *versus* desenvolvimento que está na génese destes instrumentos. "Assim, sendo, torna-se imprescindível conhecer não só o meio natural, como também o meio humano, o económico, o social e o cultural" (Silva, 2000, p.43) associado à área protegida.

Os territórios montanhosos têm sido marginalizados pelas políticas e estratégias nacionais “pelo seu tratamento nos instrumentos de ordenamento se limitar à sua consideração nos planos das áreas protegidas, quando alvos dessa classificação, ou nas delimitações dos regimes especiais” (Fernandes, 2013, p.431). Por serem territórios com algumas especificidades torna-se imperativo dar respostas às exigências da sua qualificação. “Em Portugal é difícil identificar instrumentos ou políticas próprias para o ordenamento e gestão das áreas de montanha, no sentido de compensar as suas desvantagens estruturais e de promover os seus recursos e funções.” (Fernandes, 2013, p.433) Portanto, é necessário criar um novo modelo territorial coeso que valorize a multifuncionalidade, o património, a igualdade social, a diversidade e o conforto das populações e visitantes, isto porque, ao mesmo tempo, os territórios montanhosos são “alvo de crescente interesse e atração, em especial para atividades de recreio e lazer, com incidência direta na economia local, constituindo argumentos para uma reorientação funcional das suas comunidades” (Fernandes, 2013, p.432), no entanto são reféns das dificuldades impostas pelas características físicas da montanha.

Atualmente, os territórios montanhosos a par dos restantes territórios não litorais, são territórios deprimidos e despovoados marcados por fragilidades sociais e culturais preocupantes. As entidades administrativas têm grandes dificuldades em gerir eficientemente estas áreas pela ausência de uma estratégia nacional. O potencial subaproveitado destas zonas, conduz a uma degradação dos recursos naturais, patrimoniais, sociais e culturais pondo em causa uma futura reconversão (Fernandes, 2013). Existe, portanto, uma depressão mútua entre a conservação e o desenvolvimento. A base de uma política de preservação não se opõe à do crescimento e desenvolvimento, pelo contrário, preservação implica transformação, mas, ambas dependem de uma gestão eficaz com meios e ferramentas de atuação. A preservação em prol do desenvolvimento está enquadrada nos paradigmas atuais da sociedade, pois, através do uso racional dos recursos e do aumento da produção se dá resposta às necessidades das comunidades. (Telles, 1994)

Nesse sentido, e num esforço de oposição ao retrato pouco otimista das estratégias territoriais do país, têm surgido alguns projetos que reconhecem as fragilidades de algumas regiões debilitadas, mas acima de tudo, que valorizam as potencialidades locais. Desde logo a iniciativa estatal das áreas protegidas, mas que, como referido anteriormente ficam condicionadas à falta de meios. Depois, os projetos associativos que vão surgindo com diferentes interesses, desde culturais, a artísticos e ou patrimoniais. Entre a preservação e o desenvolvimento, estas iniciativas concretizam medidas que estimulam condições de vida e valorização dos lugares. Estes projetos, uns com mais sucesso do que outros e com escalas variadas, visam contribuir para equilibrar as assimetrias territoriais do país e focam as suas intenções para regiões rurais, debilitadas e em risco de abandono. Desses projetos saliento Aldeias do Xisto, Aldeias Vinhateiras⁸, Aldeias de Portugal⁹, Aldeias Históricas de Portugal¹⁰ e Aldeias de Montanha¹¹. Na impossibilidade de estudar todos os projetos com o mesmo grau de profundidade, optei para estudar, o caso das Aldeias do Xisto, uma vez que pela escala e contexto me permitem fazer um paralelismo com o objeto de estudo da presente dissertação. Além de que, o arco temporal posterior às intervenções iniciais das Aldeias do Xisto possibilita agora, analisar criticamente o seu processo e entender o que falhou e o que resultou.

⁸ A Aldeias Vinhateiras do Douro (Winevillages) é uma marca criada em 2011, pela Associação de Desenvolvimento da Rede de Aldeias Vinhateiras do Douro. A rede é constituída por 6 aldeias e tem como missão a organização, desenvolvimento e promoção do património material e imaterial. (winevillages.pt)

⁹ A Aldeias de Portugal é uma marca criada em 2005 pela Associação do Turismo da Aldeia em parceria com a Associação de Desenvolvimento Local. É responsável pela recuperação, dinamização e promoção de 83 aldeias do país. (aldeiasportugal.pt) (<https://www.adritem.pt>)

¹⁰ A Aldeias Históricas de Portugal é a marca criada em 2007, pela Associação de Desenvolvimento Turístico. O projeto abrange 12 aldeias de 10 municípios diferentes e visa o desenvolvimento e promoção turístico, cultural e económica de cada aldeia inserida numa estratégia em rede. (aldeiashistoricasdeportugal.com)

¹¹ A Aldeias de Montanha é uma marca criada em 2012 pela Associação para o Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha. A rede é constituída por 21 aldeias de 9 concelhos: Seia, Oliveira do Hospital, Manteigas, Guarda, Celorico da Beira, Gouveia, Covilhã, Fundão e Fornos de Algodres. (aldeiasdemontanha.pt)



2. atividade desenvolvida na aldeia

3. pastor na Serra da Lousã

4. Festa da Paz em Benfeita

5. segunda edição do Achigã
Challenge

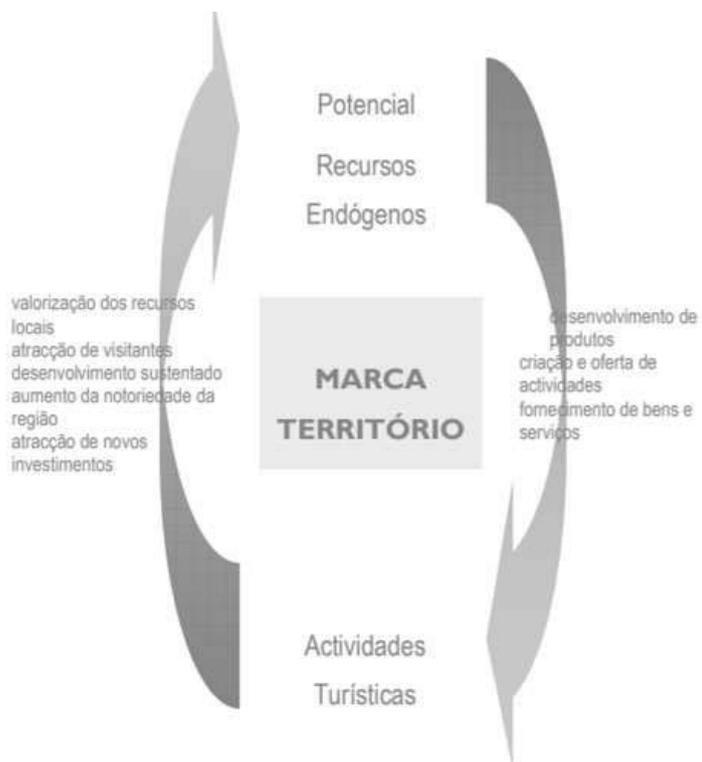
O exemplo Aldeias do Xisto

A Rede das Aldeias do Xisto resulta de uma iniciativa que se desenvolveu no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, através do Programa Operacional Regional do Centro (PORC). Nesse programa estão apresentados o diagnóstico económico-social, os objetivos, os eixos prioritários e as respetivas medidas para o período inicial, do ano 2000 ao ano 2006.

Nesse âmbito surge o Programa das Aldeias do Xisto (PAX) integrado no II eixo do PORC (componente do FEDER) e as Ações Integradas de Base Territorial (AIBT) com cinco diretrizes de intervenção: o reforço e requalificação da capacidade de alojamento turístico, o apoio à animação turística, infraestruturas e equipamentos de promoção das potencialidades, promoção turística do território e acessibilidades locais e transversais. Assim, a implementação da AIBT reflete-se em dois eixos prioritários: o turismo cultural e ecológico e o património cultural e natural. (Carvalho, 2009). O PAX foi implementado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro (CCDRC). No entanto é importante salientar que foram tomadas outras ações como a reabilitação social e ações de formação junto das populações para dotar as comunidades de competências básicas que assegurassem as outras medidas. O PAX desenvolveu-se em quatro vertentes: social, patrimonial, turística, e ainda, comunicação e *marketing*.

A vertente social diz respeito a medidas que sensibilizem os residentes, qualifiquem a vida nos locais, atraiam pessoas, elevem a autoestima e potenciem pequenas economias locais. A vertente patrimonial propõe a aldeia como conjunto patrimonial, a consciencialização do enquadramento das ações no meio natural e a reabilitação das infraestruturas. A vertente turística objetiva fomentar o surgimento de unidades de alojamento, criação de elementos informativos, rede de atrações, centros interpretativos e ecomuseus. Por fim, a vertente de comunicação e *marketing* pretende afirmar a marca de identidade e estimular a oferta de serviços turísticos.

Por outro lado, a implementação dos Planos de Aldeia (medida do PAX) também

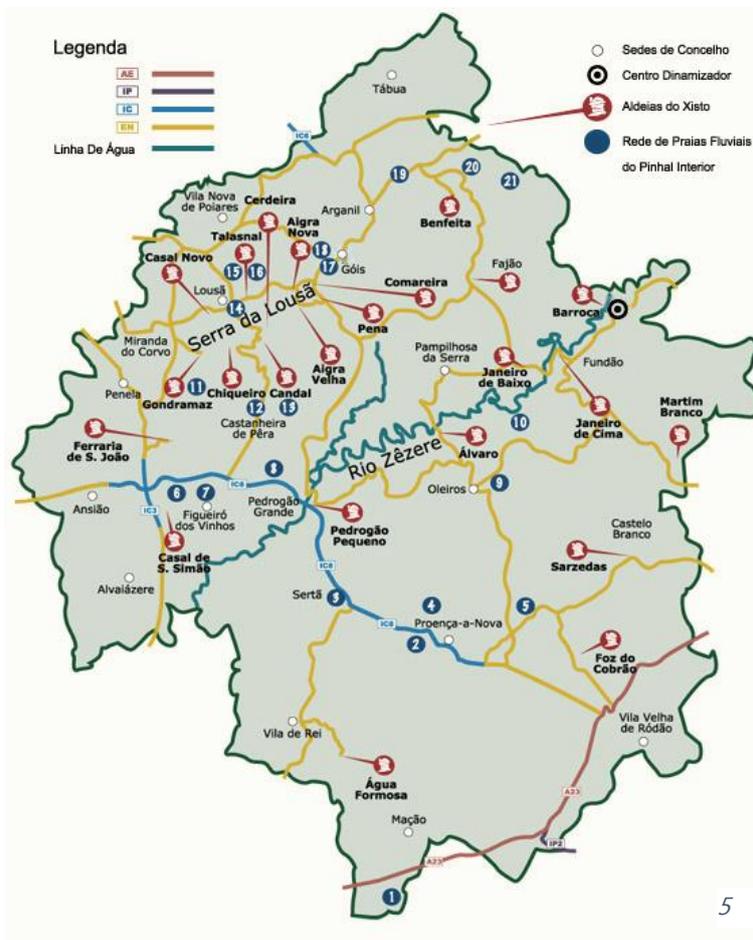


contribui para criar e assegurar um conjunto de condições que permitiram posteriormente lançar bases de um produto turístico. Ainda na vigência do AIBT decorreram duas iniciativas: o Sistema de Incentivos Específicos para o Pinhal Interior que apoiou a instalação de iniciativas de investimento empresarial e ainda, o Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica e o Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais que possibilitaram a ampliação a uma escala municipal.

Assim, através do Plano Global de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto, “preparado e promovido pela Pinus Verde (Associação de Desenvolvimento, com sede no Fundão)” (Carvalho, 2009, p.187)-, definiram-se várias ações dentro dos seguintes eixos de intervenção prioritários: imagem e *marketing*, comunicação e informação, novas funcionalidades económicas em rede, animação, construção de uma rede de lugares a partir dos sítios intervencionados no quadro do PAX e ainda, a gestão e promoção das Aldeias do Xisto e dos produtos associados. Para a concretização destes eixos, mas principalmente do último mencionado, revelou-se fundamental criar a Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR), que complementou e seguiu o processo depois de 2006, para concretizar e assegurar o nível de exigência de um mercado de “qualidade de serviço, oferta cultural, da informação, disponível e prestada, entre outros” (Carvalho, 2009, pp.187).

A ADXTUR é uma agência privada, mas o diretor é um representante governamental. A sua orgânica divide-se entre o Presidente (Presidente da PINUS Verde), a assembleia geral (constituída por representantes do Município Lousã, da Trans Serrano e da Associação de Refúgios de Pedra), a direção (constituída por representantes dos cinco municípios associados, do Montes d’aventura e da Pinus Verde) e ainda o concelho fiscal (constituída por representantes de Município de Arganil, do Mélia Palace Hotel e da Associação de Estudos do Alto Tejo). O financiamento funciona através de cotas mensais (associados com poder público) e cotas anuais (associados com poder privado). (Carvalho, 2017)

É importante salientar que, o que hoje reconhecemos como marca territorial de



7. Rede das Praias Fluviais das Aldeias do Xisto

turismo das Aldeias do Xisto e o seu sucesso, teve na sua base um conjunto de intervenções de requalificação urbana das aldeias e formações junto das comunidades. Sem esse esforço de dotar estes aglomerados e as comunidades com condições em prol qualidades de vida e de oferta não existiria um suporte que assegurasse o seu sucesso e desenvolvimento.

Depois desta fase inicial, de grande importância, a ADXTUR como agente institucional, possibilitou a gestão e a continuidade do projeto no pós III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006). E “No decurso de três períodos de programação e execução de políticas públicas (2000-2006; 2007-2013; 2014-2020), as Aldeias do Xisto passaram de um projeto visionário para um produto turístico de referência, com múltiplas atividades e experiências alicerçadas em elementos diferenciadores” (Carvalho, 2017, p.178). A Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR) em parceria com 21 municípios da Região Centro e cerca de 100 operadores privados colocaram em prática este projeto de desenvolvimento sustentável. Com uma gestão partilhada e cooperativa, a criação da marca pretendeu através da promoção territorial e da riqueza de oferta turística, preservar a cultura e o património contra a desertificação. Com a estratégia criaram-se algumas medidas, das quais: a marca territorial, uma revista de divulgação, colocaram placas informativas nas aldeias e na rede, dotaram de sinalética os eixos viários, uma rede de lojas de regime *franchising* para divulgar o selo e os produtos das Aldeias do Xisto, um Plano de Animação das Aldeias do Xisto e ainda, algumas redes suportadas pelas potencialidades do território. Portanto o modelo de gestão da ADXTUR correspondia aos eixos anteriormente referidos e dividiam-se em: *marketing* e comunicação; certificação de formação e qualidade; ordenamento do território e regulamentos urbanos; praias fluviais; ambiente, caça e pesca; e projetos de desenvolvimento e cooperação estratégica.

Dessa estratégia e gestão surgiram: a Rede das Aldeias do Xisto, a Rede de Praias Fluviais e a Rede de Caminhos do Xisto. Também criação da plataforma digital que possibilita a programação distanciada nas demais ofertas e ainda a abertura de lojas em diferentes pontos do país (a primeira em Lisboa, depois em Góis, na Lousã, Fundão, Sertã,



8. plataforma online das aldeias de xisto

9. loja de produtos tradicionais

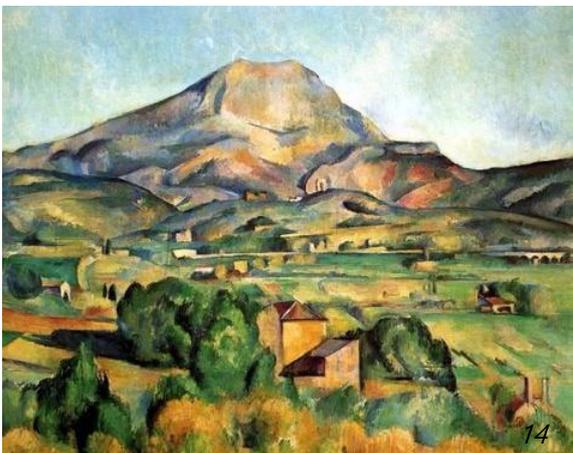
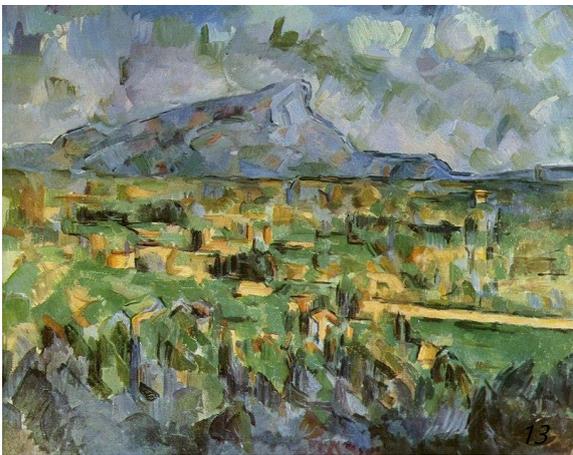
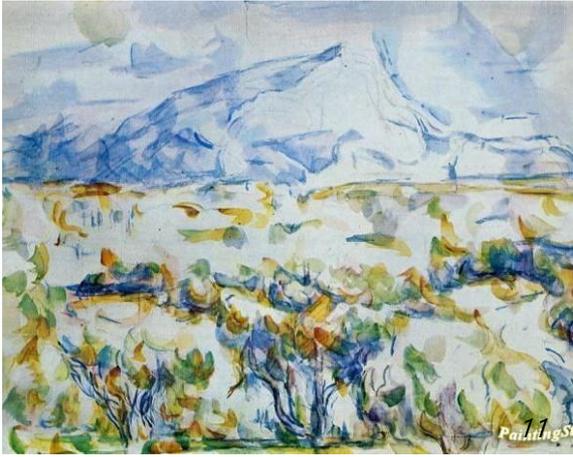
10. aplicação

Castelo Branco e Pampilhosa da Serra). Por outro lado, a Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR) tem apresentado algumas candidaturas para aceder a programas políticos nacionais que a podem auxiliar na execução de algumas ações, através de incentivos financeiros e fiscais, como por exemplo em 2009 para o Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE) que é um instrumento criado pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, no âmbito do Quadro Estratégico Nacional (2007-2013) e também para o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.

Atualmente, a ADXTUR, é constituída por 27 aldeias de 16 concelhos- entre Coimbra e Castelo Branco-, organizadas em quatro grupos independentes das divisões administrativas em prol da coesão territorial: Serra da Lousã (com 12 aldeias), Serra do Açor (com 5 aldeias), Zêzere (com 6 aldeias) e Tejo-Ocreza (com 4 aldeias). A ADXTUR desenvolve atividades que promovem e valorizam as paisagens naturais e culturais, bem como, publicita a marca e o produto turístico de forma inovadora e criativa. (Carvalho, 2017). Essas atividades passam pela oferta de alojamento, praias fluviais, percursos pedestres, trilhos, centros de BTT, lojas tradicionais e eventos. A sistemática calendarização de eventos confirma o envolvimento das entidades locais e a distribuição dinâmica no território. As atividades incluem resposta a vários interesses: culturais, artesanais, naturais, espirituais, gastronómicos, desportivos e pedagógicos, por isso, alcançam um público vasto e diversificado, nacional e internacional ao longo de todo o ano. Foi necessário ainda, associar a estas atividades equipamentos de apoio, como por exemplo, balneários, estacionamento, estação de serviço *self-service* para bicicletas, entre outros. Também, a associação deste projeto a outros, tem contribuído para quebrar fronteiras e divulgar o projeto, exemplos disso são o Eco-Arq- Aplicação da eco reabilitação na arquitetura tradicional do Sudoeste Europeu (apoiado no âmbito do Programa SUDOE - INTERREG IV B) e também, a Rede do Património do Xisto em parceria com o Museu de Røros, (uma cidade classificada como Património da Humanidade pela UNESCO, na Noruega), e ainda a participação em eventos nacionais e internacionais como a Bolsa de Turismo de Lisboa em 2006 e a Feira Internacional de Turismo em Berlim no ano de 2009.

Através do estudo, do processo e da averiguação dos resultados concluiu-se que as áreas rurais e de montanha carecem de uma estratégia de intervenção porque deixaram de ser valorizadas pelas suas capacidades produtivas. Os novos paradigmas europeus apontam o turismo como oportunidade de revitalizar esses territórios a partir dos seus recursos, nomeadamente, o património cultural e natural. (Carvalho, 2009) Assim o património identifica-se como elemento com potencial estratégico, mas, e apesar disso, é necessário um planeamento suportado nas políticas e nos instrumentos integrados, estes devem ter como base os recursos endógenos do território. A importância desta dimensão territorial, como se verificou nas Aldeias do Xisto, revela-se um eixo estruturante para o desenvolvimento sustentado que contribui para balancear os desequilíbrios associados a recursos finitos como é o do turismo. Por isso, a prioridade não foi o turismo, mas a capacitação, intervenção e requalificação dos núcleos e das comunidades locais. O planeamento ciente da relação qualidade/continuidade, revela-se assim, uma ferramenta indispensável para salvaguardar os recursos existentes e beneficiar os locais. Planejar demonstrou ser uma condição necessária para a evolução e o desenvolvimento em conformidade com os quatro pilares da sustentabilidade: económico, social, cultural e ambiental.

Verificou-se também que o risco, a vulnerabilidade, mas também, a diversidade e autenticidade das áreas de montanha, exigem uma maior articulação e cooperação entre entidades, políticas e instrumentos de desenvolvimento. Para responder a isso surgiu a Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR), capacitada de meios financeiros e de técnicos para a gestão através do planeamento. Os objetivos da estratégia da agência, eram sustentados pela conservação, compatibilidade com o contexto, valorização do local e dos produtos, divulgação, e acima de tudo, pela formação, pois através da interpretação e animação da Natureza e da cultura promoveram um pensamento crítico, mas comprometido. A criação desta entidade facilita a articulação e mobilização com outras entidades e fundos e ainda, o seu controlo multifuncional.



11. Mont Sainte-Victoire,
1901-06

12. Mont Sainte-Victoire,
1902

13. Mont Sainte-Victoire,
1902-06

14. Mont Sainte-Victoire,
1882

II. A conquista do território da Serra da Estrela

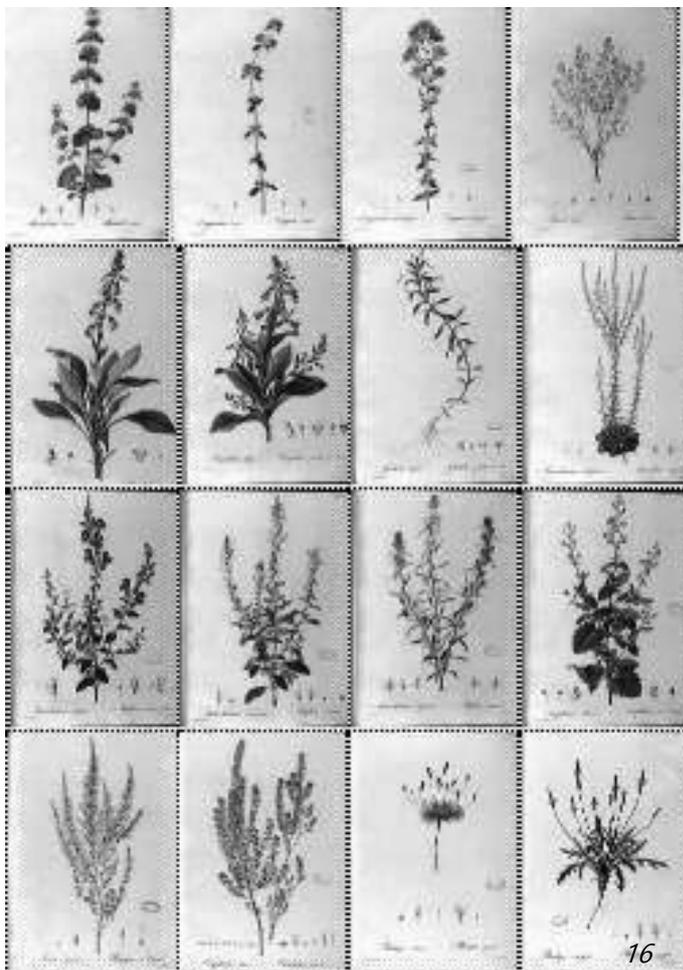
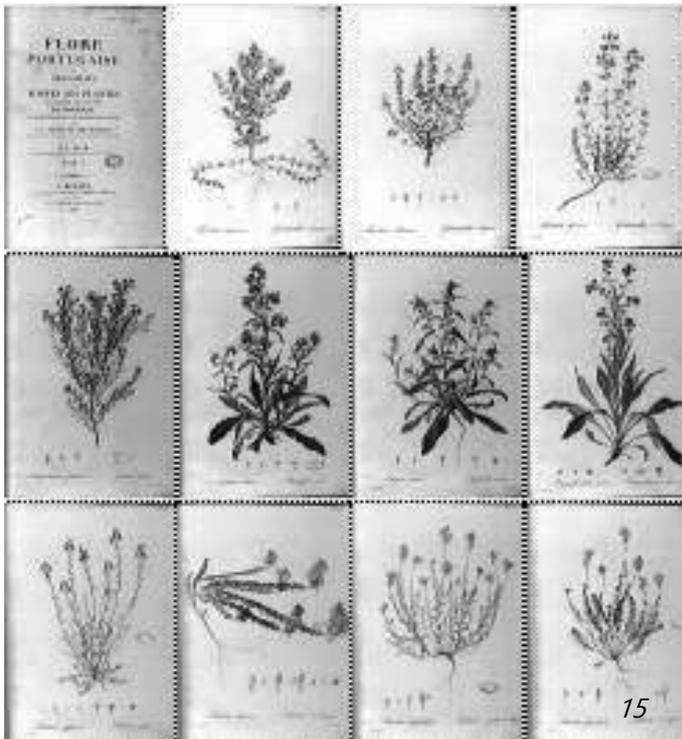
A Serra da Estrela é resultado do palimpsesto de intervenções que ao longo dos anos foram transformando a sua paisagem. Para o entendimento contextual do que é hoje este território, procurou-se construir uma narrativa histórica, que, forneça dados para uma análise crítica. Os dados foram organizados em quatro subcapítulos correspondentes a diferentes fases de transformação e evolução da Serra.

O primeiro subcapítulo inicia-se no século do iluminismo com a primeira expedição registada à Serra da Estrela e termina com a exploração e transformação das potencialidades do território da Serra para a produção de eletricidade.

O segundo, debate-se sobre as questões do turismo e do património como arma fundamental na política nacional desde o início do século XX até ao Estado Novo.

Depois, as perspetivas europeias e a influência disso na política portuguesa e consequentemente no seu território, desde os anos 70 ao início do novo século, com a criação do Parque Natural da Serra da Estrela e a delimitação de outras áreas classificadas pela Europa.

Por fim, o subcapítulo trata a fase de revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela como consequência das alterações científicas e políticas.



15. e 16. ilustrações de Hoffmannsegg e Link

Da *luz*¹² do saber à luz da Serra da Estrela

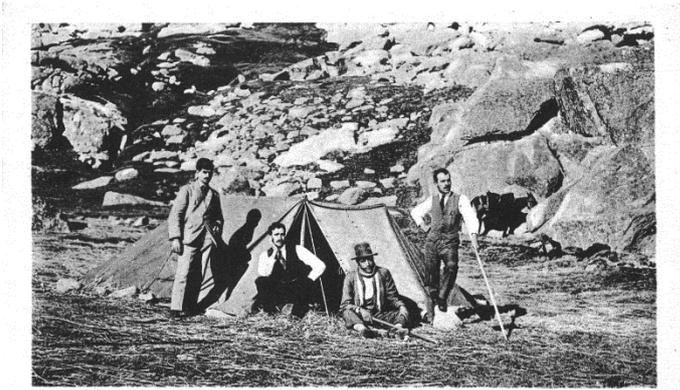
O iluminismo encadeou o mundo em busca de novos conhecimentos, desde a literatura à música e da botânica à astronomia. Portugal, dividido e espalhado pelos oceanos caminhou nessa direção, no entanto, segundo Ange Goudart¹³ “Enquanto uma nova luz se espalha sobre a terra, Portugal, sozinho, permanece nas trevas da mais profunda ignorância. O Norte [da Europa] (...) fez grandes progressos na Ciência. Os conhecimentos viram o dia em todo o lado...” (Oliveira, 2015, p.21). Nesse âmbito, os alemães botânicos, Hoffmannsegg e Link¹⁴, atravessaram o continente Europeu para realizarem uma expedição a Portugal com a intenção de “contribuir para o progresso da ciência, apresentando ao público a Flora de um dos mais belos países da Europa” (Oliveira, 2015, p.5). Da rica lista de locais que escolheram para estudar, entre 1798 a 1801, a Serra da Estrela aparece por eles assinalada. Com a visita, os botânicos concluíram que existia um “precoce povoamento e cultivo da região ao redor” (Oliveira, 2015, p.292). Assim descrito, a Natureza ocupava este território rural, pouco ou nada vivido ou interferido pelo Homem setecentista, pelo menos dos 700 metros de altitude para cima, apesar disso foram nomeadas nos relatórios das suas viagens, algumas aldeias e povoações situadas nas encostas das montanhas, através das quais, os botânicos traçaram a partida para a “subida da Serra da Estrela”, (Oliveira, 2015, p.289) a primeira vez por Seia e a segunda pela Covilhã passando depois por Manteigas.

Certamente o fascínio por esta região, que foi fortemente sugestionada por Link e Hoffmannsegg, contribuiu para que a Serra da Estrela fosse outras vezes percorrida por botânicos ao longo desse século, como Rivoli em 1873, historiadores, arqueólogos, geólogos, ou simplesmente, por aventureiros motivados para desvendar as singularidades desta região, que se manteve quase desconhecida até finais do século XIX, inclusivamente para a classe científica nacional.

¹² A luz é uma metáfora, que representa o uso da razão. Representa o movimento intelectual desenvolvido no século XVIII: o iluminismo.

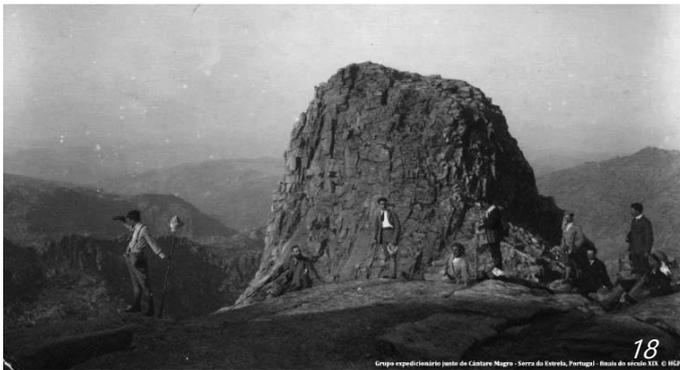
¹³ “Pierre Ange Goudar (1708-1791) foi um aventureiro, jornalista e literata francês, que esteve em Portugal de 1752 a 1754” (Oliveira. 2015. p.21).

¹⁴ Johann Centurius Graf von Hoffmannsegg (1766-149) e Johann Heinrich Friedrich Link (1765-1851) “botânicos que trabalharam em Portugal Continental até ao início do século XIX” (Oliveira. 2015. p.35).



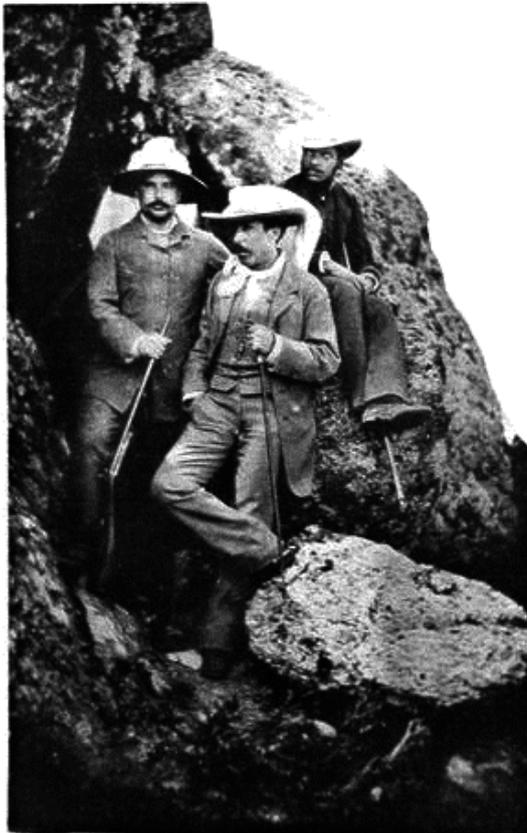
N.º 4 SERRA DA ESTRELLA - Excursionistas acampados no Covão do Boi PORTUGAL

17



Grupo expedicionário junto do Castelo Negro - Serra da Estrela, Portugal - Resulto do trabalho do IICP

18



SERRA DA ESTRELLA

CARLOS TAVARES, J. T. SOUZA MARTINS E EMYGDIO NAVARRO

19

17. Excursionistas acampadas, 1880

18. grupo expedicionário, finais do século XIX

19. Carlos, Souza Martins e Emygdio Navarro, 1884

Em 1880 regista-se a primeira intenção nacional para se organizar uma expedição à Serra da Estrela, com os objetivos de auxiliar o progresso das ciências médicas, “instalar sanatórios na Serra para tratar os tísicos portugueses” (Pinto, 2012) e explorar um território que se considerava inóspito até então. Rapidamente surgiu a oportunidade de através desta expedição projetar Portugal nos quadros europeus e, portanto, os objetivos foram trabalhados numa ambição paralela à exploração africana¹⁵ onde numa “região ainda desconhecida, selvagem e, em grande parte, desabitada, que encerrava em si mistérios e mitos” se “iriam defrontar as forças dos elementos naturais e não as feras de África” (Pinto, 2012), mas onde se ambicionava construir o primeiro Posto Meteorológico da Europa. (Pinto, 2012)

Em agosto de 1881 saíram de Lisboa 42 expedicionários, da Sociedade de Geographia de Lisboa, liderado por Hermenegildo Capelo, para aquela que se considera como, a maior e mais multidisciplinar concentração de cientistas em Portugal. Na Serra, de onde o horizonte parecia infinito, transformaram um barracão de madeira num laboratório para analisarem o território. (Pinto, 2012)

Além da importância imediata a nível científico, produto da expedição e da riqueza dos relatórios produzidos *in loco*, que tanto acrescentaram ao conhecimento em diferentes áreas do saber, a expedição fomentou o interesse por esta região. Surgiram a partir daí, as primeiras visitas à Serra enquanto destino de inspiração, como a visita de Emygdio Navarro que resultou no livro “Quatro dias na Serra da Estrela”. Ou ainda, um fluxo de construção de iniciativa estatal para fins curativos, como a Casa da Fraga -uma construção em harmonia com a Natureza que testaria a influência do clima na cura da tuberculose-, e ainda, a inauguração da primeira casa de saúde para o tratamento da tuberculose em 1889.

A expedição também contribuiu para fomentar estudos e explorações que ambicionavam acompanhar a sociedade moderna”. Só com a referida Expedição Científica, de 1881, se conjuraram as lendas e mistérios da Serra da Estrela (...) sem qualquer estrada para os Cântaros e para o planalto da Torre, uma ascensão ao cimo da

¹⁵ A exploração do continente africano foi iniciada pelos portugueses em 1415 com a conquista de Ceuta e intensificou-se com o Tratado de Berlim em 1885 e o mapa cor-de-rosa, proposta em que Portugal propunha ligar Angola e Moçambique para facilitar as rotas comerciais.

Serra tinha o sabor da aventura e da descoberta, pois só podia ser feita a pé por veredas, através de penhascos ladeando precipícios.” (Gaspar, 2013, p.13). A expedição pioneira simbolizou a “conquista da Serra da Estrela” (Matos, 1999) e o primeiro passo para exploração deste território, colocando-a como região portuguesa de valores naturais, científicos, pedagógicos e culturais com relevância.

Com o rodar dos séculos e o aumento populacional, o viver das comunidades da Serra tornou-se difícil, não trazendo os governos à região quaisquer benefícios. (...) excepto naqueles raros períodos em que os governantes tomaram medidas para estruturar o setor [industrial]
(Simões, 1979, p.14)

A Serra da Estrela, no início do século XX, tornou-se uma região partilhada pelos seus habitantes, e pelos que, a visitavam ou exploravam. As paisagens passaram a ser produto tanto das ações dos pastores que trilhavam caminhos; dos agricultores que moldavam os terrenos em socalcos e que moíam o centeio nos seus moinhos; dos industriais que mandavam edificar fábricas onde se podia lavar e tecer a lã; mas, também, das ações dos médicos experimentalistas que apelavam à construção de sanatórios; dos aventureiros que montavam acampamentos e, dos cientistas que construía laboratórios efémeros. O desconhecido foi escasseando e, o Homem foi progressivamente conquistando o entendimento pela beleza, riqueza e potencialidade natural da Serra.

Este território viria a proporcionar, mais uma vez, a oportunidade para a inovação, quando um grupo de industriais entendeu as características hidrográficas da Serra da Estrela e a potencialidade destas para gerarem eletricidade, com o objetivo de facilitar o funcionamento das fábricas de lanifícios sediadas nas encostas. Em 1908, o rei D. Carlos concedeu o aproveitamento do rio Alva, entre as freguesias do Sabugueiro e São Romão no concelho de Seia, para a produção pioneira de energia elétrica. Esta seria a primeira ação para a criação de uma Rede de Produção Hidroelétrica na Serra da Estrela. Em 50 anos alargou-se aos concelhos de Manteigas, Gouveia e Guarda. Foram edificadas “seis centrais hidroelétricas em cascata, cujas latitudes variam de 400 a 1600m e cujos caudais



23. condutas forçada,
Sabugueiro

24. construção

25. vista aérea da lagoa
comprida

seriam regulados no verão através de outras barragens” (Silva, 2018, p.59). Estas intervenções transformaram as paisagens: alguns vales viram erguer os muros de grandes represas de águas e algumas encostas viram assentar tubos metálicos que interligam este sistema. As características geográficas do território são um fator que “promoveu e influenciou decisivamente o desenvolvimento socioeconómico da região” (Fernandes, 1995, p.11). O Sistema produtor de energia elétrica da Serra inclui a Central da Senhora do Desterro (construída em 1909, remodelada em 1994 e que atualmente funciona como Museu da Eletricidade), a Central da Ponde de Jugais (construída em 1912 e remodelada em 1995), a Central de Vila Cova construída em 1937, e as mais recentes, a Central de Sabugueiro I e II, respetivamente construídas em 1947 e em 1993, estas ainda em funcionamento. O sistema regulador é composto pela Lagoa Comprida construída em 1912, pelo Vale do Rossim em 1945-47 e pela Barragem do Lagoacho em 1993. O aproveitamento dos recursos hidráulicos do território da Serra, foram otimizados e adaptados às necessidades das populações, que inicialmente usavam exclusivamente a eletricidade para as indústrias, mas, posteriormente, para o consumo comunitário regional: “Estes empreendimentos representaram um importante papel no desenvolvimento da eletrificação regional.” (Silva, 2018, p.58). Contudo continuava a ser um território agreste para as centenas de trabalhadores que, com dificuldades, construíram o que hoje podemos reconhecer como legado da luz da Serra da Estrela.

Ao mesmo tempo, as populações viviam isoladas nas encostas das montanhas, produziam para consumo próprio e os homens trabalhavam nas fábricas que se iam multiplicando por Seia, Loriga, Gouveia, Trinta, Manteigas e Covilhã. A acessibilidade continuava a ser um desafio para muitos visitantes e locais, que iam vencendo a distância através dos caminhos de carros de bois que a população local trilhava. Ainda assim, numa continuidade dos avanços pós expedição (de 1881), foram concretizados dois conjuntos de sanatórios, na Covilhã e em Manteigas, que eram compostos pelo Sanatório de Manteigas (nas Penhas da Saúde), o Sanatório ou Hotel Estrella na Covilhã, o Sanatório ou Hotel Pensão Montanha (construído em 1903-42 nas Penhas da Saúde), Casa da Fraga, Casa do Penedo, o Hotel dos Hermínios (1899 nas Penhas da Saúde) e ainda, Casa de Sasseti e o Chalet Proença. Estes empreendimentos, fomentaram o turismo sazonal da região.

A estância da Serra da Estrela

Portugal foi marcado pelo 4º Congresso Franco-hispano-português de Turismo em 1911, e esta iniciativa deixou algumas diretrizes como “a decisão de se criar uma Repartição do Turismo na Secretaria Geral do Ministério do Fomento, a qual, em 1919, transitou para a tutela do Ministério do Comércio e Comunicações (...) o turismo passou a contar com uma estrutura oficial que estabeleceu regras (...) era já reconhecida como uma importante fonte de receita do país.” (Rollo, 2014, p.1022). Assim, o setor do turismo começava a despontar em Portugal, reflexo das práticas europeias.

Na segunda década do século XX, a Serra da Estrela começou a ser vista como um destino lúdico e de repouso, em paralelo a outros cenários europeus. A Revista Turismo do Portugal de 1922 descreve que, “A Serra da Estrela pela sua altitude e pelas propriedades do seu clima, é a estância mais aconselhada para repouso e para a cura das doenças pulmonares (...) presta-se ao Herminismo¹⁶ e a todos os jogos de montanha”. Com esta consciência começaram a surgir projetos e intenções para promoverem estas atividades. Na mesma publicação, estavam descritos os objetivos do Congresso Beirão¹⁷, que propunha ao Estado concluir a estrada nacional e realizar o caminho-de-ferro até à Covilhã. Nesta altura os caminhos-de-ferro eram o meio mais fácil de ligação entre as várias partes do continente, e apesar de Portugal já fazer parte dessa rede era imprescindível continuá-lo até a Covilhã. Do Congresso Beirão surgiu também, a iniciativa comunitária de criar uma empresa de turismo que construísse hotéis, sanatórios de repouso em Manteigas, Senhora do Desterro, São Romão, Covilhã e Varandas, um funicular, campos de jogos e um pavilhão multiusos para patinagem, banhos e festas noturnas. Estas intervenções nunca se concretizaram.

Apesar do entusiasmo por parte das comunidades locais, na edição seguinte do ano 1923 da mesma revista, surge a notícia que apesar dos projetos aprovados e das intenções “o que não há (...) é quem trabalhe e ponha em execução os projetos e planos

¹⁶ Montanhismo

¹⁷ | Congresso Beirão realizado em Castelo Branco em 1929



Serra da Estrela

26

Jose Pereira



27



S. J. Beirã

Panhas Douradas, 1934 28



29

26. ski sem meios elétricos

27. desporto de inverno

28. paisagem

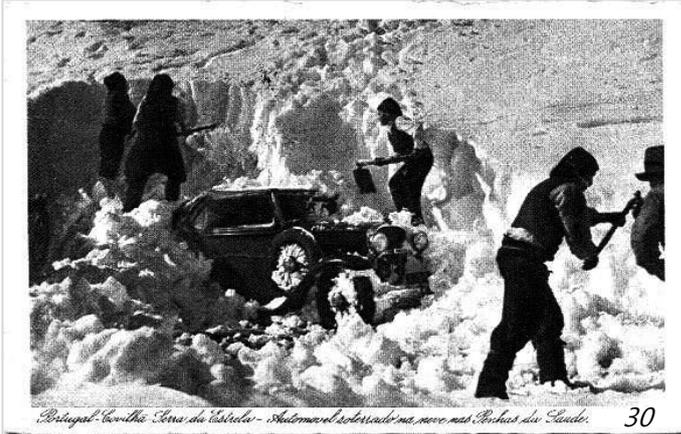
29. Pensão Estrela, anos 30

já feitos; porque a maioria dos influentes e entusiastas pelas ideias concebidas e, em parte, postas em reliação, está tão ocupada com a administração das suas indústrias, que não pode distrahir-se". Portanto a Serra continuava por explorar, e pouco ou nada era posto em prática em prol do aproveitamento e reconhecimento dos valores naturais da "nossa mais interessante Serra" para além do aproveitamento hidroelétrico e curativo. (Revista Turismo de Portugal, 1923)

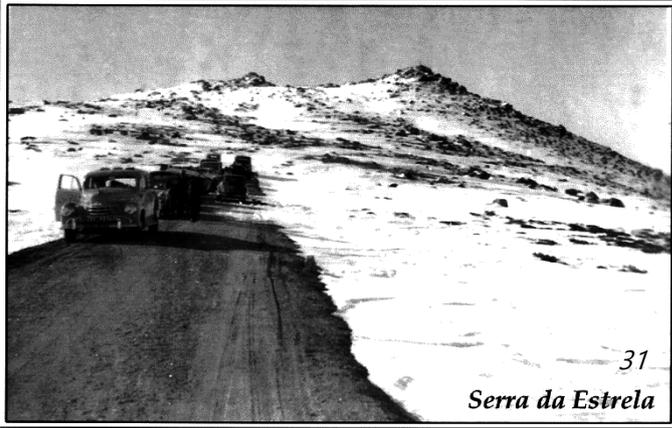
Por outro lado, os anos 20 foram marcados por alguma instabilidade, mas sobretudo reformulação. O Estado Novo (1926-74) teve um papel fundamental em contrariar a segregação territorial que existia. Apontaram-se novos objetivos políticos que tiveram consequências sociais, económicas e culturais. Estas, assentavam essencialmente, em três princípios: a cultura como meio de propaganda, o esforço em conciliar os antigos valores e as velhas tradições com a modernidade, e ainda, o estabelecimento de uma cultura nacional e popular com base nos ideais do Governo. (Rosas, 1992) As políticas do país incentivaram à valorização dos recursos nacionais para satisfazer necessidades pedagógicas, físicas, culturais ou lúdicas. Nessa lógica, foram postas em prática muitas ações interventivas na região da Serra da Estrela.

As fotografias dos anos 30 confirmam os tempos pioneiros do ski em Portugal- sem meios mecânicos- e confirmam também, a existência de casas de famílias ricas na Serra e um movimento turístico com alguma intensidade para a Pensão Serra da Estrela, cenário este, fruto das primeiras décadas do século e dos novos incentivos do regime. Numa Europa tencionada por instabilidades políticas, Portugal estava concentrado na ordem e estabilidade social, encorajava o turismo nacional e propunha que fosse o destino eleito para os portugueses e estrangeiros. O património começa a ser entendido como uma arma fundamental para a política do Estado Novo: "enquanto destino turístico, Portugal deveria continuar a ser despretensioso e pobre, mas, ao mesmo tempo, nobre e imaculado." (Cadavez, 2016, p.138).

Os anos 30 e 40 foram o apogeu desta política de desenvolvimento turístico, desde logo, com o I Congresso de Turismo Nacional em 1936, e outros eventos relacionados," os jornais generalistas e as revistas da especialidade publicam inúmeros



Portugal - Serra da Estrela - Automóvel atolado na neve nas Penhas da Saúde. 30



*31
Serra da Estrela*



33

30. Penhas da Saúde, 1930

31. fim de estrada

32. Pousada de S.Lourenço

33. Hotel Serra da Estrela

artigos sobre excursões, passeios ao Algarve e à Serra da Estrela, a criação de novas infraestruturas hoteleiras, e ainda acerca da organização de diversas reuniões relacionadas com o sector, como a da 'Alliance Internationale de Tourisme'¹⁸ e a Reunião Magna do Conselho Nacional de Turismo¹⁹." (Cadavez, 2016, p.2 e 3).

A Serra da Estrela, enquanto destino turístico, foi reafirmado, quando existiu a preocupação em melhorar os meios de comunicação viários para acederem ao coração de Portugal "convindo ligar, através da Serra da Estrêla, por viação ordinária, várias povoações, e facilitar ao mesmo tempo, a turistas nacionais e estrangeiros, a visita a uma região que pelos seus encantos naturais constitui um esplêndido atractivo", decretada assim a integração da rede de estradas da Serra, nas Estradas de Portugal em 1939.

Pelas suas belezas naturais, a Serra da Estrela, tornou-se num polo atrativo, a par de outras zonas como a Costa da Caparica ou a Praia da Rocha. O desenvolvimento do turismo esteve ligado a fatores como: a melhoria dos transportes, a criação de sociedades; a publicação de guias; roteiros de viagens, entre outros. Existiu uma relação de simbiose entre todos estes fatores e o país, que, quis aproveitar as mentalidades aventureiras e os fluxos vindos de todo o continente.

O setor do turismo esteve ao serviço da Nação e possibilitou bastantes mudanças no território nacional até aos anos 50, segundo Maria Cadavez, Portugal era "uma impressionante exposição de turismo nacional" (2016), nessa lógica, foi criada uma rede de Pousadas por todo o país, das quais destaco duas, a Pousada de São Lourenço inaugurada em 1948 na Serra da Estrela e também as obras de restauro da Pousada da Serra da Estrela em 1944. Dentro das iniciativas para fomentar o turismo destacam-se ainda as campanhas de restauro dos Monumentos Nacionais, concretizadas, nas décadas de 30 e 40, pela Serra e pelo país, fruto do trabalho cirúrgico da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na materialização de uma narrativa histórica do país. Exemplo destas intervenções é a reconstrução do Castelo de Linhares.

¹⁸ A Alliance Internationale de Tourisme (AIT) foi estabelecida em 1898 como uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que representa os interesses das associações e federações nacionais.

¹⁹ Em 1927 o desenvolvimento do turismo passou a ser uma competência do Ministério do Interior, onde funcionaram, sucessivamente, a Repartição de Jogos e Turismo e, a partir de 1929, o Conselho Nacional de Turismo. Este organismo foi mantido sob a tutela do Ministério do Interior, até à sua integração em 1940 no Secretariado de Propaganda Nacional, na dependência da Presidência do Conselho de Ministros.

anã

Ano XV da Revolução Nacional
Lisboa * Número 3333 * Ano X

NACIONAL LECTORES
O DA FONSECA

PREÇO — \$40
ENDERECO TEL. DAMANHA

COMEMORAÇÕES CENTENARIAS

Na Serra da Estrela



34



35

34. artigo sobre a
Inauguração do cruzeiro,
1940

35. Nossa Senhora da
Estrela, 1946

Em 1945, um artigo no jornal Panorama, descrevia os cenários “sempre atrativos” da Serra, construídos pelas “cidades, vilas e aldeias, das mais características e antigas” (Guarda, Covilhã, Manteigas, Gouveia, São Romão, Penhas Douradas, Loriga, Alvoco da Serra, Tortozendo e Paúl); pela vegetação das matas e pastagens; pelas “altas cristas rochosas (...) e as suas escarpas abruptas”; pelos “espetáculos das cascatas”; pelas “aprazíveis Lagoas”; pelos “miradouros empolgantes e fantásticas paisagens” e ainda, pelas fábricas de lanifícios que eram constantes ao longo das linhas de água. O artigo sugere uma visita cíclica em torno do maciço central e que passa nos pontos considerados na época, como mais importantes. Eram esses: a Covilhã, rotulada como cidade industrial; as Penhas da Saúde, como ponto de encontro das excursões e ringue de desportos de inverno; Manteigas, a pitoresca vila afundada entre as montanhas; Unhais da Serra pelas termas; a cidade mais alta do país, a Guarda, que recebe os visitantes do estrangeiro e que por campos verdejantes nos encaminha até Celorico, Gouveia e São Romão, rotuladas como portas de entrada para a Serra.

O auge do turismo acabou por ser afetado com a insegurança da Segunda Guerra Mundial e o rompimento dos fluxos de turismo estrangeiro. Por outro lado, existiu um investimento na rede de transportes nacionais e inauguraram-se os aeroportos e a TAP. Isso, representou uma alteração que trouxe consequências para o turismo da Serra da Estrela, a par de outros territórios do interior nacional, uma vez que subitamente, deixaram de estar na fronteira de acesso entre a Europa e Portugal. Contudo, a Serra continuava a ser um destino procurado pelos portugueses e as paisagens continuavam a ser moldadas por intervenções, como o Cruzeiro no ponto mais alto da serra inaugurado em 1940, e o Monumento a Nossa Senhora da Estrela inaugurado em 1946. Os pastores continuavam a ser os habitantes locais mais frequentes no topo das montanhas e as populações dedicavam-se à cultura do centeio e à indústria da lã. Ainda assim, o êxodo rural e a imigração provocaram um decréscimo demográfico bastante acentuado na região.

Na década de 50 surgiram as Regiões de Turismo, e em 1957 foi decretada a criação da Região de Turismo da Serra da Estrela constituída pelos concelhos de Belmonte, Covilhã, Fundão, Gouveia, Manteigas e Seia. Nos anos 60, Portugal amarrado



36. um caminhante e um
cão serra da estrela

37. a torcedeira de
Folgosinho

38. o pescador

39. o pastor

às despesas financeiras das guerras coloniais, reinventou o seu turismo e tornou-se “num espaço de ócio para a população dos países industrializados” (Teodoro, 2015, p.6) valorizando o turismo balnear das zonas do litoral, o que, centralizou o fluxo turístico para essas áreas e contribuiu para a quebra de turismo na Serra da Estrela. A década seguinte foi marcada por muitos momentos de tensão: as manifestações sociais, a crise petrolífera mundial, a queda do regime e o fim das guerras coloniais. Este cenário instável pouco alarmava os habitantes da Serra da Estrela que continuavam a viver isolados, ao contrário das regiões do litoral.



40



41

40. Volta a Portuga, 1971

41. Lagoa Comprida, 1966

Criação e evolução do Parque Natural

Com os olhos postos na Europa, Portugal tomava iniciativas que se equiparavam aos outros países. Na semelhança da *Tour de France* criada em 1903, criou-se em 1927, a Volta a Portugal em Bicicleta²⁰. A Serra da Estrela integrou este cenário, quando em 1968, a última etapa do evento nacional, terminou nas Penhas da Saúde. Assim a Serra ganhou mais destaque e tornou-se numa atração popular, passando a ser um destino procurado por muitas famílias que acampavam e merendavam enquanto esperavam os ciclistas. A importância da Serra neste evento formalizou-se quando em 1971²¹ a etapa-rainha²² passou a finalizar-se na Torre. Desde então é um ritual, apoiar nas encostas das montanhas, os participantes da prova.

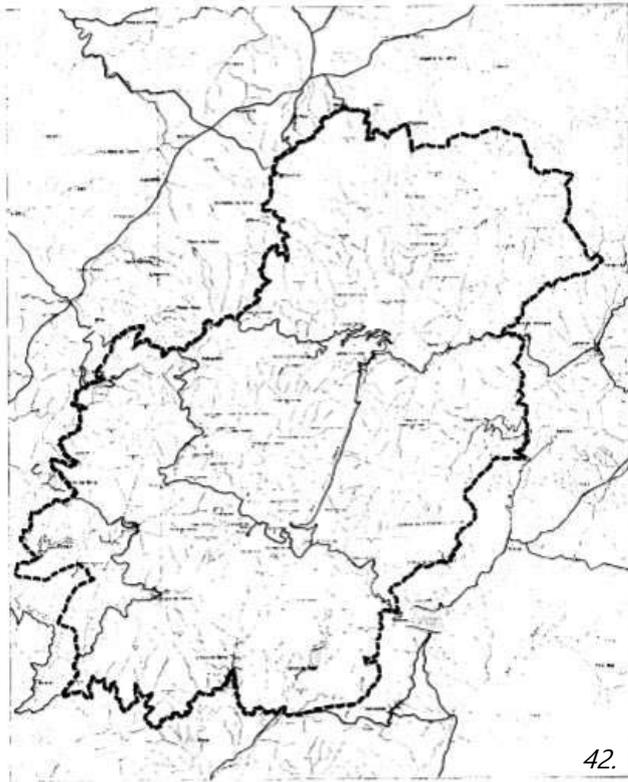
Em 1976 surgiu pela primeira vez em Portugal a preocupação de criar um instrumento operacional, semelhante aos parques naturais europeus que visavam “o ordenamento do território e uma boa harmonia entre atividades humanas e valores naturais” (Fernandes e Vieira). Nesse contexto, foi decretada a criação do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), que conferiu a este território o reconhecimento científico dos seus valores naturais e ambientais. Numa primeira fase limitava-se ao “trabalho de sensibilização face às populações locais” (decreto lei nº 557/76).

Com a necessidade de operacionalizar este instrumento, em 1979 foi aprovado o regulamento do PNSE e decretado o Plano de Ordenamento Preliminar (POP) que seria “a pouco e pouco completado e ajustado até se atingir um Plano de Ordenamento da Região (...) que define as grandes linhas programáticas do Parque Natural.” (decreto lei nº409/79). O regulamento determinava como diretrizes do Parque Natural, o desenvolvimento rural; o relançamento da cultura e tradições; a animação sociocultural; a conservação, renovação e valorização do património arquitetónico; a proteção da

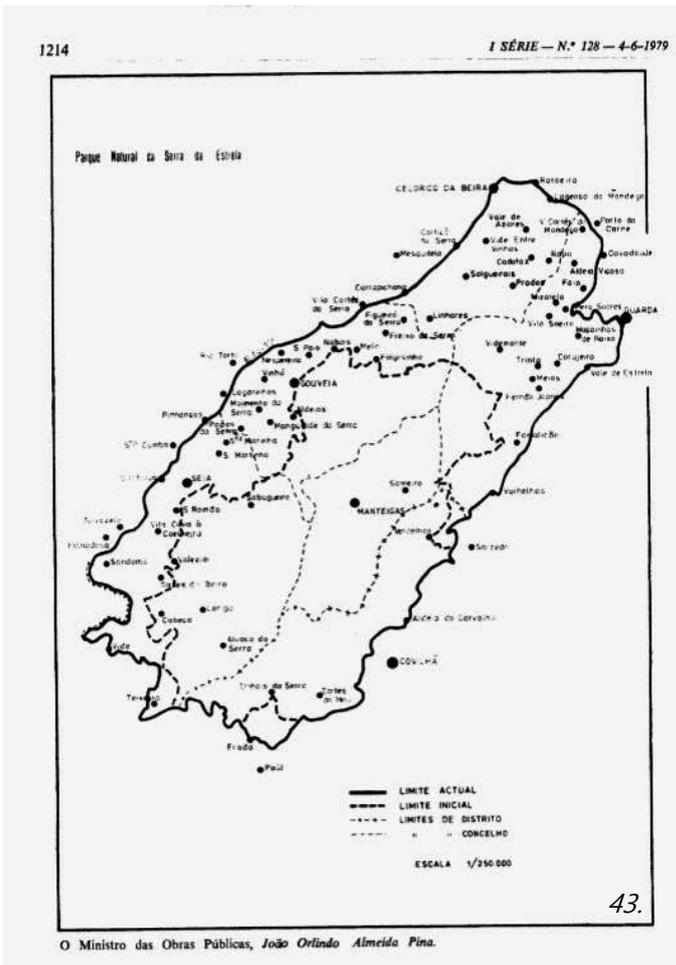
²⁰ A primeira edição da Volta a Portugal foi uma iniciativa do Diário de Notícias e Sports em 1927

²¹ 4 de agosto de 1971, 19ª etapa Lamego-Torre tinha um percurso de 152 km e o vencedor foi Joaquim Agostinho

²² Nomeação pela dificuldade acrescida consequente dos declives.



42.



42. limites do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), 1976

43. limites do PNSE, 1979

Natureza; e ainda, a disciplina e promoção do recreio ao ar livre e das funções pedagógicas do ambiente natural.

O Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE) previa o funcionamento dos órgãos regulamentares - constituídos pelo diretor, conselho geral, comissão científica, serviços técnicos e serviços administrativos e auxiliares-, para a organização do PNSE orientado pelo Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico. Competia ao diretor: dirigir o pessoal, presidir o conselho geral, determinar os horários e regras, assegurar o funcionamento, submeter a proposta orçamental para cada ano, assegurar a execução na área do parque e apresentar sugestões e relatórios ao Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico. O conselho geral enquanto órgão consultivo encarregava-se de emitir parecer sobre a proposta orçamental, apreciar os projetos ou quaisquer iniciativas na área do parque e ainda, apresentar ao diretor sugestões de medidas ou normas. A comissão científica era um órgão consultivo para questões culturais e científicas relativas às áreas. Aos serviços técnicos competia assegurar o funcionamento do equipamento e a resolução de todas as questões técnicas da área. E por fim, aos serviços administrativos competia assegurar as questões de contabilidade e gestão. (decreto nº4/78) O decreto esclarece que nem todos os Parques Naturais seriam dotados com a totalidades dos órgãos, como é o caso do PNSE, do qual nem os serviços técnicos nem administrativos foram considerados relevantes para a administração e preservação das paisagens da Serra da Estrela.

Posteriormente, os limites físicos do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) foram determinados em 1979, para integrarem outras “paisagens com interesse, nomeadamente inseridas nos concelhos da Guarda e Celorico da Beira” (decreto lei nº 167/79). O limite alargou-se para Norte excluindo os perímetros urbanos de Celorico da Beira e da Guarda, e regeu-se pelos limites do concelho de Oliveira do Hospital e das estradas nacionais. Para além disso foi decretada uma restrição dos condicionamentos fora dos aglomerados populacionais, sendo que as autarquias locais (Câmaras Municipais e Freguesias) ficariam responsáveis por evitar “situações de degradação, podendo recorrer aos serviços técnicos (...) para mais eficaz actuação” e para salvaguardarem o património arquitetónico e paisagístico.

Num esforço inicial da formalização do PNSE, procurou-se fazer o exercício de prever e dar resposta às necessidades que iam surgindo em prol de um equilíbrio entre a Natureza e o Homem, que em pé de igualdade, definem a identidade da Serra da Estrela. A revalorização da componente pedagógica sugeria-se central na formalização do Parque Natural, e por isso a comissão científica era composta por membros de todo o território nacional: as Faculdades de Ciências e de Letras das cidades de Lisboa, Porto e Coimbra; o Instituto Superior de Agronomia; a Escola Superior de Medicina Veterinária; a Direcção-Geral do Património Cultural; a Liga para a Protecção da Natureza e o Instituto Politécnico da Covilhã.

A Serra da Estrela já era um território reconhecido pelos seus atributos culturais e naturais e o Parque Natural veio confirmar e reforçar a consciência da necessidade de preservar a identidade deste território, defendendo que “todos os recursos naturais devem ser respeitados, este, que é toda a Serra, todo o Parque Natural, quando a nós mereça o respeito que se lhe deve, há a certeza de que será transmitido sem grandes danos às gerações futuras.”(Simões, 1979, p.93). Além de que se reconhecia também que:

as atribuições e competências que se encontram dispersas por vários organismos, que superintendem nos assuntos da Serra, fossem concentradas num só, mas dotado de estruturas com capacidade de planificação e de execução de planos. Estruturas que, a nível de cada freguesia, teriam núcleos de dinamização da vida económica e cultural local, possibilitando que o engenho e a arte popular criem actividades que elevem a qualidade de vida, modificando os dias futuros destas comunidades”

(Simões, 1979, p.93)

A promoção do panorama geral da Serra da Estrela e a consciencialização nacional dos objetivos do PNSE “o maior do país (...) no coração da Beira Interior” foi apresentado num documentário de 1983, “A paisagem natural e a biodiversidade do Parque Natural da Serra da Estrela, e o modo de vida dos habitantes locais”.



44. socalcos agrícolas. 1983

45. comerciantes na Torre

46. construções novas,
Linhares

47. casais de Folgosinho,
1983

Foram divulgadas paisagens naturais e humanas de diferentes escalas e características, que determinavam o que era aquele território. Romanticamente defendia-se que “ao espetáculo oferecido pela Natureza tem o Homem correspondido com um trabalho não menos espetacular”, no entanto, criticamente, o repórter salientava algumas incoerências e dificuldades que passavam pela falta de ações interventivas nos locais. De acordo com os objetivos decretados na criação do PNSE alguns trabalhos ainda não estavam a ser postos em prática. O repórter alerta para o traçado incharacterístico do surto de novas construções que ressaltam no “tecido harmonioso do parque habitacional”. E, portanto, apelava à atuação do PNSE para a sensibilização dos construtores. Por outro lado, a reportagem atribuía aos incentivos do Parque, a responsabilidade do incremento da quantidade e da qualidade dos rebanhos através de medidas de apoio e de estímulo à produção. Apesar disso, destaca-se o desequilíbrio que existe no país, e que contrariamente a este esforço de desenvolvimento rural, “a rudeza do quotidiano tem provocado elevadas taxas de migração e de imigração sempre na mira de se conseguir nas cidades do litoral ou no estrangeiro aquilo que aqui se torna difícil.” (RTP, 1983)

As paisagens marcadas pela neve, pelo colorido da urze, pelos rios e casais²³ espalhados pelas encostas, e as potencialidades da Serra da Estrela, são descritas de uma forma romântica, em oposição, descreviam outro cenário insólito, produto dos nómadas comerciantes que anarquicamente vendiam os produtos característicos: o cão da serra, os licores, pão, compotas, mel, queijos, enchidos e petiscos regionais. Ainda assim, o repórter valorizava o legado natural, e alguns bons exemplos da ação do Homem como o alojamento turístico que Manteigas oferecia, ou as atividades monitorizadas pelos Abrigos de Montanha: campismo, montanhismo, escalada, caminhadas, convívios, e ainda, capturas noturnas de borboletas para serem catalogadas. A reportagem confirmava a consciência de que “O PNSE reúne condições propícias para a divulgação das virtualidades da vida ao ar livre, nomeadamente entre os jovens dos centros urbanos, e constituir uma gigantesca sala de aula permanente sobre a autenticidade da Natureza”

²³ Pequenos conjuntos habitacionais de uma ou duas casas, isolados tipicamente construídos em pedra com coberturas de colmo, onde habitava normalmente apenas uma família



48. Região Demarcada do Queijo Serra da Estrela

Em relação ao turismo, entre 1979 a 1986 foram criadas treze regiões de Turismo para se quebrar o triângulo que existia entre Lisboa-Algarve-Madeira, criando-se a Região de Turismo da Serra da Estrela de direito público dotado de autonomia administrativa e financeira, e que passava a abranger os municípios de Belmonte, Covilhã, Fundão, Gouveia, Manteigas, Oliveira do Hospital, Penamacor e Seia, com o objetivo de valorizar e promover turisticamente a região, aproveitar as riquezas artísticas, arqueológicas, históricas e etnográficas, valorizar as belezas naturais, as estâncias termais e os equipamentos turísticos. Apesar disso, desconhecem-se medidas e ações concretizadas por esta entidade.

Por outro lado, com a valorização do legado natural do território começavam a surgir iniciativas vinculadas à divulgação dos produtos e da tipicidade da Serra da Estrela. Em 1985 foi criada a Região Demarcada do Queijo Serra da Estrela, considerando que este queijo se integrava “no vasto e rico património cultural do planalto beirão”. Com a demarcação e o estabelecimento de parâmetros, pretendia-se proteger a qualidade e desenvolver a produção, promovendo o desenvolvimento socioeconómico das populações da região. Com esta marca passam a ser reconhecidas: todas as freguesias dos concelhos de Celorico de Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Seia, Manteigas, Penalva do Castelo, Mangualde, Nelas, Carregal do Sal e Oliveira do Hospital, e ainda algumas freguesias dos concelhos de Aguiar da Beira, Trancoso, Guarda, Vila Viçosa, Covilhã, Tondela, Viseu, Arganil e Tábua.

Todos estes esforços iniciais começaram naturalmente a ganhar contornos mais alargados, quando em 1986 Portugal entra oficialmente na Comunidade Económica Europeia (CEE), o que se revelou num arco temporal inicial de adaptação económica, política e social de desenvolvimento nacional. Influenciado pela motivação europeia foi criado para Portugal um Plano Nacional de Turismo, uma ferramenta pioneira que pretendia sintetizar e parametrizar os esforços desenvolvidos nas décadas anteriores, revelando para a CEE, o turismo enquanto ferramenta fundamental para o desenvolvimento do país. No seguimento desta iniciativa foram alteradas as concessões

de exclusividade da empresa Turistela por se considerar que “só a revisão total do seu estatuto permitirá, efetivamente, que ela se torne num elemento de desenvolvimento” (decreto-lei nº 408/86) para a Serra da Estrela. A empresa passou a explorar exclusivamente, os serviços de estabelecimentos hoteleiros, parques de campismo, telesqui, campos de golfe, campos de ténis, piscinas e empreendimentos de animação turística.

Surgiu também a necessidade de reformular a formalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE). Essas alterações passaram pela “necessidade de restringir a composição do conselho geral (...) e de proceder à atualização de algumas entidades, nele representadas” (Portaria nº27/87). Segundo esta revisão deixou de estar representada, a Direção Geral do Planeamento Urbanístico e passaram a integrar o conselho geral para além dos já integrados, a Direção Geral dos Recursos Naturais, o Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pesca e a Associação dos amigos da Serra da Estrela.

No ano de 1990, foi aprovado o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE). O regulamento deste, declarou como objetivos fundamentais os mesmos redigidos em 1976, mas acrescentou a regulação das formas de atuação “com o objetivo de otimizar a utilização dos seus recursos naturais e de permitir uma participação activa de todas as entidades públicas e privadas” (portaria nº583/90). Estas normas foram hierarquizadas em diferentes zonas que pretendiam integrar a diversidade da Serra da Estrela: zonas de transição, zonas agrícolas, zonas de fomento piscícola, mosaicos silvo-pastoris e agro silvo-pastoris, florestas de produção, florestais de proteção e uso múltiplo, zonas de fomento apícola e cinegético, zonas de proteção paisagística, reservas botânicas, núcleos de recreio e aglomerados urbanos.

O POPNSE previa a regulamentação de atividades, tais como: sistemas de prevenção e defesa contra fogos, gestão dos recursos hídricos, aproveitamento e valorização de energias renováveis, abertura de novas estradas ou caminhos, estabelecimento de percursos pedestres de pequena e grande rota, atividades de caça e pesca, instalação ou ampliação de equipamentos pecuários, exploração de inertes, gestão do licenciamento de estabelecimentos comerciais, gestão própria da publicidade

fora dos aglomerados, gestão de resíduos e ainda, promover um sistema de sinalização, informação e interpretação. Em relação ao património edificado o regulamento estabeleceu a intenção do acompanhamento e apreciação de planos e projetos para salvaguardar o património edificado e o legado arqueológico. Ficaram também definidos o conselho geral e a comissão científica apta para atuar. No entanto, para além do regulamento não ficaram definidas ferramentas e instrumentos para a viabilidade prática dos objetivos defendidos.

Com a elaboração de um novo quadro de classificações das áreas protegidas nacionais (decreto-lei nº19/93), impôs-se a necessidade de reclassificar o Parque Natural da Serra da Estrela designada desde 1997 “por Parque Natural” (decreto regulamentar nº59/97), a gestão passou a ser do Instituto da Conservação da Natureza (ICN) e os órgãos que o constituíam passaram a excluir a comissão científica. Ainda assim, faziam parte as Universidades de Coimbra e da Beira Interior, a Junta Autónoma de Estradas, Comissão de Coordenação da Região do Centro, Direção Regional de Agricultura, Região do Turismo da Serra da Estrela, as Câmaras Municipais dos seis concelhos interferidos pelos limites do PNSE, Juntas de Freguesia e a Associação de Defesa do Ambiente.

Os objetivos do Parque Natural continuavam a representar na íntegra as diretrizes iniciais de 1976 direcionadas para a harmonia entre a conservação das paisagens naturais e a promoção da qualidade e desenvolvimento da humanização deste território.

A consciência de que o desenvolvimento rural, através da revitalização da economia tradicional, garante a evolução equilibrada das paisagens e da sua conservação, estava clara nos objetivos da fundação do Parque Natural. Portanto, a reformulação deste estatuto, veio reforçar o valor natural da área da Serra da Estrela, transparecia desde logo, a coabitação entre a conservação da natureza e a valorização das atividades humanas, que já há muito utilizavam os recursos e os meios locais para satisfazerem as necessidades económicas, sociais e culturais.

Contudo, o cenário não era tão favorável como se desejaria. A região na década de 90 era definida por uma taxa de desemprego superior à do país, fruto do desequilíbrio financeiro, das dificuldades competitivas nacionais e com o estrangeiro. Esta crise socioeconómica carecia da reestruturação ou reconversão produtiva porque nem o setor primário nem o terciário eram dinamizados o suficiente para gerarem qualidade de vida

na zona, por diferentes motivos. Apesar de iniciativas como a Reestruturação dos Lanifícios (portaria nº381/88) poucos resultados de sucesso se verificaram na prática.

Portanto, a criação do Programa de Desenvolvimento Integrado da Serra da Estrela (PROESTRELA) surgiu com a condição de combater este cenário através de projetos operacionais e ações de carácter setorial, regional e local. A Resolução do Conselho de Ministros nº46/98, determinou como objetivos da PROESTRELA: a promoção, a valorização e diversificação da base económica sub-regional; promoção e modernização da indústria de lanifícios; o apoio, valorização e integração profissional dos recursos humanos; a promoção e a criação de empregos qualificados; implantação e reabilitação dos equipamentos coletivos e infraestruturas; e ainda, a garantia da utilização sustentável dos recursos naturais, preservando e valorizando o património natural e cultural existente. “O PROESTRELA abrange o período de 1998-1999, prevendo-se uma 2ª fase de consolidação dos investimentos em curso e de desenvolvimento de outras intervenções complementares, a decorrer no período de 2000-2002 e cuja programação deverá efetuar-se no 2º semestre do ano de 1999” (Resolução do Conselho de Ministros nº46/98).

Ao contrário do regulamento, o Programa definiu eixos de intervenção que neste cenário passavam por: dinamizar o tecido económico através de medidas de apoio a modernização e expansão da estrutura económica da Serra da Estrela. A implementação seria assegurada pelo coordenador, conselho de gestão e pela comissão de acompanhamento. A informação síntese e conclusiva sobre este programa não está acessível – relatórios ou outros documentos - e, portanto, poucas conclusões se podem retirar do que foi implementado, como e quando.

Ainda assim podemos rematar que o século XX foi marcado por momentos diversos. O tempo foi marcando as paisagens, e, o desmazelo, o “tecido económico empresarial fragilizado e movimentos demográficos de abandono da região” (Costa, 2016, p.20) resultaram numa Serra desqualificada, despovoada e pouco atrativa no final da década de 90, tanto para quem a habitava como para quem a visitava.

O início do século XXI foi marcado por instabilidades económicas e políticas que abalaram as estruturas socioeconómicas do mundo, isso obrigou a uma mudança de mentalidades sobre os recursos e o património. O turismo, mais uma vez, surgiu como ferramenta impulsionadora dum desenvolvimento territorial, em concreto nas zonas deprimidas. No entanto, a consciência sobre os perigos do turismo levou à criação de cartas doutrinárias, como a Carta Europeia de Turismo Sustentável²⁴ em 2001 e a Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas²⁵ em 2002.

Por outro lado criou-se a Rede Natura 2000 que constitui uma rede ecológica do espaço comunitário da União Europeia resultante da aplicação da Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979 e que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos *habitats* mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade. Constitui-se como o principal instrumento para a conservação da Natureza na União Europeia. A garantia da execução destes objetivos passa necessariamente por uma articulação da política de conservação da Natureza com as restantes políticas setoriais, nomeadamente, as agro-silvo-pastoris, turística ou de obras públicas, para que, através desses mecanismos, os espaços incluídos na Rede Natura 2000 sejam espaços vividos e geridos de uma forma sustentável. (ICNF. 2016)

Noutra direção, mas não alheia, surgiu a Convenção Europeia da Paisagem (CEP). Constituiu um instrumento proclamado pelo Conselho da Europa e pretendia promover a proteção, gestão e planeamento das paisagens europeias. A CEP aplica-se a todo o

²⁴ A Carta Europeia de Turismo Sustentável teve origem num estudo sobre o Turismo nas Áreas Protegidas realizado pela Federação EUROPARC, que culminou com a publicação, em 1993, do relatório *Loving Them to Death*, no qual se defende uma forma menos intensiva de turismo que compatibilize e integre os aspetos naturais, culturais e sociais com o desenvolvimento económico nestes espaços. O objetivo principal da Carta Europeia de Turismo Sustentável assenta no desenvolvimento sustentável da região, de modo a permitir responder às necessidades económicas, sociais e ambientais das gerações presentes sem comprometer as das gerações futuras. (fonte: ICNF)

²⁵ A Carta é, em suma, a constituição de uma parceria entre a Área Protegida com todos aqueles que têm um papel preponderante no desenvolvimento do turismo na região, com o objetivo de nele integrar os princípios do desenvolvimento sustentável. Esta parceria inicia-se a partir da delimitação de uma estratégia para o turismo, na qual se desenvolvem atividades, alojamentos e produtos turísticos que sejam, social, económica e ecologicamente sustentáveis e que, em simultâneo, contribuam para um desenvolvimento económico da região. (fonte: ICNF)

território, incluindo as áreas naturais. Podem ser consideradas, tanto paisagens excepcionais como paisagens da vida quotidiana e paisagens degradadas. (DGT, 2018) Por outro lado, em Portugal surgiram novas iniciativas relacionadas com o setor do turismo, como por exemplo a criação do Observatório do Turismo em 2000 (extinto em 2003, com a intenção de analisar a evolução da atividade turística no país); o Porto como Capital Europeia da Cultura em 2001, a criação do Instituto de Turismo de Portugal, a realização do Euro2004 e ainda Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT, 2007). Também durante a primeira década, elaboraram-se instrumentos fundamentais para o ordenamento do território, como o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT, 2007), o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C, 2011) e Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE, 2010). Nesse contexto iniciou-se a revisão do POPNSE (decreto Regulamentar n.º 83/2007) de onde resultou a exclusão das “zonas de transição” com escasso valor natural e uma elevada humanização. Esta alteração modificou os limites do Parque Natural da Serra da Estrela, e pretendia conferir “uma maior coerência em termos de conservação da natureza e de gestão da área protegida, com a introdução de habitats importantes no Parque Natural e a eliminação de áreas sem interesse em termos de valores naturais.” (decreto Regulamentar n.º 83/2007), excluindo assim, os grandes aglomerados urbanos, dos limites do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE). De salientar que desde o final do século XX que a Serra da Estrela se assumia como espaço excepcional devido à sua riqueza natural. Neste sentido, em março de 1993 parte do território do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) foi considerado uma Reserva Biogénética Europeia²⁶; em 2000 passou a integrar a Rede Natura 2000, anteriormente explicada, e também, 99 hectares foram designados como Importante Bird Area (IBA)²⁷. Mais tarde, em 2005 o planalto central foi denominado Zona Húmida de Importância Internacional pela Convenção de

²⁶ A Reserva Biogénética do Parque Natural da Serra da Estrela estende-se por uma área de 10.000 ha e abrange sobretudo o planalto superior. A reserva foi planeada de modo a integrar uma área de maior proteção, sob legislação mais rígida, e outra que serve de transição, sob legislação mais flexível, onde são permitidas algumas atividades humanas.

²⁷ São sítios com significado internacional para a conservação das aves à escala global com estatuto de conservação desfavorável. São identificadas através da aplicação de critérios científicos internacionais. Estes locais são críticos para a conservação das aves e da biodiversidade e de importância internacional. São igualmente utilizadas para reforçar as redes de Áreas Protegidas já existentes, nomeadamente a Rede Natura 2000.

Ramsar²⁸. Com estas distinções, surgiu a necessidade, em 2009, de proceder à revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE).

Propuseram-se a “reavaliação dos regimes de salvaguarda dos recursos e valores naturais existentes e da promoção da necessária compatibilização entre estes e as atividades desenvolvidas na área protegida em causa” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009), reformular a ferramenta institucional para a valorização da “região onde subsistem refúgios de vida animal e formações vegetais endémicas de importância nacional, que, ainda para mais, possui inegável valor paisagístico e cultural” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009). Os avanços científicos e as classificações, surgiram num arco temporal curto, mas intenso, e todos eles apontaram para valores ambientais e ecológicos. Isso captou e dirigiu a concentração dos esforços, na reformulação do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, para a importância da conservação da Natureza e da biodiversidade natural da Serra da Estrela. O relatório do POPNSE identifica a análise dos recursos naturais, do contexto socioeconómico e do ordenamento municipal no território – trabalhos que formalizaram a primeira fase da revisão. O novo regulamento determinava como diretrizes assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais; corresponder aos imperativos de conservação dos *habitats* naturais da fauna e flora; enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais; e ainda, assegurar a participação ativa de todas as entidades públicas e privadas. Estes objetivos, mais os objetivos específicos que correspondem aos do artigo de 1997 seriam postos em prática através de medidas expressas no Programa de Execução a realizar na fase seguinte. Da análise destes documentos confirma-se uma evolução satisfatória por um lado, mas que por outro, se revelou inibidora, pois condicionou a valorização da Serra da Estrela enquanto território com potencialidades naturais, mas humanizado. (Fernandes, 2013, p.2970) Através da análise e comparação dos dois Planos de Ordenamento, - do inicial em 1976 e da revisão de 2009-, entende-se que existem progressos relativamente ao desenvolvimento sustentável, ao incentivo à participação de diferentes entidades e

²⁸ Representa o primeiro tratado global sobre a conservação. Trata-se de uma Convenção sobre Zonas Húmidas adotada em 1971 na Cidade Iraniana de Ramsar, da qual deriva o nome

ao reenquadramento do território e dos seus instrumentos pós classificações. Em oposição existe uma concentração excessiva de ferramentas de gestão direcionadas para a conservação da natureza que condicionam o desenvolvimento e conservação do património material e conseqüentemente, imaterial a ele vinculado. Ou seja, existiu um retrocesso relativamente aos objetivos primordiais da criação do Parque Natural, que tinham a ver com a pedagogia, o equilíbrio entre a Natureza e o Homem e o equilíbrio entre a preservação e o desenvolvimento.

Atualmente mantém-se em vigor o Plano de Ordenamento de 2008, no entanto, a criação do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) em 2012 como organismo de gestão do Estado- tutelado pelos ministérios do Ambiente e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural- veio agrupar diferentes categorias e tipologias de proteção do território nacional. Desta forma, a associação de áreas por região, aumentou o escolpo de responsabilidades e tarefas a desempenhar, vinculadas a uma única unidade orgânica, concentrando excessivamente obrigações num só cargo.

Segundo o ICNF por Parque Natural subentende-se "uma área que contenha predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de atividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços" (ICNF, 2019). Portanto fica esclarecido que a lógica atual deste instrumento pressupõe a articulação a gestão e preservação da biodiversidade com o desenvolvimento das populações locais. Apesar disso, poucas ações se têm efetivamente concretizado no território, pois para além das dificuldades criadas pelas burocracias, pela política e orgânica da própria instituição, não existem meios que executem os objetivos e intenções dos relatórios dos Planos de Ordenamentos. É por isso, necessário enquadrar esta área no território português e conseqüentemente nas políticas e estratégias nacionais.

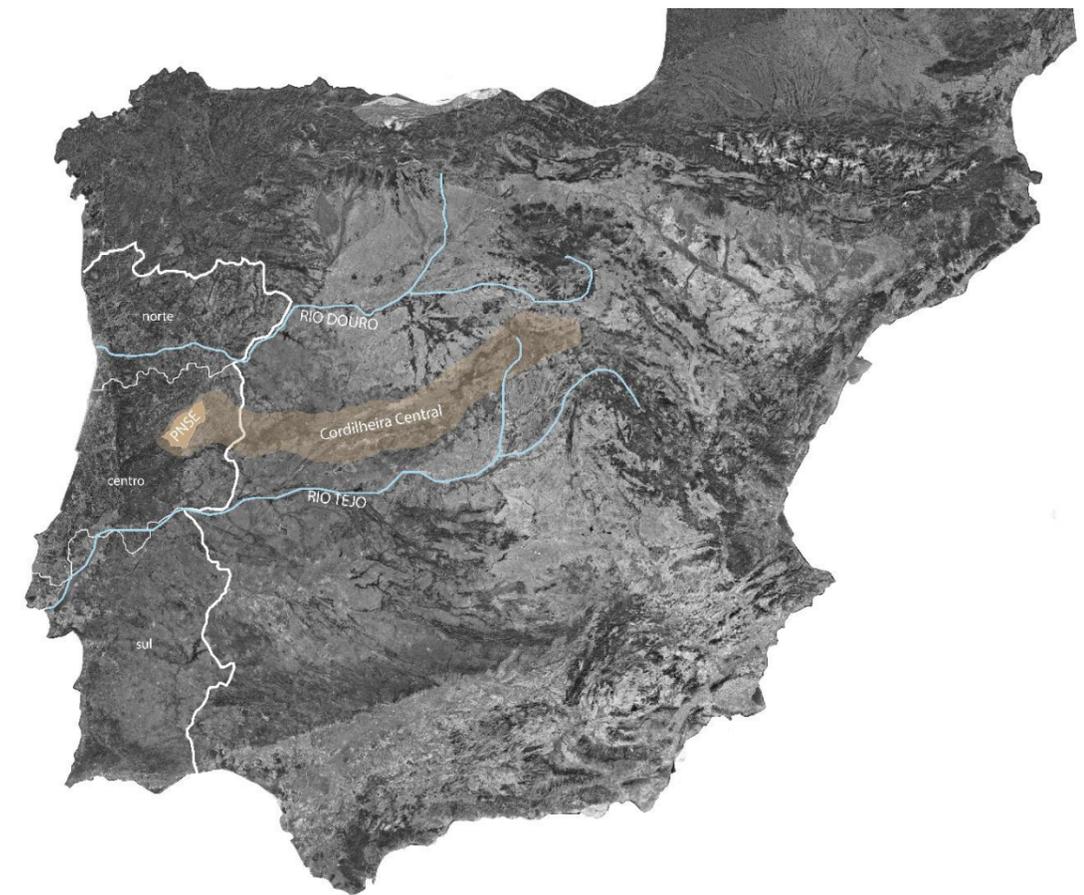
Hoje a paisagem da Serra da Estrela é resultado desta narrativa histórica, e, através dela, é pertinente retirar conclusões das interações entre a política, a instituição e o território para que seja possível uma estratégia que potencialize a área abrangida pelo Parque Natural da Serra da Estrela no que diz respeito à coabitação entre atividades naturais e humanas.



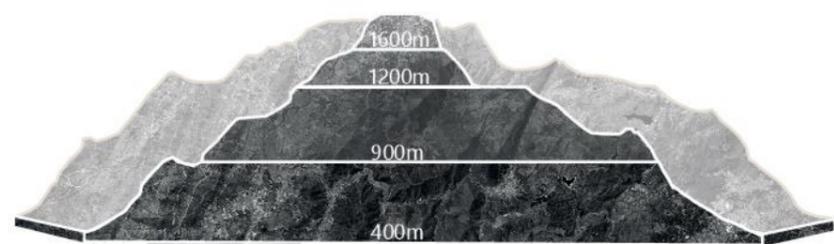
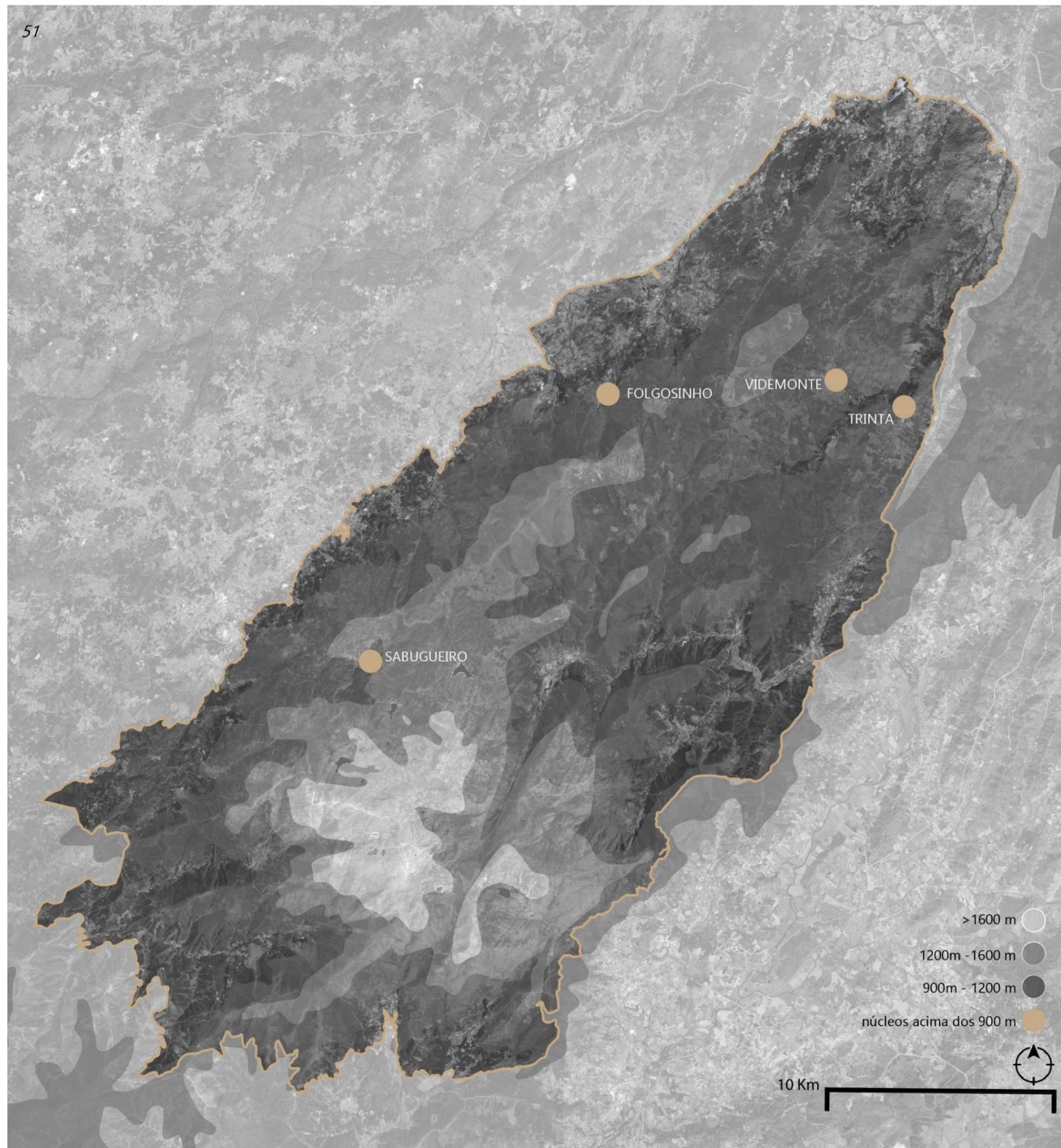
49. a grande cidade
iluminada, 1953

III. A Paisagem da Serra hoje, diversidade e identidade

Concluída a narrativa histórica sobre a área do Parque Natural da Serra da Estrela, cabe agora analisar o que é este território nos dias de hoje. Geograficamente imponentes, as paisagens da Serra da Estrela têm características naturais peculiares, às quais, o Homem acrescentou riqueza cultural. Posto isto, é pertinente analisar o território da Serra da Estrela nas relações ténues entre Homem e Natureza. Com efeito, através da caracterização das expressões naturais e das impressões culturais, podemos construir uma visão, que se pretende holística, da Serra da Estrela. Uma vez que, e apesar da divisão artificial entre espaço natural e cultural por razões operativas, o legado natural e cultural são assumidamente indissociáveis um do outro e da ação do Homem.



51.



52

51. esquema com os níveis bioclimáticos

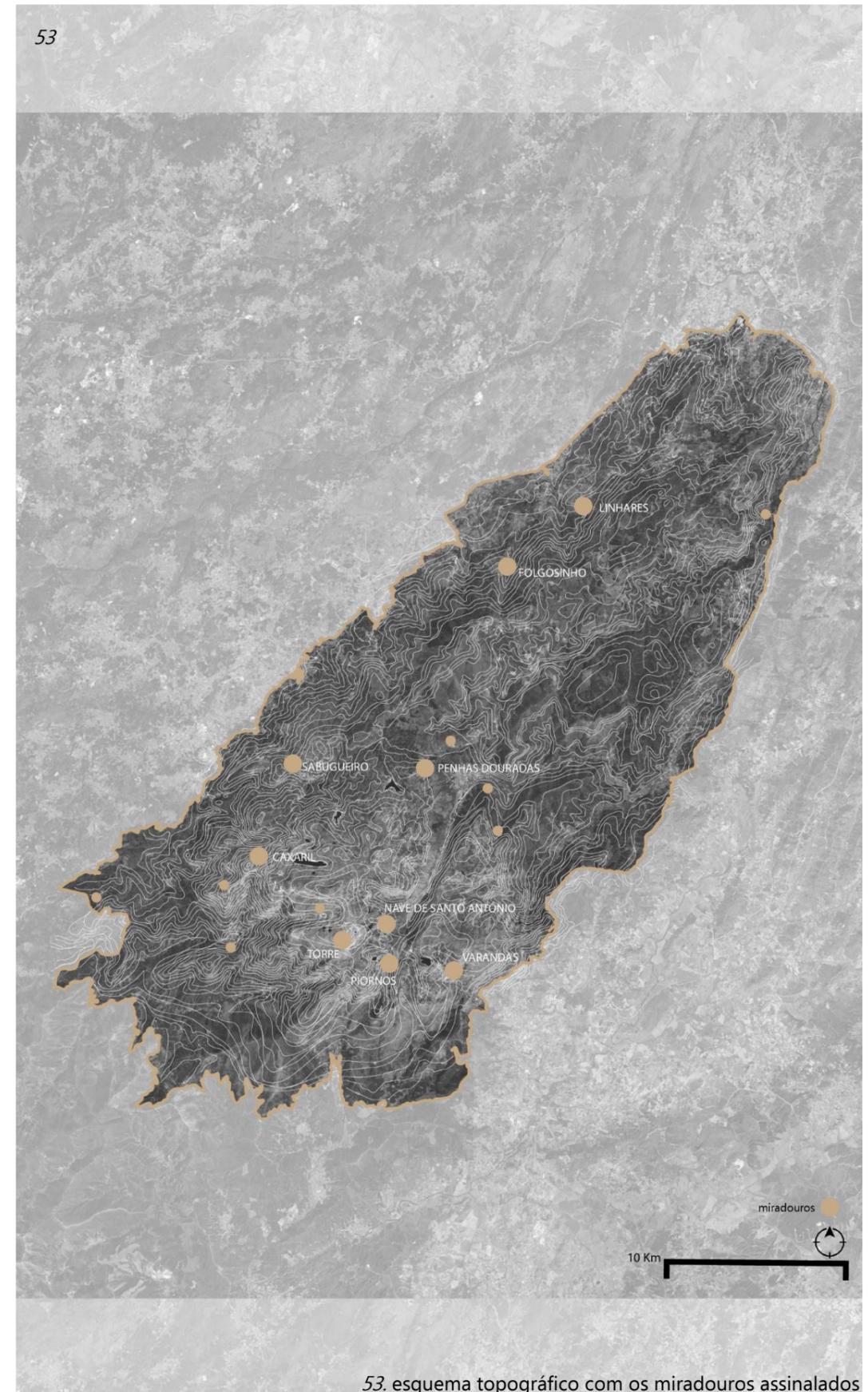
52. corte esquemático com os níveis bioclimáticos

Expressões Naturais

Por expressões naturais entendem-se um conjunto de manifestações da Natureza que se prendem com as características naturais e a sua biodiversidade. Estas, conseqüentemente, influenciam a cultura local e, o seu conjunto caracteriza a Serra da Estrela.

Localizada na região centro de Portugal, a Serra da Estrela faz parte de um sistema montanhoso que atravessa a Península Ibérica, é assim, um prolongamento da Cordilheira Central que separa a Meseta do Douro da Meseta do Tejo. Portanto, é “uma área de transição entre o Norte e o Sul” (Pinheiro, 2014, p.73), complexa, multifacetada, diversificada, mas, exclusiva, tanto que, as suas peculiaridades natural, paisagística e cultural, justificaram a sua classificação como Parque Natural.

Este território é assinalado como o conjunto montanhoso mais alto de Portugal Continental e por isso foram estabelecidos três patamares bioclimáticos: o andar basal (até aos 900m), o mais fértil e o mais habitado; o andar intermédio (dos 900m aos 1600m), o mais selvagem e propício a atividades como a pastorícia e as sementeiras de cereais, e por fim, o andar superior (com altitudes superiores a 1600m). (ICNF) Com efeito, apenas os aglomerados Sabugueiro, Folgoso, Videmonte e Trinta se localizam acima dos 900 metros de altitude, todos os outros estão espalhados pelo território numa cota mais baixa. No entanto e contrariamente ao que se esperava, não é a altitude, mas a topografia que mais condiciona esta área. De acordo com a caracterização do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), no Diagnóstico do Plano de Ordenamento (PNSE, 2008), as características díspares da Serra agrupam-se em cinco unidades de paisagem delimitadas pela topografia, são elas: o planalto central, picos e cristas, os planaltos de

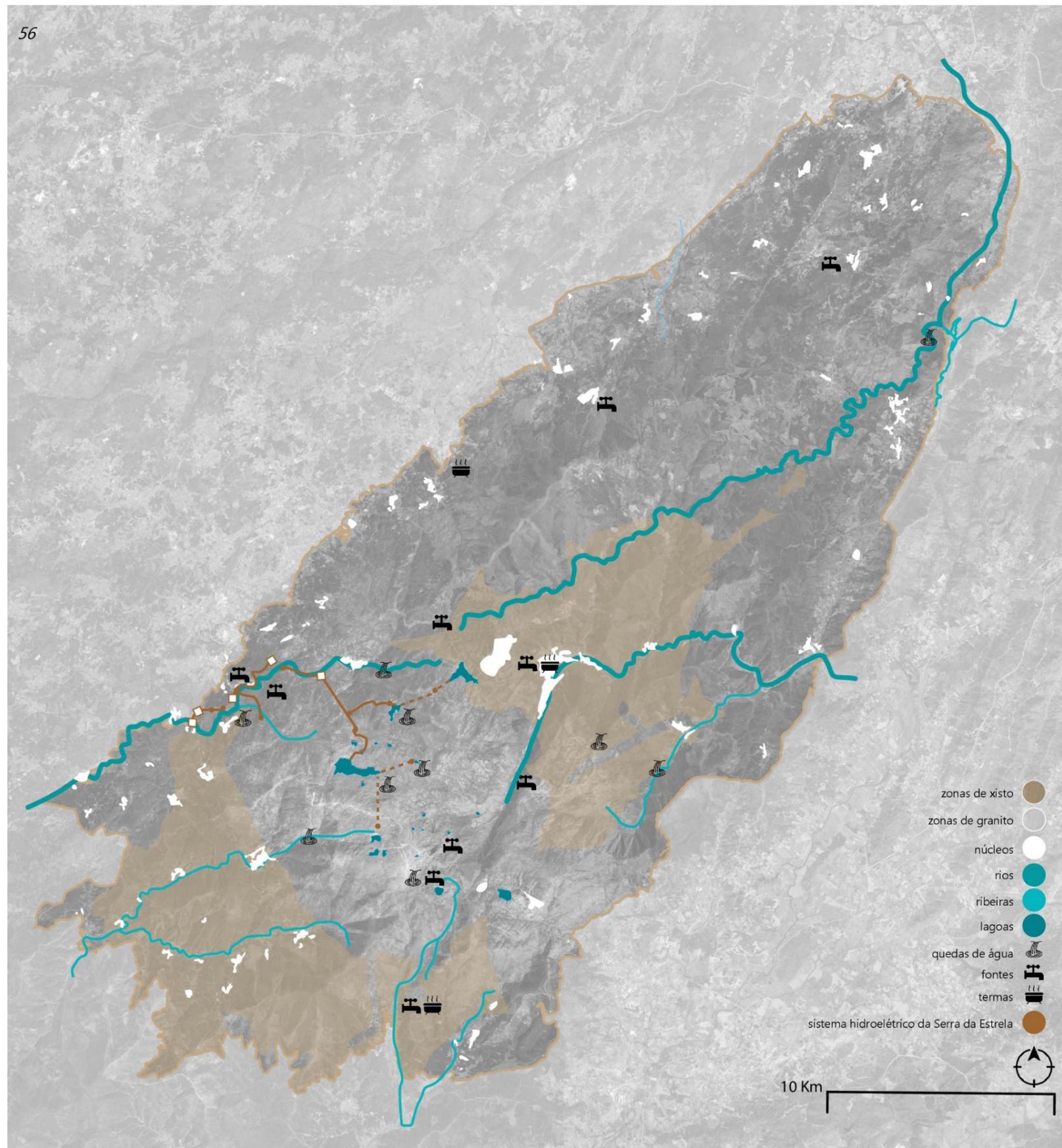




54. aldeia de xisto, Cabeça

55. aldeia de granito, Linhares

56. esquema das zonas geológicas e com pontos de água



menor altitude, as encostas e também os vales percorridos por linhas de água. Esta diversidade de zonas confirma a dinâmica acentuada do território que proporciona uma relação física desigual. Essa versatilidade é também potencializada pela dimensão e orientação geográfica em que a massa montanhosa se forma. Os planaltos da Serra da Estrela, alongam-se de nordeste (menor altitude) para sudoeste (maior altitude), e as suas características geográficas – altitude e a proximidade do mar- criam condições para um território diferenciado e diversificado. Estas variações permitem a criação de miradouros naturais que proporcionam planos e paisagens surpreendentes como por exemplo, no Caxaril, na Nave de Areia, Torre, Piornos, Nave de Santo António, Varandas, Sabugueiro entre muitos outros que o Homem acrescentou ao território.

As duas vertentes principais da Serra da Estrela são muito diferentes. A encosta Noroeste, que domina o grande corredor da Beira Alta, apresenta-se com uma vigorosa muralha montanhosa atravessada por numerosos pequenos cursos de água, que descem a Serra para desaguardem no Médio Mondego. Esta vertente, notavelmente rectilínea, apresenta inclinações moderadas, na ordem dos 11° a 17°. Contrariamente, a encosta sudeste é um bloco montanhoso abrupto, esventrado pelos vales profundos da Bacia do Zêzere, que domina a depressão da Cova da Beira.

(Daveau & Ribeiro, 1978, p. 40).

A morfologia dos núcleos, em grande medida resulta da morfologia da Serra. A maioria dos aglomerados consolidaram-se em encostas e vales, devido à possibilidade de assegurar a sobrevivência das comunidades através dos terrenos férteis e das linhas de água.

As características topográficas e geológicas (granito, xisto ou misto) são responsáveis pela forma como se constroem e organizam estes aglomerados, bem como pela imagem que adquirem. A utilização dos materiais locais permite singularidade dentro de cada unidade de paisagem, mas a topografia impõe a diversidade de soluções, criando uma imagem díspar de núcleo para núcleo. E assim a diversidade da Serra é produto dos fatores endógenos.

No caso das zonas de granito, existem muitos aglomerados, na maioria dos casos implantados a meia encosta com declives de 25%, ou seja, as ruas são pouco inclinadas e existe



57. xisto

58. granito

59. fonte em xisto, Teixeira de Cima

60. fonte em granito Covão das Mós (Mondeguinho)

61. Poço da Broca, Barriosa

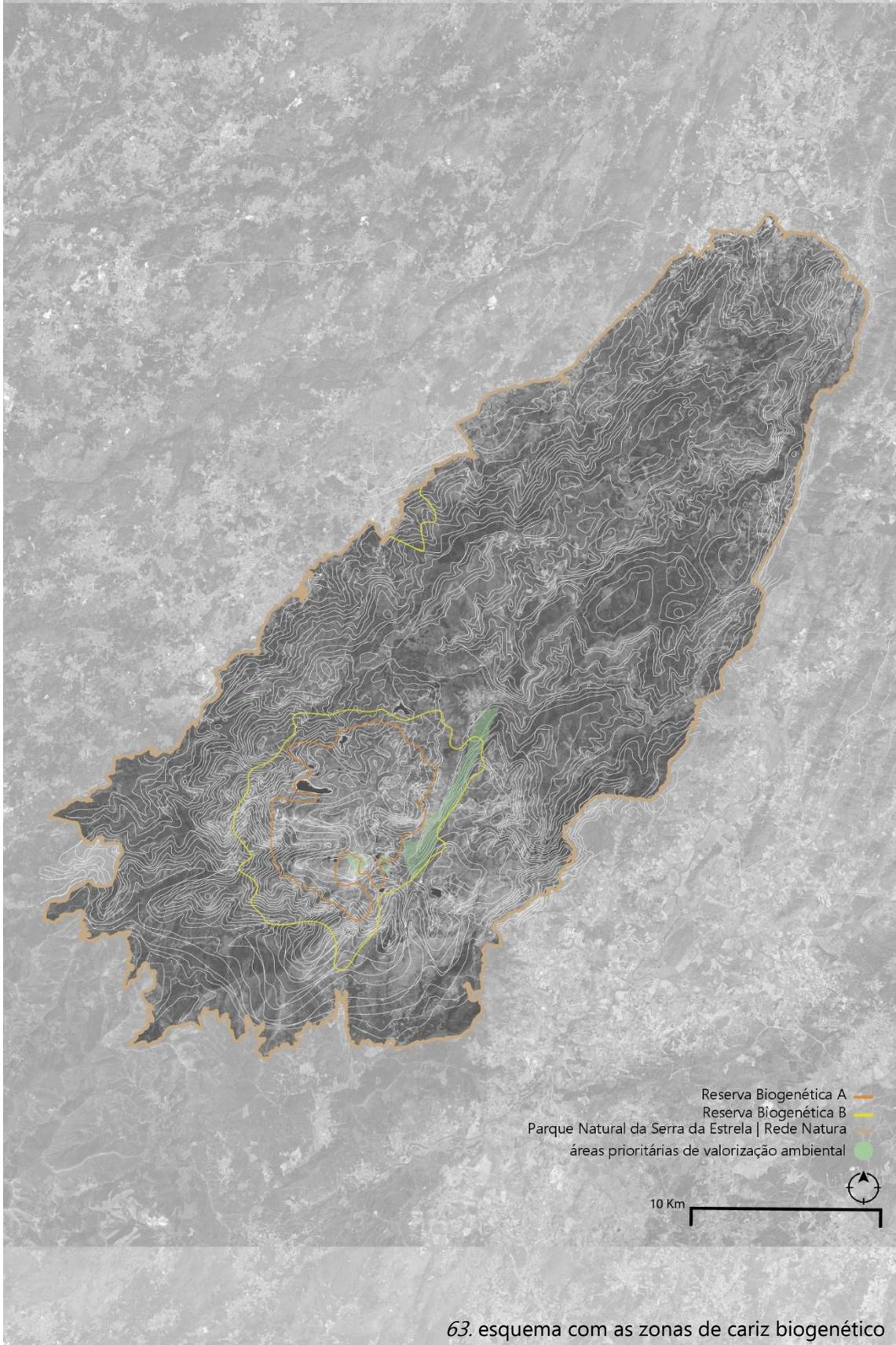
62. Lagoa do Covão das Quelhas, Torre

uma liberdade para criar travessas e melhores condições de ventilação e salubridade. Com algumas exceções, a génese destes aglomerados de granito, estruturou-se a partir de uma rua principal que se alarga no adro da igreja e pode interligar outros espaços públicos de carácter administrativo ou social como: adro do pelourinho, praça do município, jardins, largo da fonte ou largo da feira. Os edifícios desenvolvem-se à face da rua a ocupar a frente do lote com dois pisos, no entanto, com o surto de novas construções algumas das características urbanísticas e arquitetónicas iniciais foram-se perdendo, dando lugar a construções rebocadas e com uma implantação e dimensão diferente. Alguns exemplos de aglomerados onde ainda é perceptível esta génese são: Lapa dos Dinheiros, Linhares, Folgoso, Aldeia Viçosa e Loriga.

Os aglomerados nas zonas de xisto são em menor quantidade, mas a ocupação destes núcleos é mais dispersa. Maioritariamente implantam-se em vales e com declives acentuados entre 70% a 80%, o que condiciona a ocupação. A apropriação destes lugares levou à criação de terraços e socacos o que originou uma malha urbana mais densa, com ruas estreitas e inclinadas e com ligações através de escadas. Os espaços públicos tendencialmente tendem a desaparecer devido ao declive, localizando-se as atividades sociais junto às linhas de água. Alguns aglomerados onde a construção em xisto ainda prevalece são: Fontão, Cabeça, Vasco Esteves, Teixeira de Cima, Teixeira de Baixo e Casal do Rei.

Surgem ainda, embora que excepcionalmente, aglomerados de xisto e granito. Onde o granito é utilizado nos elementos com maiores exigências estruturais, como soleiras e cunhais, e o xisto constitui o material principal das paredes. Alguns exemplos são Videmonte e Valhelhas.

Nas encostas escultóricas da Serra, que variam entre o xisto e o granito, nascem três rios: o Mondego, o Zêzere e o Alva. Para além destas linhas hidrográficas, muitas outras serpenteiam as montanhas, destacam-se as ribeiras maiores: Fervença, Caniça, Alvoco, Loriga, Beijames, Linhares, Cuba e Cortes. Ao longo dos cursos de água existem muitos pontos excecionais como quedas de água, das quais salientam: Fervença, Poço do Inferno, Caldeirão, Lagoa Comprida, Lagoa Escura, Garganta de Loriga, Penhas da Saúde, Caniça e Covão do Urso. A zona Sul, com mais altitude, acolhe todos os lagos e lagoas, uns naturais e outros reconfigurados ou criados pelo Homem. Num total de 25 lagoas, nove pertencem ao sistema de Aproveitamento Hidroelétrico da Serra da Estrela. Além disso, existem muitas fontes



espalhadas pelo território que ainda hoje servem as populações, como por exemplo a de Nossa Senhora do Desterro, Ferroa, Fria, Mondeguinho, Manteigas, Unhais, Covão da Metade, Covão do Urso e a fonte da Galeria do Cântaro. Portanto, a Serra da Estrela é um território com uma hidrografia rica e, mais uma vez, diversificado, pois existem águas de nascente (dos 3 rios), águas termais (Manteigas, Gouveia e Unhais) e ainda um conjunto de linhas de água, represas e fontes com potencialidades lúdicas.

Também o clima é distinto, sazonal e geograficamente. São característicos das encostas a oeste e noroeste os ventos húmidos a chuva e a neve, contrariamente, nos vales a chuva é menos abundante e nos planaltos a Este e a Sudeste o clima é mais seco. O clima é um dos fatores que contribuiu para que a Serra da Estrela seja um território propício a atividades como a pastorícia e a agricultura. Outra das peculiaridades deste território é que numa média de sessenta dias por ano parte desta área está coberta com neve, e esse tem sido o principal chamariz dos visitantes. É, portanto, uma área de contrastes térmicos.

Na imensidão territorial da Serra da Estrela, foram delimitadas algumas zonas de cariz biogenético e que confirmam a riqueza natural existente. Desde logo o planalto Central classificado como Reserva Biogenética, o Planalto de Videmonte, o Vale do Mondego, o Ribeiro do Sento, a Ribeira de Beijames, os Vales de Loriga e Alvoco, a Ribeira de Alforfa, e ainda as Cavernas de Minas de Água.

Por outro lado, a grande diversidade da vegetação da Serra da Estrela não poderia deixar de ser mencionada nas características naturais, uma vez que estas, são componentes primordiais na identificação deste território como excepcional. A variação altitudinal permite definir zonas demarcadas de vegetação com características distintas: dos 800 aos 900 metros são zonas propícias a carvalhais, azinheiras, sobreiros, bosques de freixos, salgueiros, ulmeiros e azereiros; dos 1600 aos 1800 metros de altitude são zonas propícias a bosques, azinheiras, carvalhos, bétulas e teixos; por fim, acima dos 1800 metros de altitude, a vegetação é menos desenvolvida e pode encontrar-se teixo, carvalho e zimbro. (PNSE, 2008) Esta última zona, é ainda hoje de elevado interesse científico e biológico pois encontram-se muitos habitats de conservação prioritária. Claro que no presente esta distribuição da vegetação, nas paisagens da Serra da Estrela, tem-se vindo a perder. Isto, deve-se a diversos fatores como, os incêndios



64. paisagem sobre o vale glacial

65. vale glacial

66. o pastor

67. marcas do incêndio 2017

e a substituição em função das atividades humanas para áreas de cultivo, prados, pastagens, povoamentos florestais e matos. Hoje a vegetação primitiva, anteriormente referida, está pontualmente conservada em vales encaixados, como é exemplo o Bosque de Azereiros de Casal do Rei. Atualmente a mancha residual resultado dos incêndios, diminui todos os anos e cada vez mais a variedade vegetal está a ser substituída por plantas invasoras, giestas e arbustos. (Centro de Interpretação da Serra da Estrela, 2012) Em 2017 deflagrou o maior incêndio no Parque Natural da Serra da Estrela onde a área afetada correspondeu a 22,6% da área total. (Diário de Notícias, 2017) Estas tragédias põem em causa não apenas a flora e a fauna, mas também os aglomerados, e ainda as comunidades e os visitantes que são em muitos casos apanhados de surpresa pelas chamas.

A Beira

Alta, Imensa, Enigmática,

A sua presença física é logo uma obsessão.

Mas junta-se à perturbante realidade, uma certeza mais viva:

a de todas as verdades locais emanarem dela. (...),

Tudo se cria nela,

Tudo mergulha

as raízes no seu largo e eterno seio.

(...)

Ela comanda, bafeja, castiga e redime.

Ao contrário de outras serras, o Marão e o Caldeirão;

a Estrela não divide: concentra.

(...)

Há nela as três velhas dimensões necessárias a um tamanho:

comprimento, largura e altura. (...)

Somente a quem a passeia, a quem a namora duma paixão presente e esforçada,

abre o coração e os tesouros. Então, numa generosidade milionária, mostra tudo.

(...)

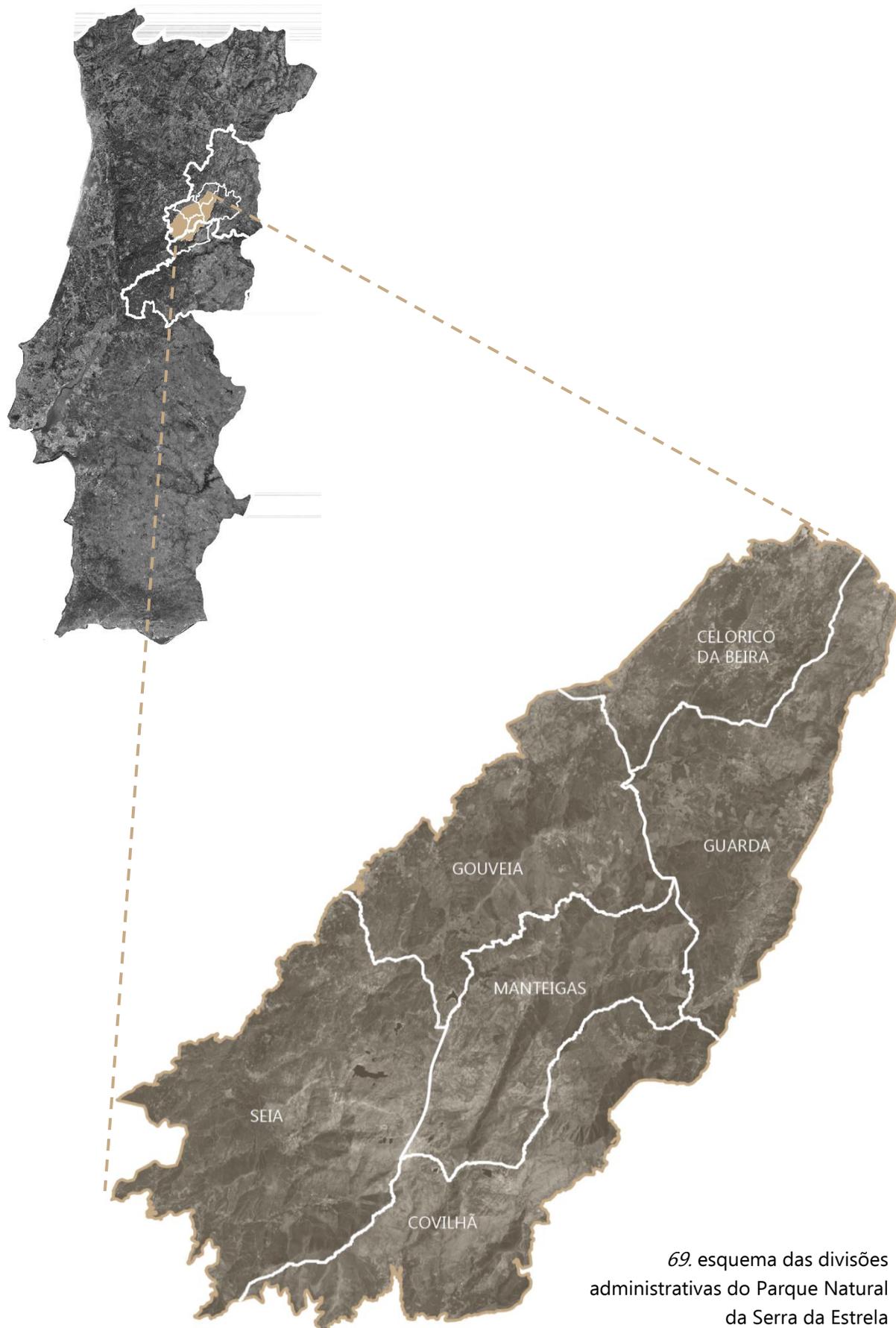
Revela, sobretudo, recantos quase secretos de mulher.

Miguel Torga

Impressões Culturais

“Os humanos são responsáveis pela manutenção de processos e equilíbrios ‘naturais’. O papel de guardião implica que cada geração é uma fiduciária para as gerações futuras” (Scott, 1999). Contudo a história tem revelado que nem sempre o Ser Humano teve essa consciência. No entanto, apesar das perturbações que o Homem pode causar na Natureza, é importante ter a consciência de que é possível a relação simbioticamente benéfica do Homem com o meio. O legado natural da Serra da Estrela está em permanente transformação pela relação próxima que o Homem tem com o Homem e com o meio, pois, “foram os homens que, ao longo dos tempos, souberam moldar o território, aproveitando as vantagens competitivas por ele disponibilizadas e aplanando, na medida das suas possibilidades, os acidentes físicos que os constrangiam” (Pinheiro, 2014, p.94). Apesar do natural determinismo geográfico, o Homem encontrou meios de sobrevivência e abrigo na Serra. Portanto, é pertinente esta reflexão sobre o legado cultural que persiste na Serra da Estrela e que tem sido esquecido. É importante lembrar que se, “há rios na Beira? Descem da Estrela. Há queijo na Serra? Faz-se na Estrela. Há roupa na Beira? Tece-se na Estrela. Há vento na Beira? Sopra-o a Estrela. Há energia elétrica na Beira? Gera-se na Estrela.” (Torga, 1950)

Assim, por impressões culturais entendem-se um conjunto de características que esclarecem sobre atividades e marcas culturais, nas suas relações entre o Homem e a Natureza, enquanto geradoras de identidade.



69. esquema das divisões administrativas do Parque Natural da Serra da Estrela

Sobre a base natural do território, composta pelos atributos e valores naturais anteriormente referidos, foi imposta uma rede artificial de divisões administrativas através da qual a sociedade se organiza: concelhos, municípios e vilas, e ainda, *à posteriori*, a delimitação da área protegida: Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE). A dinâmica administrativa nacional contribuiu para que, tal como José Mattoso refere, a unidade administrativa tutelada pelo PNSE, seja “feita das mais contrastantes diversidades” (Mattoso, 1997, p.59) e por isso resulta não numa “unidade ordenada, imposta a partir de um centro, (...) mas uma unidade feita de movimento, de influências culturais (...) de circulação” (Mattoso, 1997, p.59). A área do PNSE definida desde 2007, estabelece-se em partes dos distritos da Guarda e de Castelo Branco e é constituída por seis concelhos: Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia. No entanto, e apesar dos concelhos estarem integrados numa classificação que os une territorialmente, não existe ainda, uma estratégia intermunicipal.

Os seis concelhos são distintos, em área e densidade. O concelho com mais área é o da Guarda com 712 km² dos quais apenas 32% fazem parte da área delimitada. Tem 42 541 habitantes (59hab/km²). O concelho com menos área é o de Manteigas com 121 km², no entanto é único concelho que está completamente incluído na área delimitada como Parque Natural. É o concelho menos populoso, com apenas 3 430 habitantes (28hab/km²). O concelho mais populoso é o da Covilhã com 51 797 habitantes (93hab/ km²), no entanto apenas 19% da sua área fazem parte do PNSE (4 de 21 freguesias). O concelho de Seia tem uma área de 436 km² da qual 61% faz parte da área protegida com um total de 24 641 habitantes (56hab/ km²). O concelho de Gouveia tem uma área de 300 km² da qual 50% faz parte da área protegida com um total de 14 046 habitantes (46hab/ km²). Por fim, o concelho de Celorico da Beira que tem uma área de 247 km² da qual 37,5% faz parte da área protegida com um total de 7 693 habitantes (31hab/ km²).

A gestão da área delimitada é partilhada entre as Câmaras Municipais e o Parque Natural. Neste sentido importa entender como é que esta área está a ser planeada pelos diferentes municípios.

concelhos	área total (km ²)	área abrangida pelo PNSE (%)	número de habitantes (hab/km ²)
Guarda	712	32	59
Manteigas	121	100	28
Covilhã	555	19	93
Seia	436	61	56
Gouveia	300	50	46
Celorico	247	37,5	31

70. tabela síntese com a relação área/número de habitantes por concelho

Segundo a análise do Plano Diretor Municipal (PDM) da Guarda (1994), verifica-se que a área correspondente à área do Parque Natural está classificada como Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN). Ainda, ficou estabelecido no documento, que as áreas integradas na classificação de Parque Natural ficam sob a gestão do regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE) que passa a definir complementarmente as condições de ocupação e do uso do solo. (Resolução do Conselho de Ministros nº55/94) Com efeito, o regulamento do PDM define a necessidade de criar uma ferramenta de planeamento, denominado Cartas de Ordenamento, para os aglomerados do Parque Natural da Serra da Estrela a executar para as aldeias de Aldeia Viçosa e Faia, Corujeira, Famalicão da Serra, Mizarela e Pêro Soares, Vale de Amoreira e Videmonte em conformidade com o regulamento do POPNSE, o que não se veio a confirmar. Em 2015, o concelho através da delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) começou uma estratégia de incentivo à reabilitação urbana do centro histórico da sede de concelho associando benefícios fiscais e apoios financeiros para quem intervém na área definida que atualmente é composta por 253,36 hectares. (Aviso n.º 6503/2015)

O concelho de Manteigas está todo inserido no PNSE. Neste sentido o Regulamento do Plano Diretor Municipal de Manteigas (1ª Revisão 2015) esclarece que os instrumentos de gestão territoriais no concelho de Manteigas são o PDM e o POPNSE. (Aviso n.º 13518/2015) Em 2016 a Câmara Municipal de Manteigas delimitou uma ARU como forma de agilizar a reabilitação urbana do centro histórico da sede de concelho. (Aviso n.º 4476/2016)

A Covilhã define o Regulamento do PDM (1999) no qual é atribuído ao PNSE a manutenção, a gestão do uso e do licenciamento nas áreas a ele pertencentes, desde áreas para indústria extrativa, áreas de aptidão agrícola, áreas especiais de proteção, áreas turísticas e vias de comunicação. (Resolução do Conselho de Ministros nº 124/99) Este é o concelho em análise com mais ARU, num total de 28. Estas áreas correspondem a uma zona da sede de concelho e a aldeias como Barco, Cantar Galo, Coutada, Ferro, Paúl, São Jorge da Beira, Teixoso, Vale Formoso, Vila do Carvalho, Souto, Boidobra, Casegas, Dominguiso, Orjais, Peraboa, Sarzedo, Tortozendo, Vales do Rio, Canhoso, Cortes do Meio, Erada, Ourondo, Peso, Sobral de São Miguel, Unhais da Serra e Verdelhos. Cinco núcleos estão inseridos na área classificada. A principal estratégia do concelho da Covilhã passa pelo incentivo e apoio às intervenções dos

privados, através da candidatura ao Investimento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana (IFRRU), com o objetivo de promover a revitalização e requalificação não apenas do centro histórico da sede de concelho, mas também dos aglomerados que se encontram descaracterizadas.

No caso de Seia, o Regulamento do PDM indica outros instrumentos com os quais partilha a gestão territorial, como o Programa Nacional da Política de Ordenamento Territorial, o Plano Setorial da Rede Natura 2000, o Plano Rodoviário Nacional, o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas e ainda o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE). (Aviso n.º 9736/2015) Identifica ainda, sistemas territoriais para serem desenvolvidos em escala de planeamento menor, saliento a rede de Aldeias de Montanha “que compreende os aglomerados que se apresentam localizados na zona Sul do concelho e integrados na área de abrangência territorial do Parque Natural da Serra da Estrela” (Aviso n.º 9736/2015). Para além do PDM, a Câmara Municipal de Seia tem delimitadas três Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), duas na sede de concelho e outra na vila adjacente a Seia. Para além disso, o município candidatou-se ao apoio financeiro através da elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) no âmbito de melhorar a acessibilidade urbana e regenerar a cidade de Seia. Nenhum destes instrumentos inclui aglomerados localizados na área classificada como Parque Natural. (Aviso n.º 10284/2018)

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Gouveia em vigor desde 1995, esclarece que as zonas inseridas na delimitação do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) estão subordinadas ao regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE). Aponta uma série de medidas complementares para a proteção e desenvolvimento dos aglomerados e comunidades nessa situação, como a realização de planos pormenores em vários núcleos, o que não se veio a concretizar. (Resolução do Conselho de Ministros 107/95) Para além do PDM existem cinco Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), uma no centro da sede de concelho e as outras nos aglomerados de Passarela, Ponte Nova, Cativeiros e Vila Nova de Tazem, nenhum destes inseridos na área classificada. (Aviso n.º 11546/2017)

Por fim, o regulamento do PDM de Celorico da Beira em vigor desde 1994, esclarece que as zonas inseridas na delimitação do Parque Natural da Serra da Estrela estão sob regência superior do regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela



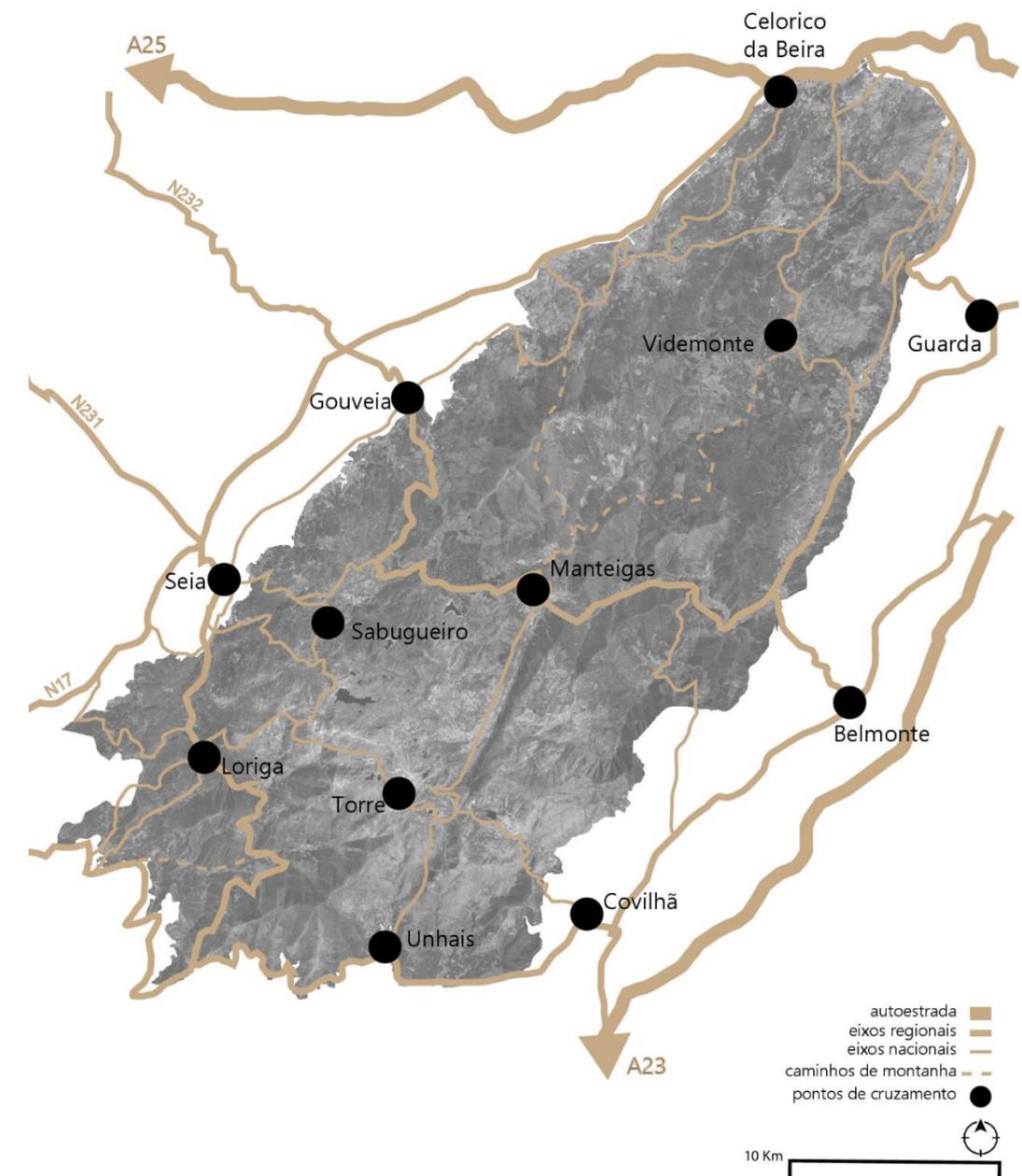
71. esquema dos eixos viários da Serra da Estrela

(POPNSE). (Resolução do Conselho de Ministros 55/94) Atualmente o município tem delimitada uma ARU na sede de concelho. (Aviso N.º 6503/2015)

Desta análise depreende-se que os seis concelhos apresentam objetivos e intenções diversas. À exceção dos municípios de Covilhã, Gouveia e de Seia, os outros três, apesar de incluírem áreas que estão abrangidas pelo Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE), concentram as medidas de reabilitação urbana e apoio financeiro nos grandes núcleos, o que aumenta a tendência de abandono das aldeias dos concelhos e põe em causa o legado patrimonial, cultural e natural que tão contribui para a identidade dos concelhos, e da Serra. Apenas o concelho da Covilhã aponta diretrizes para o desenvolvimento das aldeias inseridas na área classificada. É ainda de salientar que, pressupõe-se a atualização periódica de 10 em 10 anos dos Planos Diretores Municipais, o que nestes casos, não se confirma.

O Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) é a área protegida mais populosa do país (ICNF), o que quer dizer que, dentro desse perímetro existe um grande número de aglomerados que fazem parte da identidade da Serra. A paisagem da Estrela, do ponto de vista do observador, apresenta uma diversidade cromática, formal e textural, que tem a ver com a sobreposição dos sistemas que a compõem, o relevo, o clima, a vegetação, os diferentes planos visuais, os eixos viários que estruturam a circulação na Serra, pela forma como se inserem no território, os aglomerados e as atividades económicas.

A partir do mapeamento dos eixos viários existentes, podemos verificar que existe um eixo perimetral que liga um conjunto de aldeias e que se relaciona com um conjunto de eixos transversais que fazem o atravessamento da Serra. No Diagnóstico do Relatório da Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (2009), a acessibilidade aparece como uma ameaça, mas, é um elemento estruturante na organização e potencialização da fixação humana. Além de que é imprescindível uma melhor acessibilidade para ultrapassar o isolamento sofrido nas áreas de montanha. (Pinheiro, 2014) No entanto, esta acessibilidade tem que ser garantida através de uma rede viária com carácter, perfil, morfologia e pavimentos compatíveis com as exigências de uma área protegida. Neste sentido a rede viária da Estrela é composta pelos eixos



72. esquema rodoviário



73



74



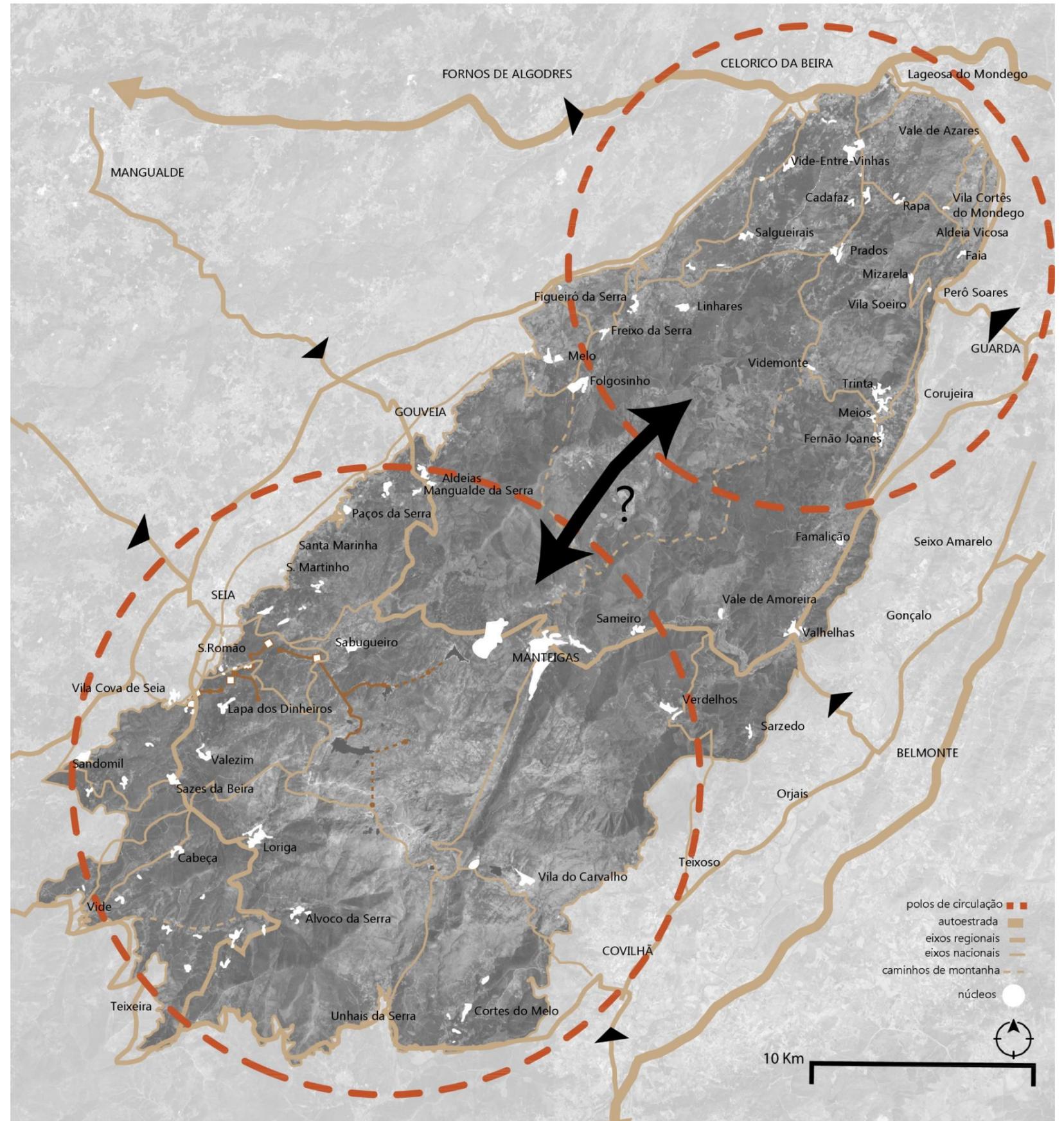
75

73. estrada de montanha

74 estrada municipal

75.placa informativa com os eixos 4x4

76. esquema da relação dos eixos de circulação viária com os núcleos

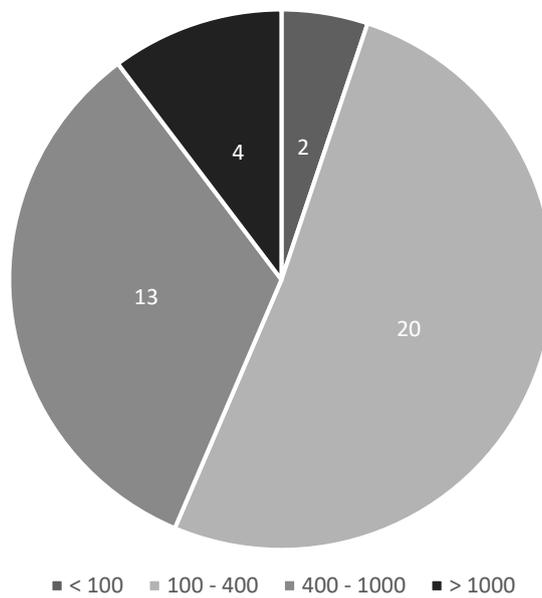


nacionais (IP3 e 5 e IC6 e 7) que contornam a Serra, designada por orla perimetral ao PNSE e que é intersetada por três eixos nacionais: a EN 231 que atravessa a Serra de Seia a Unhais, a EN 339 que atravessa de Seia, pela Torre até à Covilhã, e ainda, a EN 232 que atravessa a Serra de Gouveia, por Manteigas até Belmonte. Estes eixos viários são interligados por eixos regionais que passam por alguns aglomerados e zonas da Serra. Contudo, através da planta, é perceptível o desequilíbrio entre a zona sudoeste e noroeste do PNSE, criando assim uma dificuldade em circular entre todos os núcleos da Serra. Os eixos viários agrupam vários núcleos: o grupo que é acessível pela orla perimetral formado, a Oeste, pelas aldeias de Paços da Serra, Mangualde da Serra, Póvoa Nova, Corgas, Sazes da Beira, Carpito, Casal do Rei, Muro, Frádigas, Ribeiro, Fontão, Teixeira de Baixo e Aguincho; a Este, Unhais, Cortes do Meio, Cortes de Baixo e Penhas da Saúde, Samedo, Verdelhos e Famalicão. O grupo acessível pelo eixo EN231 constituído por Seia, São Romão, Lapa dos Dinheiros, Valezim, Cabeça, Loriga, Alvoco da Serra, Outeiro da Vinha, Vasco Esteves de Baixo, Vasco Esteves de Cima e Pedras Lavradas. O grupo acessível pela EN339 liga Seia, Aldeia da Serra, Senhora do Espinheiro, Sabugueiro, Lagoa Comprida, Torre, Piornos, Penhas da Saúde até à Covilhã. O grupo acessível pelo eixo EN232 com início em Gouveia, ligando, Alrote, Aldeias, Eiras, Penhas Douradas, Manteigas, Sameiro, Vale da Amoreira, e Valhelhas até Belmonte. Ainda o grupo a Norte, com uma rede mais densa, consequência de um terreno menos abrupto, formado pelos núcleos: Folgosinho, Melo, Freixo da Serra, Figueiró da Serra, Linhares, Quintãs, Salgueirais, Galisteu, Vide entre Vinhas, Aldeia da Serra, Vale de Azares, Morilho, Cadafaz, Prados, Vila Soeiro, Rapa, Aldeia Viçosa, Faia, Mizarela Trinta, Meios e Fernão Joanes.

Para além dos grupos, que segmentam o território, identificamos os eixos que os ligam. Existem duas ligações do eixo EN231- através da Senhora do Desterro e do alto de Loriga- que ligam ao eixo EN339. Desse eixo, através do Sabugueiro e Piornos, existe uma ligação para o eixo EN232, que depois se liga no alto de Manteigas com Videmonte e Prados. Este eixo tem trânsito limitado a circulação 4x4, ou seja, inacessível a muitas pessoas. Como este, existem muitos outros percursos que atravessam a Serra e onde se realizam atividades como motocross, rallies, BTT e passeios de jipe.

Apesar do número de aglomerados é importante analisar a atual densidade populacional deste território, porque, e, apesar do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) referir que “o aumento da intensidade, escala e dinamismo de outras actividades humanas constitui uma grande ameaça para os habitats semi-naturais e naturais” (PNSE, 2009, p.23), a densidade populacional constitui-se como linha de suporte da organização territorial que pode coexistir com a sensibilidade natural existente na Serra da Estrela. Se, como referido no Capítulo I, o cenário nacional prevê o aumento da população envelhecida e a redução da natalidade, o que se espera de uma área não litoral? Segundo o PNSE, em 2008, existia um decréscimo acentuado da população rural, um elevado índice de envelhecimento e analfabetismo, diminuição de residentes ativos, perdas no setor secundário, e ainda, um aumento significativo de alojamentos vagos ou de uso sazonal, ou seja, um cenário de abandono. Atualmente, esta dinâmica demográfica regressiva acentuou-se com as correntes de emigração para a Europa, a deslocação de serviços para as grandes cidades, a continua degradação do setor primário e secundário e os desequilíbrios regionais.

Apesar das fragilidades que o fator baixa densidade pode provocar, principalmente em zonas montanhosas e/ou do interior, pode por contrário, criar oportunidades. A baixa densidade possibilita um maior dinamismo entre as freguesias, consequência da interdependência das comunidades dos núcleos para satisfazerem as suas necessidades. Dessa forma, implica que exista uma maior proximidade entre as entidades gestoras do território, e ainda, uma articulação entre o ordenamento do território e o desenvolvimento local com base na valorização dos recursos endógenos, pois “O estatuto de Parque Natural para além de garantir a conservação de paisagens e natureza deve simultaneamente possibilitar a geração de valor económico acrescentado, através da rentabilização de produtos tradicionais ou com certificado de origem” (PNSE, 2009, p.23). Aqui, o papel das associações pode ter uma importância preponderante no apoio às comunidades. No entanto, importa assumir que “Constituirá, seguramente, um dos mais atuais desafios (...) a inversão do modelo demográfico atualmente vigente, através do incentivo à fixação de população” (Pinheiro, 2014, p.98), pois tem-se verificado um elevado despovoamento, acentuado envelhecimento e empobrecimento dos espaços rurais. (Pinheiro, 2014). Na Serra da Estrela, não existem ainda aldeias em



77. gráfico, relação do número de habitantes com os núcleos inseridos no Parque Natural da Serra da Estrela

completo abandono, mas pelo menos uma é povoada apenas sazonalmente (Fontão), e muitas têm poucos habitantes. É por isso necessário, enquadrá-las numa estratégia para criar condições que respondam a esses novos usos, e que, possibilitem o crescimento e desenvolvimento, mas, sem que isto, coloque em causa a conservação do espaço natural e cultural existente. Alguns exemplos de aglomerados em risco de abandono são: o Fontão, Cabeça, Barriosa, Freixo da Serra, Pêro Soares, Ramalhosa, Vila Soeiro, Prados e Salgueirais. Através da análise dos censos de 2011, hierarquizo os núcleos em densidades entre 100 a 400 habitantes, de 400 a 1000 habitantes e superiores a 1000 habitantes. Os aglomerados Sameiro, Vale de Amoreiras, Aldeia Viçosa, Faia, Trinta, Meios, Corujeira, Mizarela, Valhelhas, Vila Cortês do Mondego, Aldeias, Mangualde da Serra, Figueiró da Serra, Sazes da Beira, Valezim, Vide Entre Vinhas, Linhares, Rapa, Cadafaz e Vale de Azares estão inseridos no grupo entre 100 a 400 habitantes. No grupo seguinte, entre 400 a 1000 habitantes, estão inseridos os núcleos Alvoco da Serra, Sabugueiro, Sandomil, Santa Marinha, Vide, Folgosinho, Melo, Moimenta da Serra, Vinhó, Paços da Serra, Famalicão, Cortes do Meio e Verdelhos. No grupo de núcleos com maior densidade estão inseridos Unhais da Serra, Manteigas, Maçainhas e Loriga.

Por fim interessa compreender o sistema urbano, entender quais são as dinâmicas económicas que existem nos, e ou, entre os núcleos que povoam a Serra da Estrela. Historicamente a Serra da Estrela estava associada à produção de queijo, dos lanifícios e sarjas, (Wachsmann, 1949, p. 70), mas existiam também atividades relacionadas com a pastorícia, gado e agricultura. Atualmente, adicionamos novas atividades económicas, muitas delas relacionadas com o comércio, o turismo e o lazer. Esta análise resulta do levantamento local e da informação dos residentes e permite-nos concluir que hoje estas atividades ainda se praticam, mas não são o meio de subsistência das populações locais. As atividades encontrada são a indústria láctea, indústria têxtil (número reduzido), indústria comercial e turística, carpintaria, apicultura, fumeiros, artesanato, serralharia, pastorícia, criação de gado. Destacam-se ainda os produtos tradicionais da Serra da Estrela: azeite, mel, resina, castanha, queijo de fabrico tradicional, vinho, licores, pão, enchidos, lanifícios, hortícolas, cereais, fruta, carne e algum artesanato com madeira, lã e verga.



78. produtos da Serra da Estrela

79. apicultura

80. tosquia das ovelhas

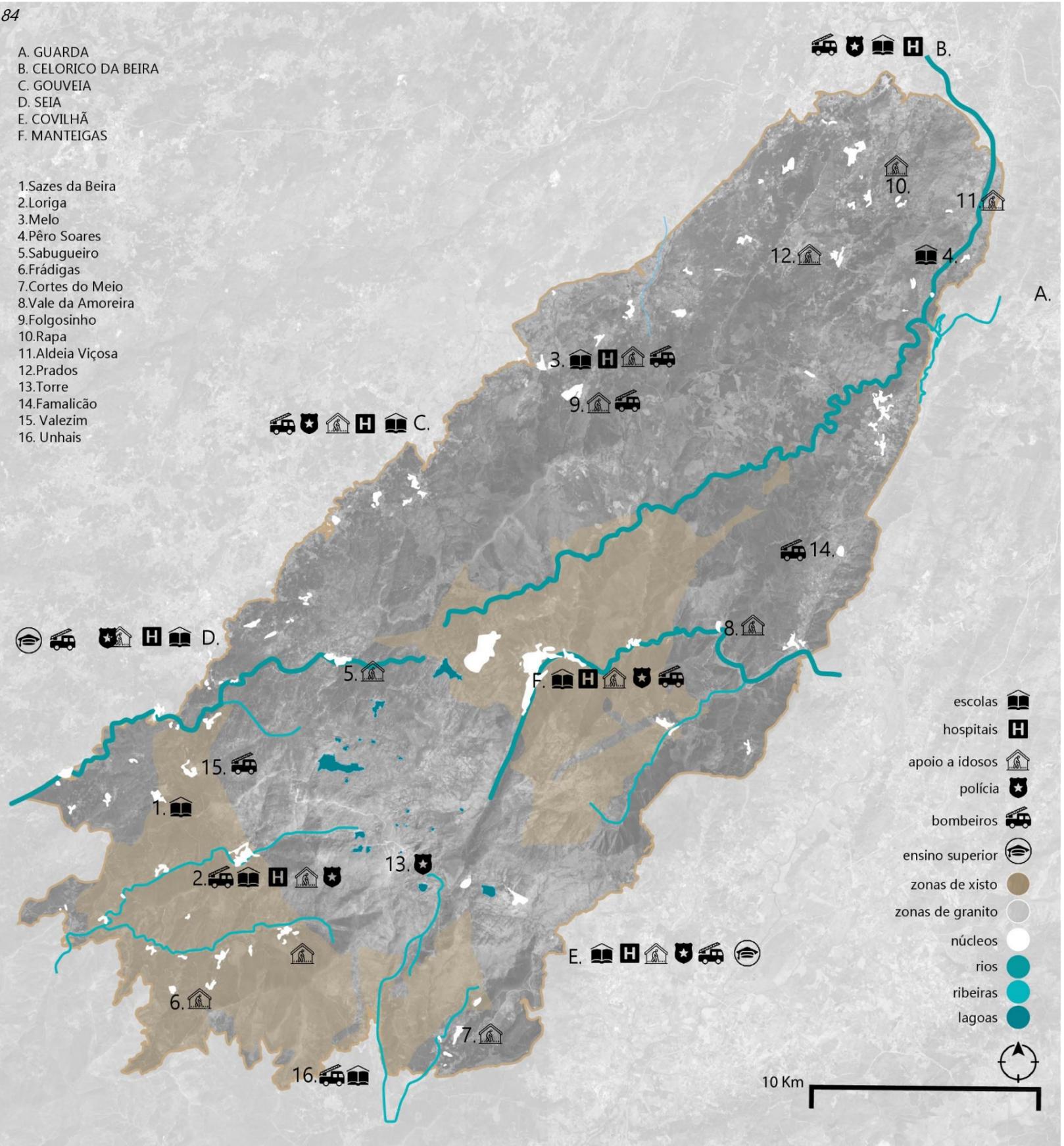
81. pastorícia

82. caminhante

83. artesanato

- A. GUARDA
- B. CELORICO DA BEIRA
- C. GOUVEIA
- D. SEIA
- E. COVILHÃ
- F. MANTEIGAS

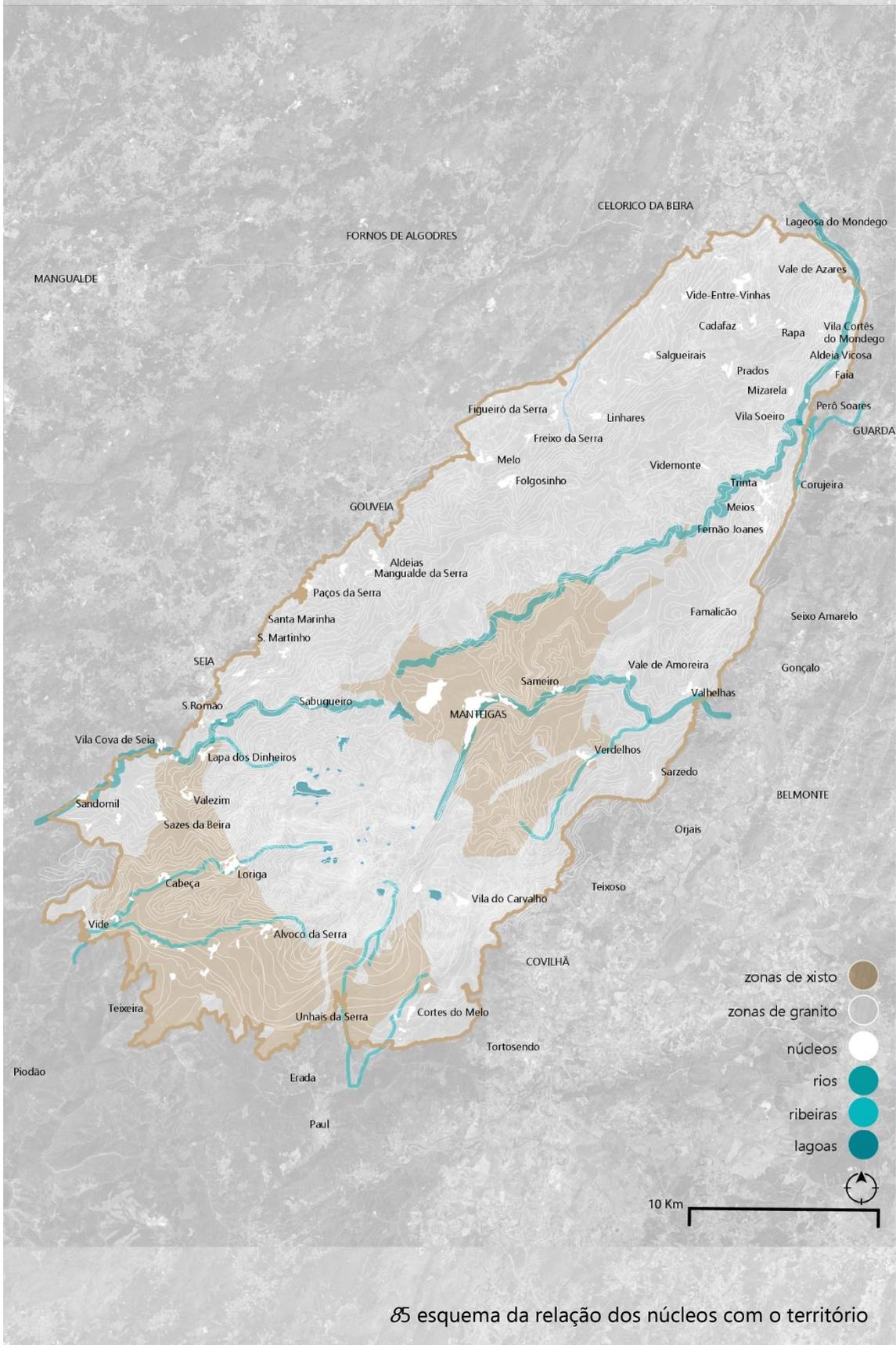
- 1. Sazes da Beira
- 2. Loriga
- 3. Melo
- 4. Pêro Soares
- 5. Sabugueiro
- 6. Frádigas
- 7. Cortes do Meio
- 8. Vale da Amoreira
- 9. Folgoso
- 10. Rapa
- 11. Aldeia Viçosa
- 12. Prados
- 13. Torre
- 14. Famalicão
- 15. Valezim
- 16. Unhais



84. esquema dos serviços

Em complemento às atividades económicas é necessária uma oferta de serviços de saúde, segurança, educação e administração. Com a redução da população tendencialmente os serviços centram-se nas grandes cidades e abandonam os pequenos núcleos das encostas da Serra. Os serviços de educação estão concentrados nas sedes de concelhos e em algumas exceções como Sazes da Beira, Loriga, Melo, Pêro Soares, Corujeira e Sabugueiro. Os serviços de saúde, hospitais e postos, estão sediados nas sedes de concelho, existem algumas farmácias em núcleos internos à orla periférica como em Loriga, Manteigas e Melo. Os centros de apoio a idosos, assim como lares, existem em maior número nas sedes dos concelhos, mas, também em Loriga, Frádigas, Cortes do Meio, Sabugueiro, Vale da Amoreira, Folgosinho, Melo, Rapa, Aldeia Viçosa, Vila Cortês do Mondego e em Prados. A maioria destas instituições são geridas por associações locais. Os serviços de segurança estão também localizados nas sedes de concelho à exceção dos postos de GNR de Loriga e da Torre, e dos bombeiros de Melo, Folgosinho, Famalicão, Valezim e Loriga.

A dispersão dos serviços reforça as relações de interdependência. No entanto esta situação não é recente, entre estes aglomerados sempre existiram relações de trocas de produtos e de serviços, gerando memórias e identidades partilhadas.



85 esquema da relação dos núcleos com o território

As marcas do território são um conjunto de construções resultado do domínio humano sobre o meio natural, mas, ao mesmo tempo em simbiose com a Natureza. Estas marcas que permitem a sobrevivência do Homem são hoje um recurso e um instrumento de desenvolvimento. Destacam-se as construções para diferentes usos e com diversas técnicas construtivas, consequência das influências romanas (vias e pontes), árabes (pomares e tecelagem), judaicas (mercados e feiras) e medievais (castelos), mas também, da geologia e topografia local como já referido (granito e xisto).

Os aglomerados que marcam a paisagem da Serra da Estrela, construídos com os materiais locais, o granito e o xisto, estabelecem uma relação harmoniosa entre a Natureza e o edificado que marca a identidade da Serra. Claro que, sendo materiais diferentes, necessitam de técnicas construtivas distintas o que resultou em linguagens próprias em cada caso. Apesar disso, a tipologia de habitação é semelhante, a casa com dois pisos. No piso térreo (a loja) destinada aos animais, o pipo e a salgadeira. O primeiro piso dividido em dois ou três quartos interiores sem luz, uma sala onde se guardavam as arcas das sementes, da roupa e os cântaros de água, e ainda o espaço para a cozinha que tinha sempre uma lareira. Desse piso subiam-se umas escadas para o sobrado onde se guardavam as batatas e outras coisas. Assim, “a casa é um reflexo do viver e da maneira ser dos homens” (Simões, 1979, p.56). Os materiais disponibilizados na natureza eram aplicados na sua forma crua porque interessava a subsistência da família na rudeza do clima da Serra, e então, “Poupam-se paredes ou até um telhado, encostando a casa aos fragedos naturais, e poupa-se espaço construído, aproveitando todos os recantos sob as escadas exteriores e outros, para recolher galinhas, os porcos, os coelhos, a lenha, ou até para cozinhar” (Amaral, 1988, p.79).

Nas zonas de xisto os edifícios de habitação tinham proporções modestas com implantações regulares, em quadrado ou retângulo. O xisto era empilhado e aplicado em dois panos de parede no perímetro do edifício, o interior mais tosco e o exterior mais regular. Claro que, sendo o xisto uma pedra lascada, dificulta o fornecimento de grandes peças, e por isso, era necessário justapô-lo com outros materiais, por exemplo a argila amassada com palha, ou em zonas mistas, o granito nos cantos e nos vãos. Para o piso e a cobertura usavam-se vigas



- 86. casa típica em granito, 2019
- 87. casa típica em xisto e granito, 2019
- 88. casa com telhado de colmo, 2019
- 89. casa típica em xisto, 2019
- 90. igreja da Cabeça
- 91. monumento religioso, Lapa dos Dinheiros
- 92. evento religioso, Senhora do Desterro

de madeira que suportavam o soalho que dividia os dois pisos e a cobertura de duas águas, que, posteriormente era revestida com colmo ou lascas de xisto.

Nas zonas de granito, os edifícios de habitação tinham proporções idênticas aos de xisto. Na sua construção apenas difere a dimensão das peças da pedra, o que, para além de facilitar a resolução dos cantos e vãos, permite que a construção em emparelhamento resulte por si só. Uma vez com dois panos de parede, outras vezes com um pano de parede e bairradas pelo interior. A cobertura e o piso, estruturas de madeira, são suportadas pela estrutura das paredes e revestidas em madeira e colmo

Atualmente, ainda é possível encontrar alguns exemplos dessa arquitetura popular, sendo que, são raros os casos em que a cobertura de colmo não foi substituída por telha. Esses casos raros correspondem atualmente a edifícios agrícolas e encontram-se ao longo do Vale Glaciar do Zêzere, no Vale do Mondego e nos casais de Folgoso. De igual forma, são poucos os aglomerados que mantêm uma linguagem pitoresca, pois em muitas situações, os edifícios foram rebocados pelo exterior e as novas construções substituíram as ruínas de pedra existentes. Contudo, existem alguns aglomerados onde ainda predominam as construções em pedra. Das zonas de granito destaco a Lapa dos Dinheiros, Linhares, Folgoso, Prados, Loriga e Alvoco da Serra. Das zonas de xisto destaco Fontão, Aguincho, Frádigas, Muro, Casal do Rei e Cabeça. Saliento também os casais ao longo das encostas, alguns em ruína, mas outros ainda habitados que conservam a arquitetura e o modo de vida tradicional da Serra da Estrela. Nas zonas de transição existem construções mistas como por exemplo em Videmonte e Valhelhas onde existem construções vernaculares e é possível observar a concordância entre as pedras granito e xisto para satisfazer uma necessidade do Homem: abrigar.

Entre os edifícios de habitação destacam-se pela forma e imagem os edifícios nos aglomerados, edifícios de utilização religiosa e comunitário. Presentes em todos os aglomerados, sejam capelas, igrejas ou santuários, estas construções destacam-se da malha urbana pela sua inserção, forma e imagem. Frequentemente situadas no ponto mais alto das aldeias apresentam uma imagem mais cuidada e normalmente estão associadas a um espaço público com uma fonte, um chafariz ou uma zona de estar. Continua a existir uma tradição religiosa que usa sistematicamente estes edifícios, mais que não seja, nas festas religiosas do verão, quando os emigrantes regressam à terra. Destaco as ermidas da Senhora



93. moinho da Rapa

94. lagar

95. forno comunitário do Sabugueiro

96. antigo forno comunitário da cabeça

do Desterro, Loriga, Lapa dos Dinheiros, Faia, Vale de Azares, Paços da Serra e Valezim.

Destacam-se ainda os edifícios com utilização comunitária, que são, os lagares para a produção de azeite, fornos comunitários para a produção do pão, os moinhos para a produção de farinha, os lavadouros para a lavagem da roupa e as fontes para o abastecimento de água. Como nem todos os aglomerados tinham estes equipamentos, existia um intenso intercâmbio de produtos e gentes tornando-os mais do que equipamentos, edifícios culturais e sociais, onde as pessoas conviviam e trocavam conhecimentos. Essas construções normalmente são mais rudes e têm apenas um pano de parede, mas seguem os mesmos princípios: emparelhamento das peças de pedra e a cobertura em duas águas com vigas de madeira e revestidas com colmo ou xisto. Ainda hoje existem alguns destes equipamentos.

Dos lagares, destaco o de Mizarela, que é desde 2010 propriedade da Cooperativa de Camponeses do Vale do Alto Mondego e produz azeite biológico. Para além deste lagar existem ainda outros três que ainda estão a laborar, situam-se na Aldeia Viçosa, Vale de Azares e na Rapa. Outros lagares estão inativos como o de Teixeira de Baixo, Casal do Rei e Vide. Outros foram convertidos em outras utilizações, como o lagar do Vale da Amoreira, atual Casa de Turismo Rural.

Dos moinhos, apesar de não produzirem, uns foram reabilitados, muitos encontram-se sem uso, e outros estão ao abandono, como por exemplo na Senhora do Desterro, em Teixeira de Cima, Aldeia Viçosa, Manteigas, Verdelhos, Cortes do Meio, Sabugueiro, Sandomil, Cadafaz, Sazes, Vide e Cabeça. Por outro lado, destaco o conjunto de moinhos da Rapa que atualmente é um espaço museológico. A cultura de centeio, milho e trigo na Serra da Estrela e a produção industrial motivaram o abandono e substituição destes edifícios, no entanto, existem ainda alguns campos de cultivo, por exemplo, ao longo no planalto e no vale do Rio Mondego que seguem para a moagem na Casa do Senhor António em Manteigas, onde a loja da sua habitação deu lugar a um moinho improvisado.

Dos fornos comunitários, alguns estão a ser reativados com novos usos. Na Senhora do Desterro para restauração, na Cabeça para merendas, no Sabugueiro e na Rapa enquanto espaço museológico. Para além destes, existem sem utilização em Sazes da Beira, Valezim, Videmonte, Carapito, Alvoco da Serra, Cortes do Meio e Fernão Joanes. Por fim, os lavadouros,



97. ruína de uma fábrica, Manteigas

98. edifício industrial ativo

99. Museu da Eletricidade, antiga central

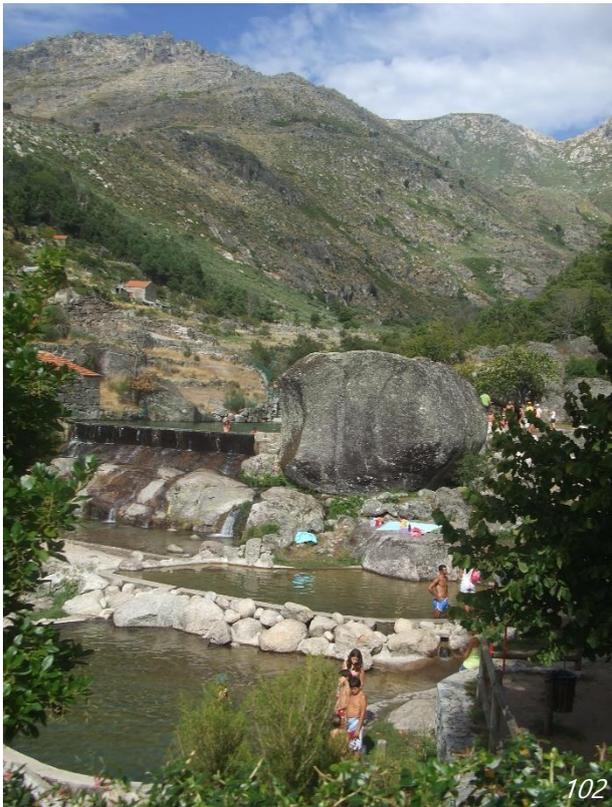
100. levada (canal de água)

que ainda existem na maioria dos aglomerados, alguns continuam a ser utilizados e outros foram mantidos para conservar a memória de uma tradição que se perdeu.

Para além destes edifícios anteriormente referidos (habitação e equipamentos), destacam-se na silhueta urbana dos aglomerados os edifícios com uso industrial. A indústria têxtil foi durante muitos anos a principal atividade económica da Serra da Estrela. As suas construções de grande escala encontram-se junto às linhas de água e muitos inseridos ou nas proximidades das aldeias. Apesar da importância que tiveram, atualmente, a maioria dos edifícios encontram-se ao abandono, descaracterizando as paisagens por se encontrarem num estado de ruína irreversível. Desse legado industrial que serpenteia as encostas da Serra da Estrela, destaco a reabilitação da Real Fábrica de Panos e da Real Fábrica Veiga que hoje alberga o Museu de Lanifícios da Serra da Estrela na Covilhã. Ou a reabilitação da Fábrica de Lanifícios Império de Manteigas para a produção de têxteis através da criação da marca Burel. No entanto, a maioria encontra-se ao abandono e sem nenhum projeto ou estratégia para o futuro, encontramos exemplos de edifícios abandonados em Loriga, Senhora do Desterro, Paços da Serra, Manteigas, Trinta, Fernão Joanes, Melo, Famalicão e Paços da Serra, que sofrem a deterioração do tempo e permanecem ruínas esquecidas nas paisagens serranas.

Depois, e também de grande escala, as construções que constituem o Sistema de Aproveitamento Hidroelétrico da Serra da Estrela. Fazem parte desta rede as centrais, as lagoas, as condutas de ligação forçada, os canais e as câmaras de descarga. Apesar de ainda continuarem em uso, existem muitas construções abandonadas que anteriormente abrigavam os guardas e os trabalhadores desta indústria. Essas construções existem na Senhora do Desterro, no Sabugueiro, na Lapa dos Dinheiros, ou seja, em torno do maciço central da Serra da Estrela.

Mais recentemente têm se apostado em construções para fins turísticos. No entanto destaco o polo das Penhas da Saúde e das Penhas Douradas como exceções de todos os núcleos porque têm uma identidade visual autónoma, mas que só existe devido a fatores endógenos do território: o clima e a geologia. Os núcleos, Penhas Douradas e Penhas da saúde, apresentam uma imagem híbrida entre a arquitetura vernacular das construções em pedra e as construções alpinas. Essa imagem é distinta de todos os aglomerados da Serra, mas, ao mesmo tempo, muito próxima na relação de pertença à paisagem e à Natureza. A atividade



101. Hotel Casa das Penhas da Saúde

102. praia fluvial de Loriga

103. Museu da Eletricidade, antiga central

de turismo e recreio de inverno apropriou-se desde logo destas áreas onde se desenvolviam atividades de recreio e lazer, que tão caracterizam a cultura da Serra da Estrela na sua relação com o país. Apesar disso, muitas habitações familiares e *chalets* encontram-se abandonadas e em ruína, apenas os grandes empreendimentos turísticos continuam a manter e desenvolver a atividade nesses núcleos: Casa Das Penhas Douradas Design Hotel e Spa, Luna Hotel e a Pousada da Juventude. Para além destes dois polos, identificamos um pouco por todo o território iniciativas ligadas a este setor: hotéis, pensões, *hosteis*, quintas e casas rurais entre outros.

Também da estrutura urbana, fazem parte os espaços públicos como os largos, as praças, os jardins e as fontes. Os seus usos foram substituídos, e por isso, muitos foram esquecidos e outros não têm ninguém que os use. Associados aos aglomerados existem outros espaços de lazer que vão pontuando os rios e as linhas de água, são eles as praias fluviais. Atualmente, estas existem em muitas aldeias, no entanto, a maioria carece de uma melhor estruturação ou de outros equipamentos associados pois têm um uso bastante direcionado e sazonal. Existem em Loriga, Senhora do Desterro, Lapa dos Dinheiros, Sabugueiro, Valhelhas, Aldeia Viçosa, Verdelhos, Vale do Rossim e Unhais da Serra.

Diferentes de todos, mas não menos importantes, cabem neste grupo as construções com uma função de interpretação, valorização e divulgação da cultura da Serra da Estrela, são eles os museus, centros interpretativos, centros culturais, bibliotecas, centros informativos e postos de turismo. Atualmente existem vários equipamentos de cultura, dos quais destaco: Centro de Interpretação da Serra da Estrela, Museu do Pão em Seia, Museu da Eletricidade na Senhora do Desterro, na Covilhã o Museu de Arte Sacra, o Museu de Lanifícios, o Museu do Queijo e o Centro Interpretativo da Cereja, no concelho de Celorico, o Museu do Mundo Rural de Prados, Museu do Agricultor e do Queijo e o Espaço Museológico do Moinho de Água da Rapa. Em Manteigas existe o Centro Interpretativo do Vale Glaciar do Zêzere e o Museu Virtual de Manteigas. E por fim, o Museu de Tecelagem dos Meios. Também inseridos nestes equipamentos de valorização cultural devem estar referidas as escolas, centros de investigação e universidades, desde logo a Universidade da Beira Interior sediada na Covilhã e o Instituto Politécnico da Guarda.



104. agricultura

105. pastorícia

106. fabrico de queijo tradicional

107. transumância

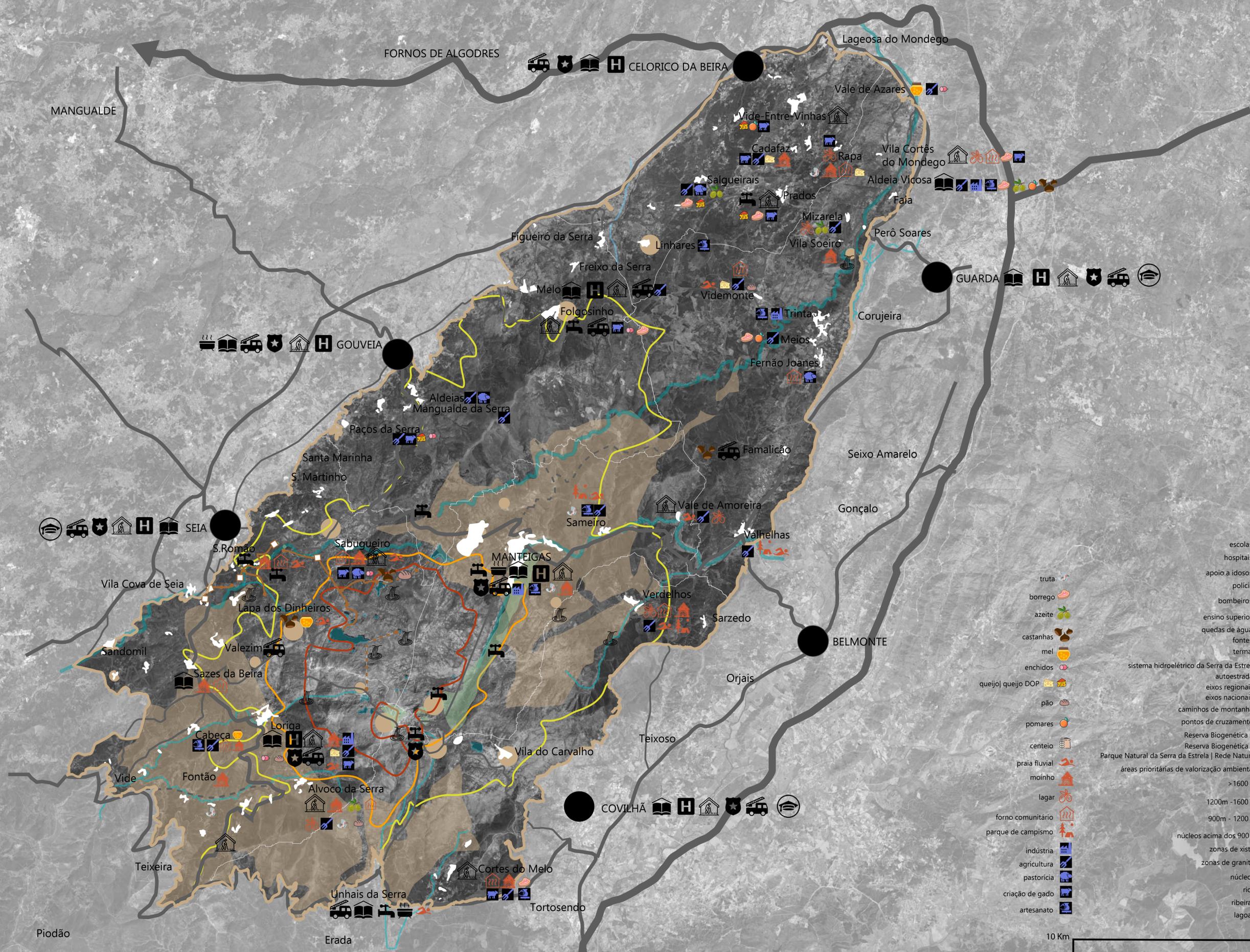
O Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), apresenta uma diversidade de atributos naturais, paisagísticas, geográficas e urbanas. A sua apropriação pelo Homem acrescenta-lhe um valor cultural, no entanto é necessário um mapeamento das atividades, tradições e eventos principais, para entendermos como se manifesta a identidade da Serra da Estrela.

As principais tradições da Serra estão articuladas com as atividades económicas locais, com a agricultura e com a pastorícia. Estas atividades são compatíveis com o uso e a conservação dos recursos, assim como com os valores naturais, porque deles dependem. Da agricultura surge, a apanha da castanha, da cereja e da azeitona, as sementeiras e os magustos. Da pastorícia as rotas da transumância, o fabrico tradicional de queijo e as feiras do queijo. Da criação de gado a festa do chocalho, o fabrico das tapeçarias (lã) e vestes pastorícias (pele). Ao nível do artesanato, atividade que serviam para os trabalhadores fabricarem os seus instrumentos de trabalho em diferentes materiais, como a madeira, vime e verga, lã e linho e ainda o barro. Assim ainda hoje na Serra se desenvolvem atividades como a olaria, latoaria e a tanoaria. Além das atividades mencionadas, é característico de todos os aglomerados a existência de eventos religiosos que anualmente ainda são um chamariz de visitantes, como por exemplo, a Nossa Senhora da Saúde em Valezim e a Senhora da Guia em Loriga.

Posteriormente, surgiram as atividades desportivas (pesca, caça e campismo), os desportos de aventura (montanhismo, rapel, ski, voo livre, canoagem, escalada). Hoje, ganham mais importância as atividades de saúde, lazer e turismo (termas, praias fluviais, rotas e passeios turísticos). E recentemente têm surgido outros eventos relacionados com a observação da natureza e das estrelas, caminhadas temáticas diurnas e noturnas, jornadas pedagógicas, escalada no gelo, *geocaching*, percursos interpretativos, festas e festivais (de Arte, Música, Escultura, Teatro, Gastronomia), entre outras.

Depois, a gastronomia local, o queijo, o requeijão e o borrego (produtos certificados)²⁹, mas também, os enchidos, as trutas, o cozido à serrana, os pasteis de feijoca, o pão de centeio, a chanfana assada no forno de lenha, as sopas, a jeropiga, o vinho e os licores.

²⁹ Cooperativa de Produtores de Queijo da Serra da Estrela -Sedeada na vila de Celorico da Beira, no distrito da Guarda, é a entidade gestora da Denominação de Origem Protegida (DOP) dos produtos Serra da Estrela.



- escolas
- hospitais
- apoio a idosos
- polícia
- bombeiros
- ensino superior
- quedas de água
- fontes
- termas
- sistema hidroelétrico da Serra da Estrela
- autoestrada
- eixos regionais
- eixos nacionais
- caminhos de montanha
- pontos de cruzamento
- Reserva Biogenética A
- Reserva Biogenética B
- Parque Natural da Serra da Estrela | Rede Natura
- áreas prioritárias de valorização ambiental
- > 1600 m
- 1200m - 1600 m
- 900m - 1200 m
- núcleos acima dos 900 m
- zonas de xisto
- zonas de granito
- núcleos
- rios
- ribeiras
- lagoas

- trufa
- borrego
- azeite
- castanhas
- mel
- enchidos
- queijo| queijo DOP
- pão
- pomares
- centeio
- praia fluvial
- moinho
- lagar
- forno comunitário
- parque de campismo
- indústria
- agricultura
- pastorícia
- criação de gado
- artesanato

10 Km

Síntese

Através da análise anterior levantam-se um conjunto de características que dizem respeito às expressões naturais da Serra da Estrela.

As fragilidades naturais estão relacionadas com diferentes fatores dos quais destaco: o obstáculo natural que constitui a Serra da Estrela mais concretamente a sua topografia, a degradação dos espaços de interesses biológico e científico relevantes, a limitação da ocupação do território pela geografia imponente, a grande escala do território que dificulta o controlo total, a falta de ordenamento florestal e reposicionamento das áreas ardidas, e por fim, a ameaça da biodiversidade natural da Serra da Estrela. Posto isto, podemos afirmar que a paisagem natural é uma, mas diversificada que é a da Serra da Estrela (Teodoro, 2015) se encontra debilitada, pouco acessível, subaproveitada, abandonada, degradada, desprotegida e não ordenada. É, portanto, pertinente contrariar estas tendências, e das fragilidades criar oportunidades para a valorização da identidade da Serra da Estrela.

Por outro lado os pontos fortes têm a ver com a posição geoestratégica da Serra da Estrela enquanto zona de transição, a existência de um património natural de interesse científico e biológico, a delimitação enquanto área protegida de interesse nacional e internacional, a diversidade climática que possibilita diferentes usos ao longo de todo o ano, a fertilidade dos solos, a riqueza hidrográfica através da qual se pode garantir o abastecimento de água e energia, a transformação em zonas lúdicas para pesca e recreio e ainda o aproveitamento das águas termais para lazer. Depois, também a riqueza dos recursos naturais (água, flora, fauna, vento, clima) propiciando atividades como a pastorícia e a agricultura, e ainda, a oferta diversificada de paisagens, pontos de vista e miradouros.

Contrariamente ao espectável, a maioria dos pontos fortes mencionados anteriormente encontram-se sem nenhuma estratégia de potencialização e são elementos surpresa para quem visita a Serra da Estrela. Alguns que sem manutenção sobrevivem ao tempo, e outros que se tornam inacessíveis e descaracterizados, como por exemplo os miradouros, as barragens, as cascatas e as linhas de água. Comprova-se um desleixo na sinalização e no

aproveitamento sustentável de cariz pedagógico, social, cultural, económico e lúdico que possam valorizar e potencializar, de acordo com as necessidades atuais, essas características naturais e geográficas. Assim, a falta de informação e sensibilização disponível para os habitantes e visitantes contribuem para que o legado natural não seja muitas vezes conhecido, quanto mais conservado, pondo em causa a identidade natural da Serra da Estrela.

Também através da análise anterior se levantam um conjunto de características que dizem respeito às impressões culturais da Serra da Estrela, de naturezas diferentes, todas elas são manifestações entre o Ser Humano e o meio, e por isso são efetivamente influenciadas pelas condições anteriormente sintetizadas.

As fragilidades estão relacionadas com diferentes fatores dos quais destaco: a fraca articulação regional, a inexistência de uma estratégia intermunicipal e de plataformas logísticas comuns às entidades gestoras, o que, criam oportunidades para estratégias unilaterais de cada município na gestão e ordenamento do território, impossibilitando assim, o crescimento uniforme de toda a área. Depois, a deficitária rede de vias de comunicação sem manutenção, sinalética e segurança e a deficitária rede de transportes públicos reforçam o isolamento das comunidades. Acrescentando a isto, a centralização das medidas interventivas nos grandes núcleos, a dispersão e reduzida dimensão dos aglomerados, o decréscimo acentuado da população, o índice de envelhecimento superior à média nacional da área em estudo, e ainda, a insuficiência ao nível de serviços e apoio às comunidades, contribuem para o abandono dos espaços rurais e para a degradação dos aglomerados. A quase inexistente ligação ao sistema científico, tecnológico e de ensino superior tem impossibilitado estudos que antecipam futuras situações, investigações que contribuem para a evolução do conhecimento da área e ainda o intercambio de conhecimentos. Ainda, o abandono das atividades tradicionais, a regressão no setor têxtil e primário têm contribuído para um incremento da taxa de desemprego e para a debilitação do tecido económico provocando fraca capacidade de atração de técnicos. Depois, a insuficiente capacidade técnica das entidades gestoras do território, a deficitária cobertura de telecomunicações, a desarticulação entre associações, eventos e capacidades de cada aglomerado têm dificultado o trabalho no combate às dificuldades anteriormente referidas.

Por fim, e como consequência de tudo o que já foi mencionado, destaco a degradação das construções com um valor cultural e identitário, a descaracterização das paisagens urbanas, a perda da concentração e da identidade vernacular de cada núcleo, o que, têm provocado uma evolutiva perda de legados.

Por outro lado, os pontos fortes têm a ver com a existência de um legado construído com interesse cultural, a existência de equipamentos culturais e de lazer, existência de produtos de qualidade, existência de unidades de alojamento turístico o que tem contribuído para a evolução do mercado de produtos e serviços de qualidade. Depois a existência de diferentes espaços comunitários de lazer e recreio, a proximidade geográfica com escolas de ensino superior, a boa cobertura de equipamentos sociais (maioritariamente do setor privado), um grande número de associações culturais, sociais, recreativas e desportivas, que têm contribuído para a dinamização de novas atividades e eventos culturais de diferentes naturezas. De salientar ainda, a grande diversidade e riqueza que resulta da visão holística do território.

Como se verifica pela relação entre fragilidades e pontos fortes existe um trabalho moroso e cuidadoso para equilibrar essa balança. Apesar disso os pontos fortes por eles mesmos já são interessantes e são também, pontos de partida para a valorização da identidade da Serra da Estrela. No entanto, é necessário preservar, ordenar, gerir e relacionar as valências, que pela interdependência e complemento poderão potenciar o desenvolvimento.

Através do diagnóstico subentende-se que as atividades culturais que existem na Serra da Estrela estão muito articuladas com as atividades locais de cada aldeia ou polo, no entanto, existem diversos aglomerados que partilham as mesmas tradições e eventos, mas que não se associam, ou porque estão implantados em locais opostos, ou porque desconhecem essa possibilidade. Apesar do trabalho de divulgação, educação e valorização das associações locais, estas entidades, não têm meios técnicos nem financeiros para chegarem a todos os núcleos. Apesar disso tem existido um investimento mais ativo e contínuo na agenda cultural de cada município e que tem conseguido dar resposta a vários interesses. No entanto não existe ainda uma rede cultural de atividades que consiga agregar os pontos em comum entre as várias aldeias e fazê-las chegar a outros pontos do país e do mundo.

Por outro lado, subentende-se ainda que, as construções devem dar resposta às atividades atuais e futuras. Pois, claramente existem espalhadas por todo o território da Serra construções abandonadas e em ruína que já fizeram parte da vida ativa das comunidades da Estrela, mas que não se adaptaram às transformações. Existe a oportunidade de aproveitar essas construções para equipamentos que suportem as novas atividades que começaram a surgir agora e que podem rapidamente ganhar outra escala. Por outro lado, é evidente a necessidade que as comunidades têm tido ao longo dos tempos em manterem parte dessas construções enquanto memória de um estilo de vida passado, materializada nos vários museus e centros interpretativos.

Por fim, é de salientar que a Serra da Estrela pode ser um laboratório pedagógico por todas as suas características naturais e culturais. Portando a ligação com entidades científicas e de ensino mostra-se necessária e precisa para um melhor entendimento sobre várias questões intrínsecas ao território e às comunidades, mas também, para a formação e sensibilização dos usuários da Serra da Estrela.



109. vista aérea sobre o Parque Natural da Serra da Estrela

IV. Dar valor ao Parque Natural

A Estratégia

A área protegida, Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), delimita um território peculiar no contexto nacional caracterizado pela diversidade natural e cultural. Contudo, através da análise do objeto de estudo, conclui-se que é uma área que se encontra descaracterizada, pouco atrativa e subaproveitada. A existência de uma entidade tutelar, o Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), pressupõe a proteção e a preservação do património natural, arquitetónico e cultural existente na área classificada. Como tal, o PNSE tem vindo a definir alguns objetivos que pretendem contrariar as tendências anteriormente referidas. No entanto, tanto o PNSE como as outras entidades, com poderes administrativos sobre o território da Serra da Estrela (os seis municípios), lidam com dificuldades que inviabilizam a gestão e a aplicação dos objetivos planeados. Acresce ainda que, estas entidades, têm apostado em estratégias unilaterais, o que, acaba por criar uma dinâmica de gestão desigual, e conseqüentemente, um desenvolvimento irregular da área. Este cenário deve-se principalmente à ausência de uma estratégia integrada para a gestão e planeamento deste território, impossibilitando assim, políticas (geográfica e urbana) estruturantes que resultem na coesão territorial.

Portanto, propõe-se uma estratégia de desenvolvimento territorial que abrange todo o território inserido na área delimitada como Parque Natural. Com o objetivo de valorizar a área e as suas características, a estratégia proposta, visiona uma região capaz de promover o crescimento económico sustentável, através da preservação dos recursos endógenos e do património (natural e cultural), em prol do desenvolvimento e de melhores condições de vida que motivem a fixação e atração de população.

Assim, e tendo claro que as ferramentas base para o sucesso da estratégia são a paisagem, o património natural, o património cultural, os recursos endógenos e as comunidades, são traçadas três ambições: Serra Conectada, Serra Dinâmica e Serra com Gente. A cada ambição correspondem um objetivo específico e um conjunto de eixos estratégicos,

VISÃO ESTRATÉGICA

região capaz de promover o crescimento económico sustentável, através da conservação dos recursos endógenos e do património (natural e cultural), em prol de melhores condições de vida que motivem a fixação e atração de população

Serra Conectada

assegurar, reforçar e facilitar a conectividade, articulação e transversalidade, no e com o território

Serra Dinâmica

promover, dinamizar e diversificar o território da Serra da Estrela

Serra com Gente

promover o bem-estar e a qualidade de vida das populações e dos visitantes

preservação e proteção do património natural e cultural, e ainda, a promoção e utilização sustentável dos recursos endógenos

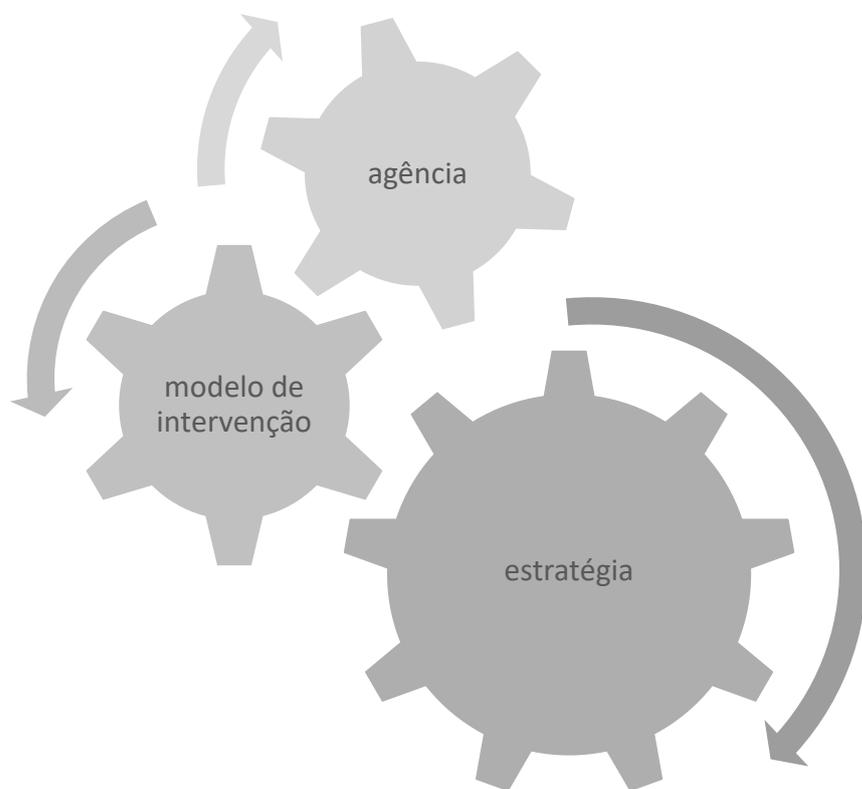
aos quais se impõem transversalmente, a preservação e proteção do património natural e cultural, e ainda, a promoção e utilização sustentável dos recursos endógenos.

À ambição Serra Conectada, corresponde o objetivo de assegurar, reforçar e facilitar a conectividade, articulação e transversalidade, no e com o território. Nesse sentido são propostos alguns eixos estratégicos que pretendem orientar futuras medidas, são eles, melhoria da acessibilidade e das conexões entre os núcleos, ampliação da cobertura de serviços de telecomunicações em toda área, qualificação da rede de transportes públicos, criação da rede de transportes alternativos sustentáveis, promoção e cooperação empresarial, e ainda, reforço das dinâmicas interdependentes das comunidades, dos produtores e das entidades.

À ambição Serra Dinâmica, corresponde o objetivo de promover, dinamizar e diversificar o território da Serra da Estrela. Como tal são propostos eixos estratégicos, como, apoio para a criação e melhoria de espaços de acolhimento e permanência, desenvolvimento de ações integradas de requalificação de áreas comunitárias e de bens públicos, valorização e potencialização dos produtos e atividades locais, afirmação da identidade territorial, promoção do desporto, do lazer e da cultura, fomentação do trabalho em rede, criação e divulgação da marca Serra da Estrela, criação de uma rede de promoção e divulgação do território, e ainda, a diversidade, transversalidade e multifuncionalidade das ofertas.

Por fim, à ambição Serra com Gente corresponde o objetivo de promover o bem-estar e a qualidade de vida das populações e dos visitantes. Nesse âmbito são propostos eixos estratégicos como, apoio através de prestação de serviços técnicos e de consultoria às populações, incentivo para a conservação dos costumes e atividades tradicionais, sensibilização para o uso sustentável e para a conservação dos recursos e do património existente, incentivo para iniciativas de inclusão social, apoio às associações locais e à sua interdependência, e ainda, promoção da participação cívica.

Posto isto, é imprescindível clarificar que existem instrumentos para o sucesso da concretização das três ambições, como por exemplo, o envolvimento da população, que exige a sua capacitação e qualificação para garantir o diálogo e a cooperação. Também, a cooperação entre o Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) e entidades de transferência de



111. o conjunto
estratégico

conhecimento, nomeadamente instituições de ensino capazes de aumentar a capacidade de inovação das medidas e soluções a adotar. Depois, a cooperação empresarial e entre produtores, o que, dinamiza a economia local. Ainda, a inovação social das medidas o que aumenta a inclusão e a atratividade, e também, a cooperação internacional e nacional, que permite aumentar o leque de experiências possíveis. Por fim, a articulação da estratégia com as orientações regionais, nacionais e internacionais em constante atualização, e ainda, um Modelo de Intervenção eficaz, o que, permite alcançar mais e melhores resultados.

Logo, a estratégia integrada proposta tem de ser posta em prática a partir de uma agência plurivalente, multidisciplinar, e ainda, com capacitações técnicas de operacionalização no terreno e de diálogo com a população e com as entidades. Portanto, propõe-se a criação da Agência de Desenvolvimento Territorial da Serra da Estrela (ADESTRELA) com o fim de pôr em prática a estratégia proposta. Os objetivos da agência passam por assegurar a preservação da Natureza, fomentar o desenvolvimento das comunidades locais, e ainda, assegurar a valorização da diversidade da paisagem, do património (cultural e natural) e dos recursos endógenos da Serra da Estrela. Para isso, a ADESTRELA deve ser constituída por representantes das entidades administrativas dos seis municípios e do PNSE, por representantes das associações locais e ainda, por parceiros privados e públicos possibilitando assim uma gestão integrada, o diálogo e a transversalidade entre todas as entidades com poderes administrativos sobre o território da Serra da Estrela.

Dentro das possibilidades de atuação da agência, para a exequibilidade da estratégia, propõe-se um Modelo de Intervenção que assenta numa abordagem holística dos sistemas que qualificam o território da Serra da Estrela. Como já referido, a Serra da Estrela é um território amplo e diverso, que contém muitas paisagens e ambientes distintos. Se é claro que existem várias características comuns a toda a região, nomeadamente no que diz respeito às atividades culturais e económicas, por outro lado, existem imensos contrastes e elementos distintivos quando se percorre o território. A relação entre o meio natural e o Homem possibilitaram a sobrevivência das comunidades, através do desenvolvimento de atividades como a agricultura, pastorícia, pecuária, moagem dos cereais, produção de azeite, produção de eletricidade e tecelagem. Portanto, as espécies cultivadas e os produtos tradicionais são

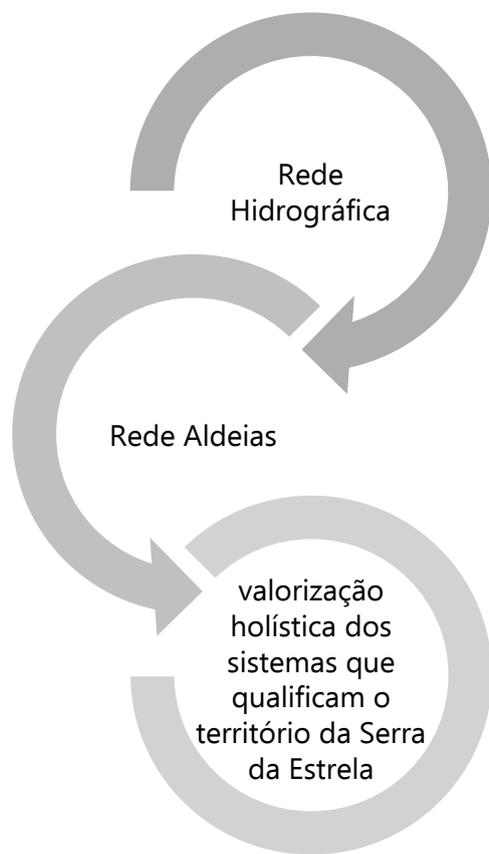


112. esquema das duas unidades territoriais

idênticos nas várias partes do território. O mesmo acontece com o artesanato, as atividades e tradições. Tudo isso, induz a ideia de uma região uniforme. No entanto, através da análise e do diagnóstico percebemos que essa uniformização não é linear. As condicionantes e as diferentes morfologias do território pressupõem formas distintas de interação entre o Homem e o meio, resultando em ambientes únicos que se refletem nas paisagens. O desafio é, fundamentalmente, encontrar semelhanças entre sítios e núcleos, de forma a potencializá-las através da interdependência, mas também, valorizar os atributos distintivos (culturais ou naturais). Pretende-se, através do Modelo de Intervenção estimular as relações entre, e com, as comunidades e entre o Homem e a Natureza. Essas relações sempre estiveram na base da vida humana na Serra da Estrela, e continuam a fazer parte da definição de Parque Natural. Portanto, e como preservar é desenvolver, é pertinente que se prezem e cuidem (as relações).

Posto isto, o Modelo de Intervenção proposto divide-se em duas unidades territoriais complementares inseridas na área do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), são elas, a Rede de Aldeias e a Rede Hidrográfica. Estas unidades permitem espacializar e operacionalizar a implementação da estratégia de desenvolvimento territorial proposta.

A Rede de Aldeias é constituída por diversos núcleos dispersos nas encostas da Serra, parte deles estão articulados pela orla perimetral ao Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE). Desde logo destaco as sedes de concelho, que apesar de não estarem inseridas na área protegida, são estruturantes no acesso e organização desta: Seia, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Celorico da Beira. Depois surgem outros aglomerados que se avistam desta orla, pela sua posição de destaque no território, são eles: Linhares da Beira (Castelo), Folgosinho (Miradouro) e Unhais (Termas). Os restantes núcleos, pela relação, e, ou, pela proximidade, estabelecem relações, criando assim, dez conjuntos de aldeias. Esses conjuntos são: Aldeia da Serra, Vale de Azares, Cadafaz, e Rapa; Morilho, Galisteu e Vide entre Vinhas; Linhares, Assanhas e Salgueirais; Videmonte e Prados; Folgosinho, Melo, Freixo da Serra e Figueiró da Serra; Paços da Serra, Mangualde da Serra, Alrote, Aldeias e Eiras; Senhora do Espinheiro, Aldeia da Serra, Póvoa Nova, Póvoa Velha e Vales; Cabeça de Eiras, Corgas, Sazes da Beira e Valezim; Cortes do Meio, Cortes de Baixo e Bouça, e ainda, Fernão Joanes, Meios e Trinta. A importância destes

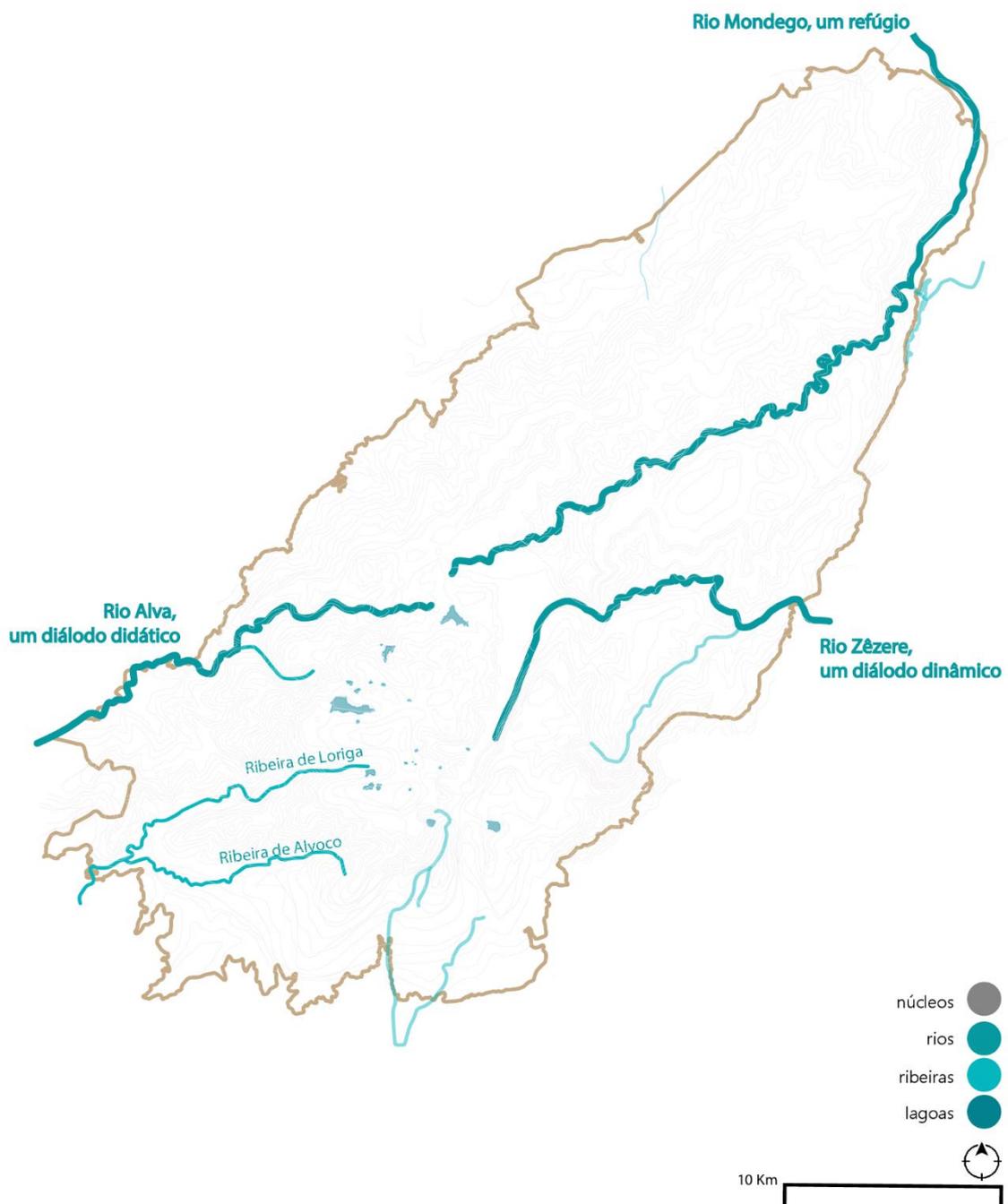


113. gráfico do desenvolvimento por contágio

conjuntos é a correlação que pode ser criada entre estas unidades pela troca de produtos ou por atividades complementares como eventos, entre outros. Uma vez que, a cooperação entre as valências dos vários núcleos é uma mais valia para ultrapassar as falências de cada um. Como Esopo um dia escreveu “a união faz a força”.

A Rede Hidrográfica prende-se com a riqueza hidrográfica da Serra da Estrela, uma vez que esta se identifica como um dos seus valores e que, desde sempre, esteve na origem da fixação das comunidades. No entanto, as atividades que dependiam da água, foram reformuladas ou desapareceram, com isso, os núcleos voltaram costas para as linhas de água. Hoje os rios, ribeiras e canais encontram-se praticamente sem uso, sem valor nem aproveitamento, o que, a longo prazo pode provocar danos. A importância desta rede revela-se pela pertinência em criar condições de habitabilidade das zonas fluviais e fomentar a relação entre os núcleos e as linhas de água, para uma valorização e uso sustentável dos recursos hídricos da Serra da Estrela, recuperando em muitos casos, as atividades de origem. Uma vez que, as linhas de água são elementos estruturantes e unificadores do território contribuem para ligar os contrastes Serra da Estrela.

Posto isto, a criação de duas unidades territoriais justifica-se pela possibilidade de atuar suplementarmente em escalas e tempos distintos. Por um lado, o desenvolvimento da Rede de Aldeias que, apesar de essencial, exige um trabalho de reavaliação contínuo, tanto durante a sua elaboração como na sua aplicação, e por isso, os seus resultados serão alcançados a longo prazo. Por outro lado, e em compensação, a elaboração e aplicação da Rede Hidrográfica é mais fácil, o que, possibilita resultados mais rápidos na imagem e no desenvolvimento das áreas intervencionadas. Desta forma existe uma relação de influência, em que o desenvolvimento imediato e o sucesso da Rede Hidrográfica irá contaminar e fomentar o desenvolvimento da Rede das Aldeias. Posto isto, e uma vez que o presente trabalho é individual, realizado no âmbito de uma dissertação de mestrado e num prazo temporal reduzido, a definição de prioridades para a elaboração do Modelo de Intervenção revela-se essencial. Logo, e ciente tanto da dinâmica de contaminação entre as unidades territoriais, como também da maior facilidade de investimento e de aplicação das intervenções em património público, optou-se por desenvolver, nesta fase, a Rede Hidrográfica.



114. esquema dos três rios do Parque Natural da Serra da Estrela

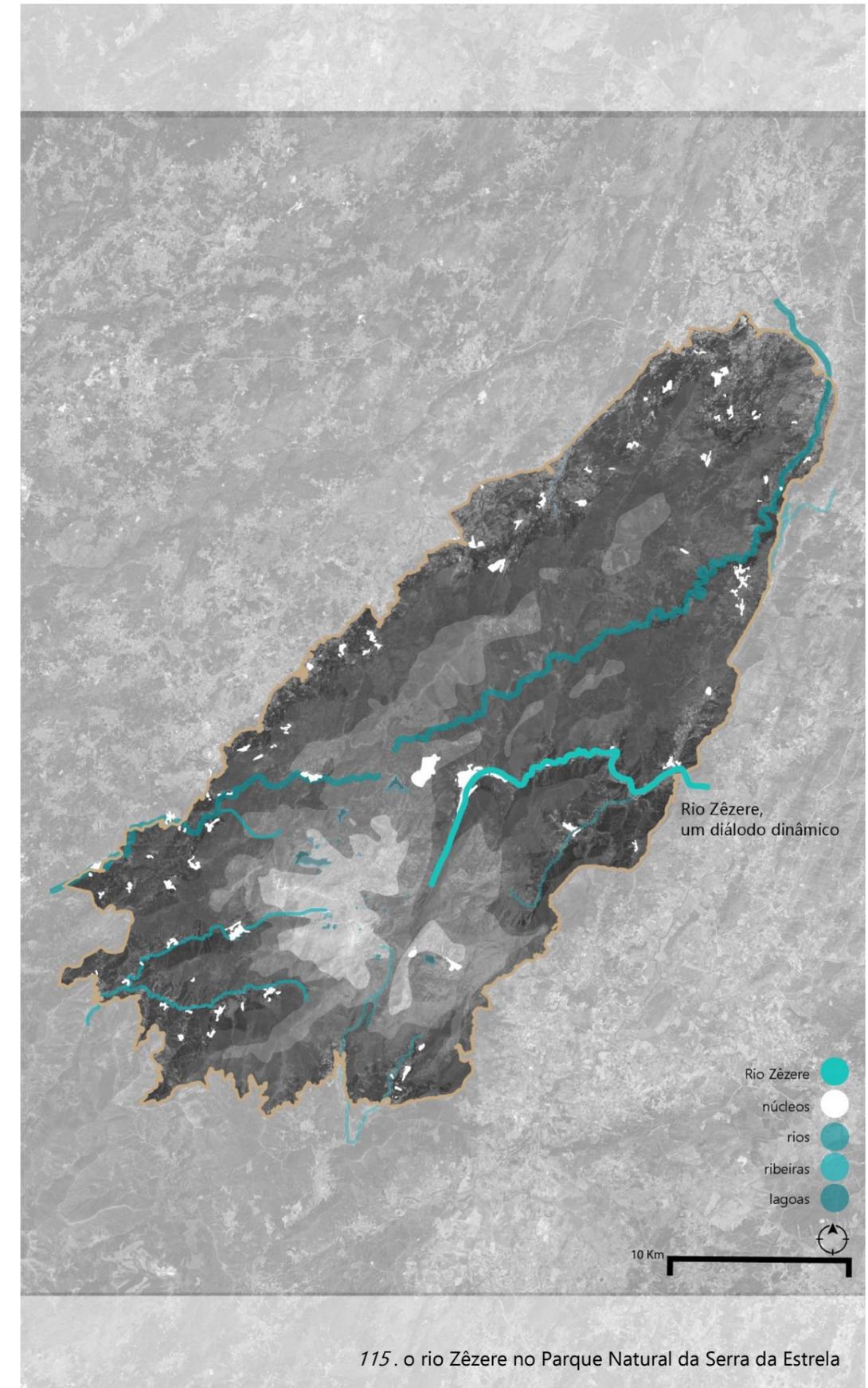
Proposta de intervenção estratégica

Rede Hidrográfica

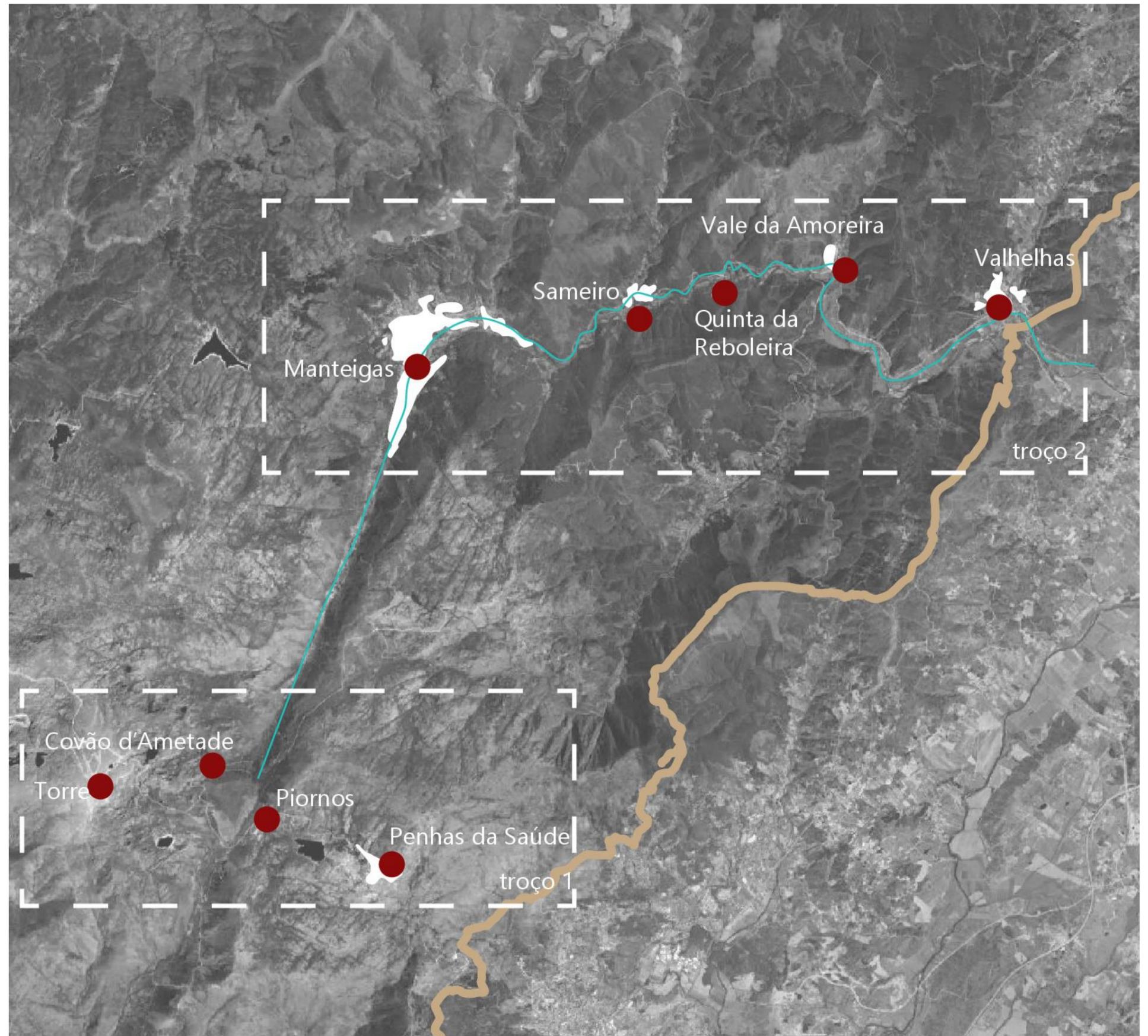
Apesar da riqueza hidrográfica da Serra da Estrela, as intervenções centram-se nas bacias hidrográficas dos três rios que nascem na Serra, e que, revelam maior expressão, são eles o Zêzere, o Mondego e o Alva. Distintos entre si, cada um destes rios proporciona diferentes experiências provocados pela diferente geomorfologia e relação que estabelecem entre os núcleos e os espaços que os rodeiam. Permitem assim, a potencialidade e variedade de atividades e intervenções. São por isso a base das propostas definidas. Alguns troços destes rios permitem o contato direto com a água, outros correm em declives rochosos acentuados praticamente inacessíveis... Uns contornam núcleos e outros marcam o fundo das encostas longe das aldeias. Com perfis, percursos e direções diferentes, os três rios, são o elo entre os contrastes. Pretende-se assim, explorar esta variedade que motiva diferentes paisagens, interações, atividades e ambientes, assumindo que a linha de água é o elemento unificador dessa diversidade.

Assim, pretende-se um diálogo dinâmico do rio Zêzere uma vez que as suas características morfológicas e o seu percurso agitado permitem diferentes cenários de relação com a paisagem. Associado ao leito deste rio estão alguns pontos naturais de exceção, sítios e núcleos peculiares que facultam atividades distintas, planos de vista diferenciados e paisagens contrastantes. O rio Mondego, por outro lado, percorre o vale central da Serra da Estrela. Por isso é a sua característica de encaixe nas montanhas que direciona as intervenções para a criação de usos e apropriações espaciais diferentes, ambicionando lugares de refúgio. Por fim, ambiciona-se um rio Alva didático uma vez que, associado à sua rede hidrográfica se encontram um leque de atividades e sistemas produtores de exceção e ainda lugares relevantes na paisagem.

Em suma, estão articulados aos três rios os eixos temáticos: o dinâmico, o de refúgio e o didático. No conjunto pretendem a valorização das paisagens da Serra da Estrela evocando diferentes apropriações: um Zêzere em diálogo dinâmico, um Mondego potencializador de ambientes de refúgio e um Alva transmissor dos saberes da Serra.



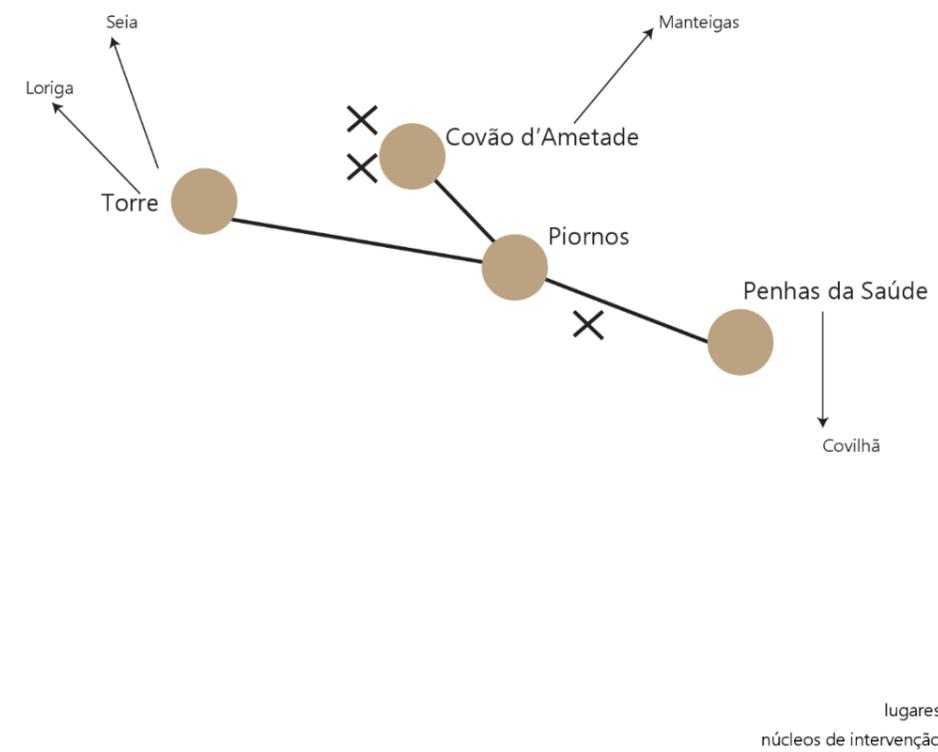
115. o rio Zêzere no Parque Natural da Serra da Estrela



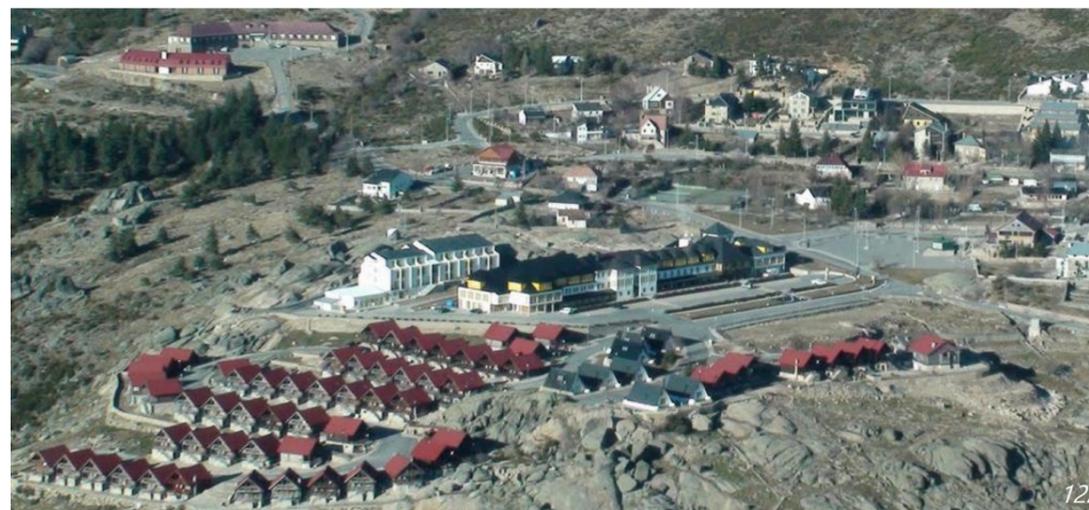
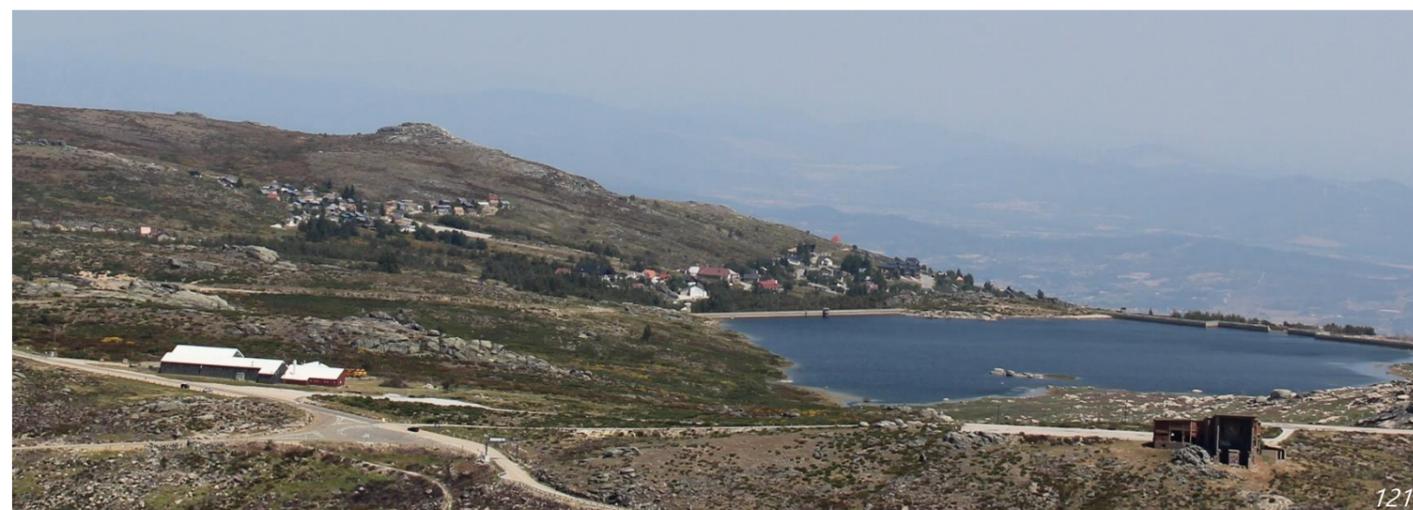
O trajeto do Rio Zêzere (segundo maior rio de Portugal) começa a 1993 metros de altitude junto à Torre (o ponto mais alto da cordilheira central). Desce por entre os Cântaros (elevações graníticas: o Raso mais a Sul, o Magro o central e emblemático e o Gordo, o mais a Norte) até ganhar forma no Covão d’Ametade. Segue pelo Vale Glaciar e percorre duzentos quilómetros por vales abundantes até desaguar no Tejo, em Constância. Num percurso agitado por vales graníticos, colinas xistosas e por vertentes ingremes, o Zêzere é responsável pelas atividades da encosta Sul da Serra da Estrela (a agricultura, a indústria e a pecuária). Para a operacionalização da estratégia dividiu-se o trajeto deste rio em dois troços de características contrastantes.

O primeiro troço é pontuado pelos lugares de proximidade com a nascente do Zêzere, e que por isso, estão na sua zona de influência: a Torre, - o ponto mais alto da Cordilheira Central-, os Piornos um ponto estratégico de cruzamento de eixos, as Penhas da Saúde, um pequeno núcleo maioritariamente constituído por empreendimentos turísticos e *challets*, e, o Covão d’Ametade – onde o rio muda de expressão. O objetivo principal da intervenção neste troço é articular de forma dinâmica a nascente do rio com os pontos relevantes na envolvente, tirando partido da potencialidade dos valores de cada lugar em prol do conjunto. O segundo troço é constituído pela vila de Manteigas, pelo conjunto do Sameiro, Quinta da Reboleira e Vale da Amoreira, e pelo núcleo de Valhelhas. Este troço, mais moldado pelo Homem, apresenta cinco exemplos das relações que o rio estabelece com a paisagem. Ainda neste segundo troço podemos encontrar a Estância de Ski, a Ponte Filipina e o Lagar do Alago. O objetivo principal da intervenção neste troço é articular os núcleos através, e com, o rio Zêzere de forma a potencializar os núcleos e as margens fluviais, requalificando-os.

Apesar da divisão em dois troços, todas as intervenções procuram preservar e promover o contato com a água e usar o rio como elemento estruturante para potencializar e desenvolver os pontos de intervenção e/ou consolidação, procurando propor medidas que qualifiquem os espaços e os usos dinamizando as relações entre a linha de água, os núcleos e as comunidades.



117. esquema do troço 1 | em torno da nascente do Zêzere



118. o lugar da Torre

119. Torre com neve

120. estado descaracterizados dos edifícios da Torre

121. vista sobre os Piornos, a ruína o Centro de Limpeza de neve e a lagoa

122. vista sobre as Penhas da Saúde

123. no Covão d'Ametade

Este segmento é composto pelo lugar da Torre, o lugar dos Piornos, o núcleo das Penhas da Saúde e o lugar do Covão d’Ametade. Na ligação entre estes pontos estão o monumento da Senhora da Estrela, a Barragem do Covão, parte da ruína do Teleférico³⁰ das Penhas da Saúde, o Centro de Limpeza de Neve e a Lagoa do Viriato. É o único troço proposto localizado nos pontos mais altos da Codilheira Central, e por isso, com características climáticas e geomorfológicas muito peculiares. Devida à vegetação rasa, as montanhas rochosas, destacam-se na paisagem até ao planalto central- Torre- onde a visão alcança a linha do horizonte. Contudo, o clima e as vertentes acentuadas criam dificuldades na acessibilidade e na deslocação entre os pontos assinalados, e que em algumas épocas do ano se tornam inacessíveis devido às condições climáticas adversas. Apesar disso, nos restantes oito meses, sem neve, são pontos aprazíveis, mas que atualmente se encontram sem ofertas variadas. Este segmento articula vários eixos viários que seguem para Seia, Gouveia, Covilhã e Manteigas.

A Torre, enquanto *climax* da subida à Serra, apresenta uma imagem emblemática, mas que está desqualificada. Este planalto, a 1993 metros de altitude, é um miradouro natural sobre a paisagem. A Sul, observa-se desde a Cova da Beira até à Serra da Gardunha, a Norte alcança-se visualmente a Serra do Caramulo, a Este, as Serras da Marofa e da Malcata, a Oeste, as serras do Açor e da Lousã. No centro da grande rotunda, que marca o espaço da Torre, encontra-se a torre de pedra mandada edificar por D. João VI. Em torno dela, implantam-se oito construções: as duas torres emblemáticas atualmente sem uso e degradadas, o restaurante, a ruína do edifício usado pela Força Aérea, o conjunto do centro comercial e da capela, um armazém e um centro de interpretação do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) não visitável. As atividades oferecidas ao longo do ano são comerciais e de restauração, e na época com neve crescem as atividades desportivas.

³⁰ O Teleférico das Penhas da Saúde com ligação dos Piornos à Torre foi um investimento feito nos anos 70, mas que nunca chegou a funcionar porque, numa fase avançada da execução da obra, se evidenciaram alguns problemas, dos quais, relacionados com a segurança. Toda a instalação permaneceu ao abandono até que nos anos 90 demoliram os equipamentos à exceção do edifício que ainda hoje existe.

Nesta área, a proposta assenta na requalificação, através do redesenho do espaço público, da agregação de novos usos, da hierarquização das zonas existentes, do tratamento da imagem dos edifícios e pavimentos, da qualificação da informação e da promoção e sensibilização dos seus utentes para o uso sustentável.

Com efeito, propõe-se no atual edifício de restauração, a criação de um centro de informação turística e de um espaço de aluguer de equipamentos de apoio a diversas atividades. Propõe-se a reabilitação do centro comercial com o objetivo de melhorar a sua imagem e de tornar acessível o espaço interior a todos os utentes. Depois, propõe-se a demolição do armazém existente e no antigo edifício da Força Aérea a criação de um abrigo de montanha e de um restaurante. Articulado com o edifício do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) propõe-se um centro de interpretação da Natureza visitável. E por fim, retribuindo o destaque que as duas torres representam para a imagem da Serra, propõe-se a sua reabilitação para um espaço museológico referente à presença da Força Aérea na Serra da Estrela, uma vez que o espólio se encontra disperso e sem uso, e ainda um miradouro. Para além disso, propõe-se a requalificação do espaço público, com o redesenho das vias de circulação e das zonas de estacionamento, e ainda, a criação de zonas de permanência como parques de merendas de uso sazonal e um anfiteatro para a realização de eventos (concertos, palestras, promoção de produtos locais). Com estas medidas, pretende-se lançar um conjunto de diretrizes com o propósito de transformar o espaço da Torre, num local aprazível para estar e visitar, ao longo de todo o ano, e que, corresponda às expectativas que representa hoje.

Os Piornos localizam-se no cruzamento entre os eixos da Torre, Penhas da Saúde e Manteigas. É outro ponto de admiração da paisagem nas proximidades da nascente do rio Zêzere, encaixado entre o planalto da Torre, os Cântaros, a Nave de Santo António e a Lagoa do Viriato. Atualmente existem no local duas construções: o Centro de Limpeza de Neve e a ruína do Teleférico das Penhas da Saúde. É um ponto de passagem para quem atravessa a Serra, no entanto, e apesar da sua localização excecional, não oferece condições de paragem e admiração. Nesta área, a proposta assenta na valorização e potencialização geográfica e paisagística deste lugar através da criação de condições de habitabilidade, oferta e articulação com outros pontos da Serra da Estrela.

Com efeito, o que se propõe é uma intervenção na ruína existente com a sua transformação num equipamento lúdico, o Centro Intermodal de Atividades do Maciço Central. Localizado num ponto estratégico central, este equipamento poderá oferecer atividades relacionadas com a Torre, as Penhas da Saúde, o Covão d’Ametade e o Vale Glaciar do Zêzere. Enquanto ponto de chegada deve ter espaços para parques de estacionamento para receberem os meios de transportes vindos de outros lugares do país e da Serra. Depois, deve facultar um leque de outras possibilidades de deslocação mais sustentáveis e amigas do ambiente, como bicicletas elétricas e um teleférico com ligação à Torre. Assim, será possível garantir a deslocação para a realização de atividades nos locais próximos ao longo de todo o ano. O equipamento proposto deve dar resposta a zonas de lazer e de serviços relacionados com o apoio às atividades oferecidas (caminhadas, *geocaching*, *tours*). Com estas medidas pretende-se transformar o lugar dos Piornos num espaço de chegada ao maciço central, através das possibilidades de ligação a outros pontos de interesse.

As Penhas da Saúde, é um lugar peculiar localizado a cerca de 1500 metros de altitude. A paisagem montanhosa onde se insere oferece ar puro, paz de espírito e ainda um conjunto de ofertas turísticas (hotéis e *challets* de montanha) que ganham vida com a chegada do inverno. Como referido, o núcleo Penhas da Saúde foi criado enquanto estância termal ideal para a cura de doenças respiratórias. Atualmente todos os sanatórios foram substituídos por alojamentos turísticos, dos quais se destaca, a reabilitação do Sanatório dos Caminhos de Ferro, pelo arquiteto Eduardo Souto de Moura, para a atual Pousada da Serra da Estrela. É um núcleo turístico, com uma oferta variada em termos de alojamento, mas sem atividades. Existe um conjunto de unidades hoteleiras como, o Luna Hotel Serra da Estrela, Luna Chalés, Casa de Campo, Mountain House Serra da Estrela e a Pousada da Juventude. Existem ainda, a Capela de Penhas da Saúde, o Snack-Bar O Jorge, o Restaurante Casa do Clube e bastantes habitações familiares de uso sazonal, algumas ainda usadas e outras abandonadas, das quais, algumas em ruína.

Nesta área, a proposta assenta na requalificação do núcleo, através da requalificação dos espaços públicos e da reabilitação e reutilização dos edifícios devolutos através de uma

ferramenta de planeamento, o Plano de Aldeia. Este Plano deve ser elaborado a partir do levantamento da aldeia, incluindo a utilização, o estado de conservação dos edifícios e a identificação dos proprietários de modo a planear as transformações necessárias. Este plano deve incluir um Guião de Boas Práticas para a Construção e Reabilitação dos Edifícios das Penhas da Saúde que define como é que os edifícios devem ser conservados e mantidos. Paralelamente devem ser criadas algumas medidas de incentivo à reabilitação por parte dos privados, nomeadamente incentivos fiscais, isenções de taxas e prestação de apoios técnicos.

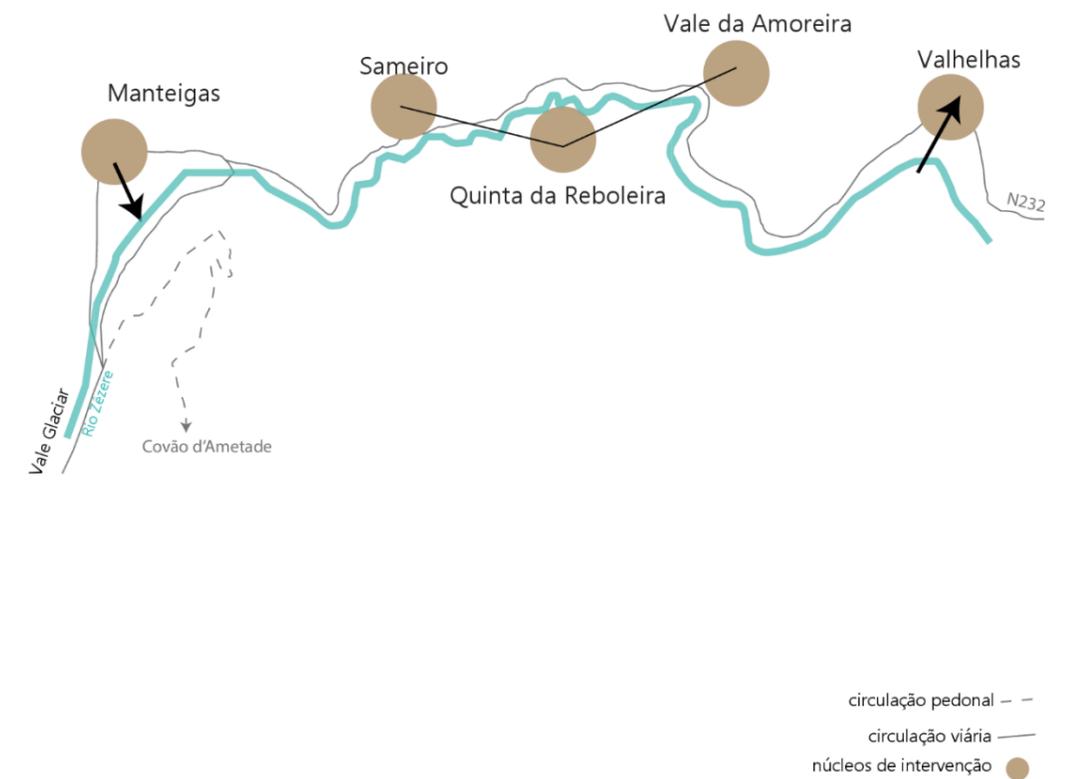
Posto isto, propõe-se a manutenção das vias de circulação, a requalificação e criação de novos espaços públicos articulados com atividades de lazer, como por exemplo, um parque de merendas, espaços de leitura e ringue de jogos. Propõe-se ainda, a criação de um percurso que articule este ponto com a interface dos Piornos tendo em consideração que pela riqueza natural desta área, esta e todas as outras intervenções propostas, têm de se integrar e minimizar o seu impacto na paisagem e no ambiente natural, propondo materiais e desenhos integrados com a envolvente. Propõe-se ainda a criação de um ponto comercial com serviços de padaria e mercearia que complementem os usos existentes. As intervenções neste núcleo das Penhas da Saúde têm como objetivo facultar ofertas, sejam comerciais ou lúdicas, que complementem as existentes, e que, garantam a sua procura ao longo de todo o ano.

Por fim, o Covão d'Ametade corresponde à primeira área de contato com o rio Zêzere, um lugar paradisíaco com características naturais peculiares que se tornam um ícone. É uma depressão do terreno a uma altitude de 1425 metros, que faz parte do conjunto dos covões glaciares da Serra da Estrela: acima deste o Covão Cimeiro e abaixo o Covão da Albergaria, estes, localizados respetivamente, a uma altitude de 1615 metros e 1365 metros. Por contraste, erguem-se em torno do Covão d'Ametade, do lado Este, os afloramentos graníticos dos Cântaros Gordo, Magro e Raso com respetivamente 1875, 1928 e 1916 metros de altitude. Por outro lado, do lado Oeste, a paisagem prolonga-se sobre o maior vale glacial da Europa em forma de "U". Assim, este local marca um ponto de transição natural das paisagens, e por isso, com abordagens distintas e uma oferta de planos visuais diversa e rica. Atualmente é um ponto

de paragem onde é possível merendar à sombra de vidoeiros que contornam as margens de um pequeno troço do rio Zêzere. Existe ainda, uma pequena construção, atualmente sem uso.

Nesta troço pretende-se requalificar o espaço público e ainda articular este lugar com os outros pontos da Serra da Estrela.

Neste sentido propõe-se que o edifício atualmente existente e sem utilização possa ser convertido num Posto de Informação onde o visitante possa obter informação sobre as características particulares deste lugar. Por outro lado, e sendo o Covão d’Ametade o ponto de início para duas atividades, a subida aos cântaros e a descida do vale glacial deve existir associado ao Posto de Informação, um Centro de Apoio às Atividades na Natureza que disponibilize guias e equipamentos para a execução destas atividades de forma segura. Propõe-se ainda a criação de um ponto de recolha de bicicletas elétricas relacionado com o Centro Intermodal de Atividades do Maciço Central (proposto para os Piornos).



124. esquema do troço 2 | de casa até à água



125



126



127



128



129



130

- 125. vista sobre o vale de Manteigas
- 126. a colina de Sameiro sobre o Zêzere
- 127. Pista de Ski da Quinta da Reboleira
- 128. rio Zêzere
- 129. Vale da Amoreira e Zêzere
- 130. praia fluvial de Valhelhas

A descida do Vale Glaciar acaba em Manteigas. Inicia-se aí um novo troço do rio Zêzere, com o propósito de reforçar o diálogo com os núcleos que se estabeleceram nas suas margens.

A vila de Manteigas está encaixada numa bela e densa paisagem florestal formada essencialmente por castanheiros, carvalhos e pinheiros-bravos. Num percurso agitado, o Zêzere atravessa a vila que economicamente se desenvolveu a partir dele. A fertilidades dos campos nas margens do rio, possibilitaram a agricultura e a pastorícia. Também, nas margens do rio foram construídos moinhos hidráulicos onde se transformava o centeio (cultivado entre os 1000 e 1700 metros de altitude nas proximidades) em farinha para produzirem o pão, e mais tarde, as fábricas de lanifícios aproveitaram a força das águas do Zêzere para gerar a energia necessária. Atualmente, nas margens do rio existem fábricas, algumas ainda em funcionamento, moinhos sem uso, viveiros e campos férteis, uns cultivados outros por cultivar, que afastam o núcleo da linha de água. A vila encaixada numa encosta acentuada, atualmente assegura um conjunto de serviços aos habitantes e visitantes. Porém, e apesar da proximidade e importância do rio, as margens encontram-se descaracterizadas e pouco acessíveis.

Nesta área pretende-se requalificar os margens do rio Zêzere e articular os espaços adjacentes ao rio, com a vila e com os equipamentos existentes através da criação de novos espaços para novos e diversos usos.

Como primeira medida propõe-se a requalificação das margens, com a criação de um parque público e a reabilitação de alguns edifícios, entre a ponte mais a sul e a ponte seguinte. A primeira ponte, marca uma das entradas para a vila e está associada a um conjunto de equipamentos dos quais destaco as Termas Caldas de Manteigas, o Centro Interpretativo do Vale Glaciar do Zêzere, o Viveiro de Trutas e a um alojamento turístico. A segunda ponte está mais próxima do núcleo urbano de Manteigas e está articulada com o recente e pequeno parque urbano. Entre as duas pontes, o rio Zêzere atravessa um vale que atualmente está inacessível pela vegetação densa, campos ao abandono, ruínas dos antigos moinhos, ruínas

das antigas fábricas, fábricas ainda em funcionamento como a Glaciar Industrial e a Burel Factory, e ainda algumas unidades de alojamento turístico. Assim, propõe-se a criação de um Parque Urbano junto ao rio para atividades culturais que sejam compatíveis com a Natureza e com os usos existentes. Este parque deverá incluir áreas de cultivo comunitário que estimulem a prática agrícola e ofereçam melhores condições de uso. Também, áreas lúdicas com espaços de desporto e lazer que estimulem atividades articuladas com a Natureza e o rio. E ainda, equipamentos culturais de observação da Natureza, desenho, fotografia e cinema ao ar livre. Por fim, propõem-se ainda, um conjunto de percursos que articulem os equipamentos em funcionamento com novos programas complementares que possam ser partilhados, dos quais um auditório e um espaço polivalente. Para além disso, propõe-se a demarcação de percursos que facilitem o acesso e a deslocação das pessoas da cota da vila até à cota do rio e vice-versa. Estes percursos devem associar-se às vias urbanas já existentes com pequenas intervenções que possam encurtar distâncias e facilitar a deslocação como escadas, rampas e pontes.

A segunda área de intervenção deste troço é o conjunto composto pela unidade de recreio e lazer Relva da Reboleira e pelos núcleos Sameiro e Vale de Amoreira.

O complexo da Reboleira é formado por um parque de campismo e caravanismo, um parque de merendas, uma praia fluvial e uma pista de *ski* cinética que se encontra degradada. É um complexo que oferece atividades desportivas de inverno, atividades de aventura como BTT, canoagem, escalada, parapente, *rappel*, *slide*, zarabatana e jogos temáticos. Reúne ainda condições para atividades como a pesca da truta e atividades balneares. Este é também, um ponto estratégico articulado com um conjunto de rotas pedestres, das quais destaco, a Rota da Reboleira e a Rota da Azinha. Atualmente são realizados alguns eventos ao longo do ano – como por exemplo a Taça do Mundo de Parapente-, mas permanece um local pouco conhecido e pouco divulgado. Nas proximidades do complexo de recreio, localiza-se o núcleo do Sameiro. Este, apesar de maioritariamente habitacional, possui alguns alojamentos turísticos e um parque de lazer e recreio na relação com o rio. No entanto é um núcleo isolado. Também nas proximidades, localiza-se outro núcleo, o Vale de Amoreira. Este surgiu ligado à agricultura e afirmou-se pela produção de azeite, mas atualmente já não existe nenhum lagar

no aglomerado. Neste núcleo existe um pavilhão polivalente, um centro de dia e lar de idosos e um posto médico.

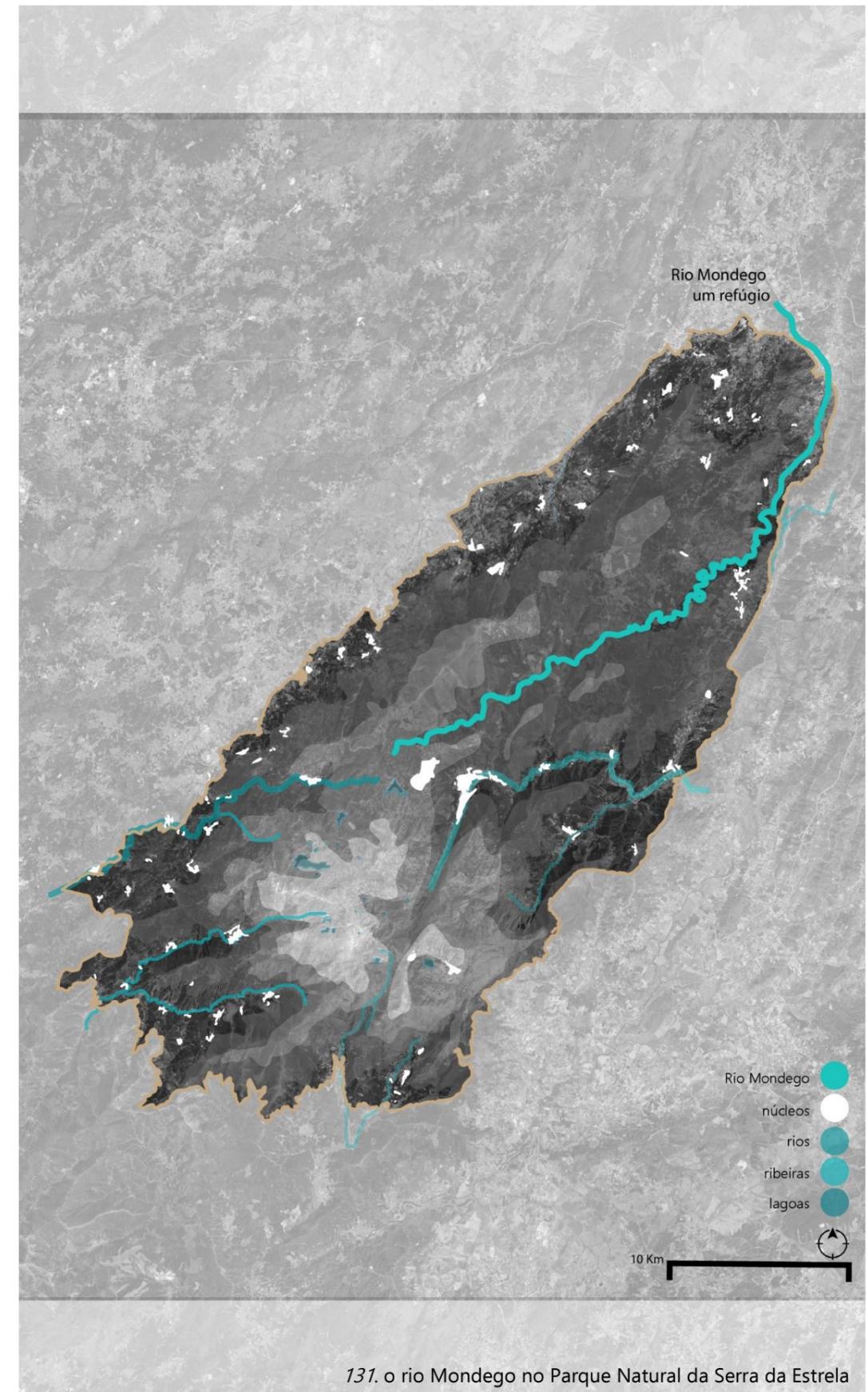
Neste conjunto pretende-se requalificar e articular atividades, usos e espaços públicos para a valorização de cada lugar em prol do desenvolvimento do conjunto e através da atratividade já existente: a Quinta da Reboleira.

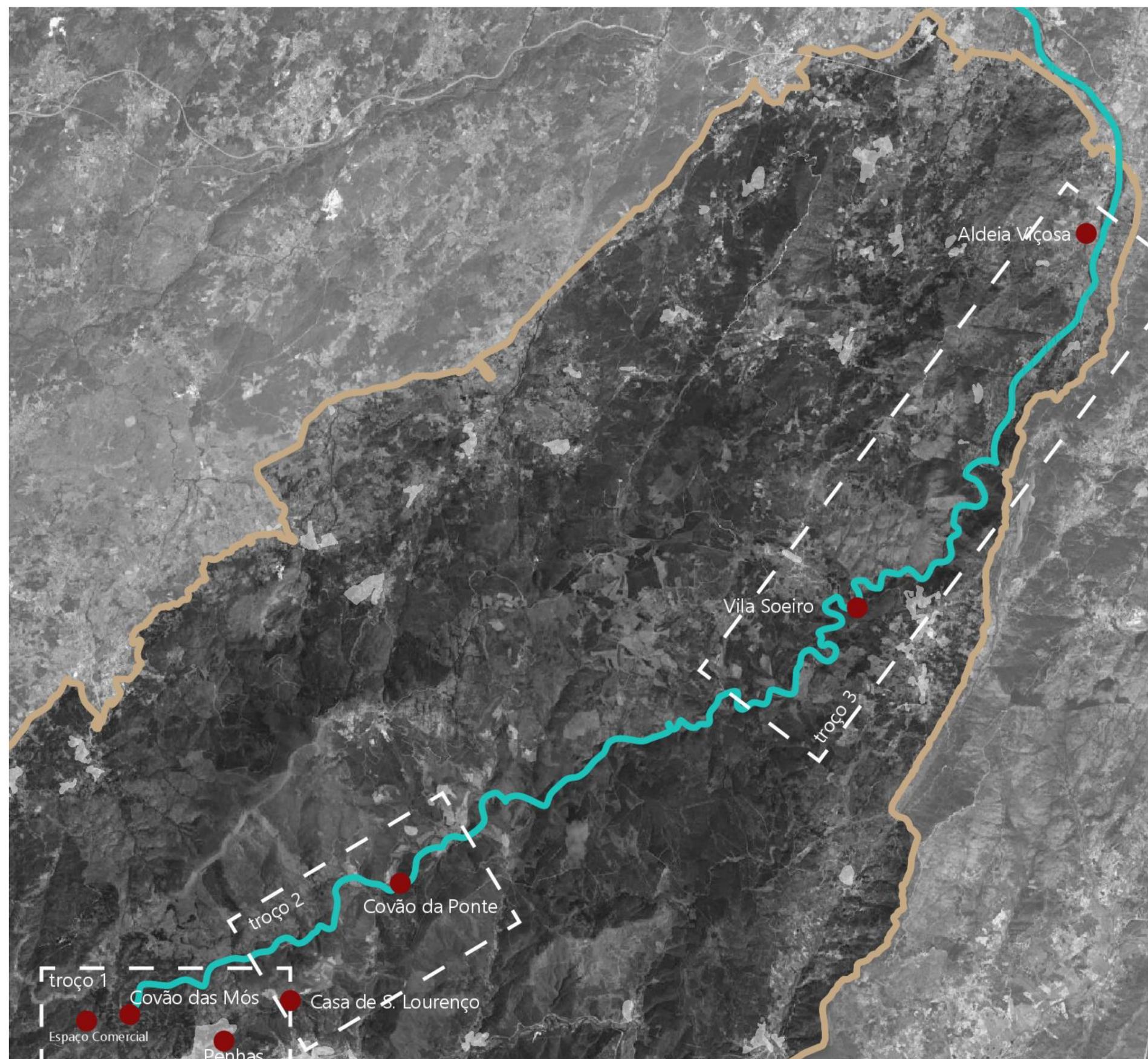
Neste sentido propõe-se a valorização do complexo de atividades da Quinta da Reboleira através de intervenções de reabilitação da pista de *ski* e dos espaços públicos associados, e ainda através da criação de um sistema de divulgação e promoção mais eficaz. Por outro lado, prevê-se favorável, a relação entre este complexo e os núcleos mais próximos, podendo estes, albergar equipamentos como estabelecimentos de alojamento e restauração. A relação entre as comunidades é também essencial para um desenvolvimento em conjunto, por isso propõe-se criação de atividades entre o complexo e os aglomerados, como por exemplo, *workshops* de troca de saberes (vinculadas ao artesanato e à agricultura) e atividades desportivas e lúdicas adaptadas a todas as faixas etárias. Propõe-se ainda, a criação de um ponto de aluguer de bicicletas elétricas que possibilitem a deslocação entre o complexo da Relva da Reboleira e os aglomerados.

Por fim, o núcleo de Valhelhas conserva a imagem pitoresca da arquitetura vernacular com o uso misto do granito e do xisto, são exemplos disso a Igreja Matriz e o edifício do restaurante Vallecula. A paisagem é marcada pelo contorno das montanhas arborizadas, e no perímetro próximo, pelos campos ainda cultivados. Existem ainda casas tradicionais, casas solarengas e um pelourinho, que são marcas da história deste núcleo que remota ao século XII. O rio Zêzere passa escondido e distante. Mas, apesar disso, já existe um aproveitamento lúdico que hoje é a atração principal das pessoas a esta zona da Serra. É formado pela Praia Fluvial, pelo Parque de Campismo, Parque de Merendas, uma zona de restauração e um campo de jogos, por isso é muito procurado nas épocas balneares.

Nesta área pretende-se, através da praia fluvial existente, criar estímulos para potencializar e valorizar o património e a história do núcleo de Valhelhas. Nesse sentido

propõe-se a criação de um percurso pela aldeia e pelas áreas envolventes que deem a conhecer o património, a história do núcleo de Valhelhas e também as paisagens envolventes. Este percurso contínuo será assinalado numa placa informativa a colocar na praia fluvial e sinalizado ao longo da sua extensão. Um dos pontos importantes deste percurso é a passagem pela ponte Filipina que está, desde a construção da estrada N232, sem qualquer utilização. Esta ponte foi construída entre 1607 e 1610. Resumindo, o percurso a partir do rio pretende estabelecer um diálogo com o legado cultural e patrimonial de Valhelhas expondo durante o circuito informações sobre os produtos, as tradições e as construções que fazem parte da identidade local.

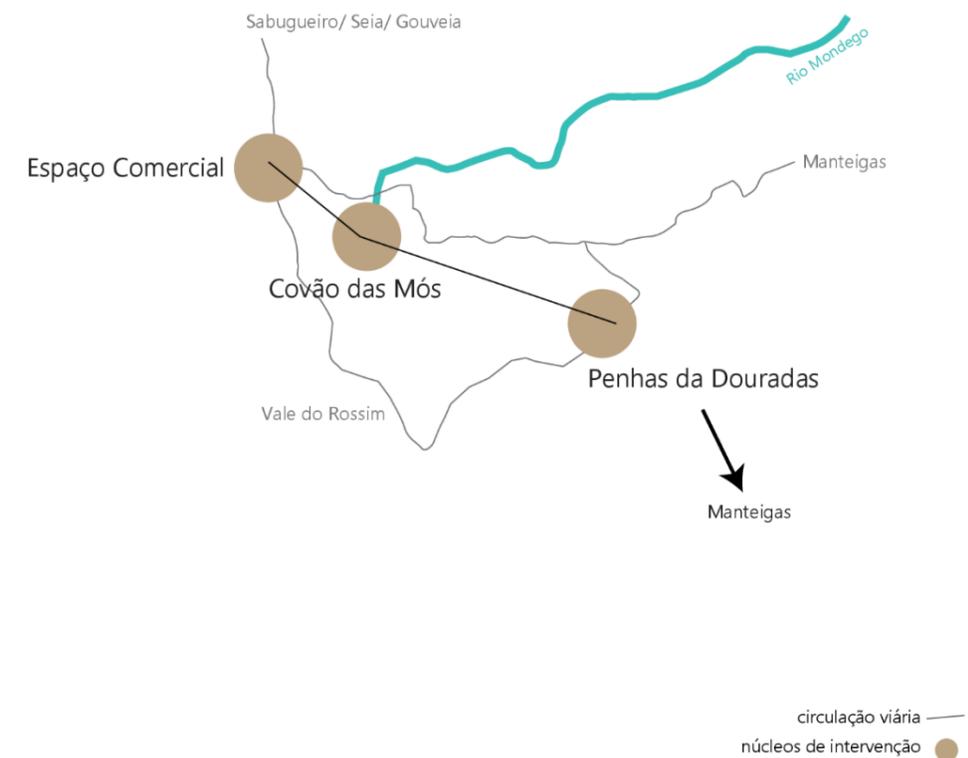




O Rio Mondego é um elemento estruturante da área protegida porque a atravessa pelo centro, a zona menos habitada em comunhão com a Natureza, mas com grande potencial, por ser uma zona fértil e sossegada. É também, um eixo identitário da região centro do território nacional, que passa em três distritos e atravessa as cidades de Penacova, Celorico da Beira, Nelas e Coimbra, até, desaguar na Figueira da Foz. A sua nascente é marcada por uma fonte, o Corgo das Mós (popularmente apelado de “Mondeguinho”), mas de pequenino e frágil, se transforma no maior rio português. Encostado ao Planalto Central da Serra, o percurso do Mondego dentro da área do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), inicia-se a 1425 metros de altitude e desenvolve-se de sudoeste para noroeste num vale profundo e estreito. Criaram-se três troços de intervenção que correspondem a abordagens distintas.

O primeiro troço é constituído pelo Corgo das Mós, pelo largo comercial e pelo sítio das Penhas Douradas. O segundo troço, inicia-se na Casa de São Lourenço (atual unidade de alojamento turístico) e cruza-se com o rio no Covão da Ponte, um local de recreio criado pelo Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) com infraestruturas de campismo e uma casa abrigo. Daí, através de uma estrada de montanha (com acesso restrito a 4x4), sem relação com o Mondego chegamos ao núcleo de Vila Soeiro onde o terceiro troço se inicia e segue com o rio, num percurso sinuoso entre quintas, até à praia fluvial de Aldeia Viçosa.

Apesar das suas potencialidades de recreio, repouso, o vale granítico do Mondego, pela sua imposição geográfica, é pouco acessível. Apesar disso existem pontos onde é perceptível a intervenção do Homem e a sua ligação com a linha de água: os casais, os moinhos, as quintas, os campos e os núcleos.



133. esquema do troço 1 | em torno da nascente do rio Mondego



134. espaço comercial

135. vista do Covão das Mós

136. Fonte Mondeguinho

137. vista para as Penhas Douradas

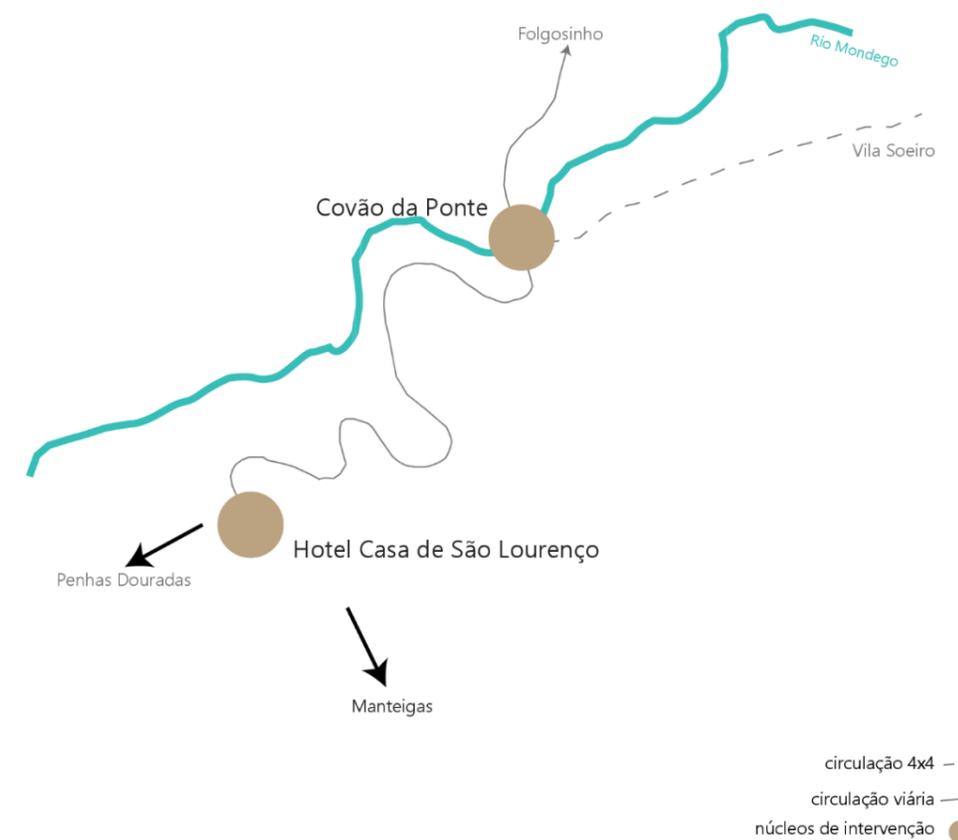
138. Casa da Fraga

A 1425 metros de altitude, por entre penedos de granito, nasce o rio Mondego. É um ponto estratégico de relação com outros pontos na envolvente, nomeadamente com o núcleo Penhas Douradas e com a barragem do Vale do Rossim.

A nascente foi marcada com uma fonte e está inserida num parque de merendas junto à EN232. É um local calmo, e em diálogo com a paisagem natural. Dali, observam-se ao longe as marcas dos incêndios, e ao perto, as formas escultóricas das rochas graníticas que desafiam a gravidade. A alguns metros de distância, numa cota mais alta e num alargamento da estrada, implanta-se um espaço comercial desqualificado e visualmente descaracterizado. Numa cota mais baixa da nascente do rio Mondego encontra-se o núcleo Penhas Douradas. Estes três espaços estão conectados apenas pelo eixo viário. As Penhas Douradas, é uma estância que surgiu com a construção inaugural da Casa da Fraga em 1882 no seguimento da Expedição Científica. Posteriormente foram construídas casas familiares de uso sazonal, que hoje constituem a estância de férias. Em plena comunhão com a Natureza as pequenas construções implantam-se entre os penhascos e a vegetação, umas ao abandono, outras bem conservadas, mas todas numa relação única com a paisagem que se estende pelos vales. A casa da Fraga está sinalizada pelo Município de Manteigas, pois representa uma época em que a Serra da Estrela estava associada às suas propriedades curativas, e por isso, nela procuravam saúde e repouso. Mas as marcas do tempo levaram à degradação deste exemplo de arquitetura construída a partir da Natureza, utilizando os elementos graníticos existentes. Hoje, a Casa da Fraga, à primeira vista, é pouco mais do que um conjunto de rochas empilhadas. Para além das construções peculiares, existe um conjunto de miradouros e lugares que oferecem um contato único com a Natureza... sereno, puro e aprazível, por exemplo, o miradouro do Fragão do Corvo e o miradouro sobre o Vale das Éguas. Por todas as razões anteriormente mencionadas, o núcleo Penhas Douradas é um lugar identitário com características próprias vinculadas ao seu propósito que devem ser conservadas e tidas em conta nesta estratégia.

Nesta área a proposta assenta na requalificação dos espaços públicos dos três lugares assinalados e na articulação entre os lugares de forma a valorizar e potencializar as características locais em prol do desenvolvimento do conjunto.

Nesse sentido e com a intenção de articular os três pontos mencionados, a nascente do Mondego, o largo comercial e as Penhas Douradas, propõe-se a criação de um percurso pedonal enquadrado no meio natural. A segunda medida prende-se com a reabilitação do espaço comercial, que deve oferecer condições para o seu uso e potencialização. O espaço deve coabitar com a Natureza e a paisagem onde se insere tanto pelo desenho como pelos materiais utilizados. Deve ainda, responder a questões como a venda certificada dos produtos tradicionais. A terceira proposta prende-se com a reflorestação das áreas queimadas em torno destes locais com o objetivo de proporcionar espaços de sombra e qualificar a paisagem e o ambiente. Relativamente às Penhas Douradas propõe-se a reabilitação e reutilização dos edifícios. Para concretizar esta medida é necessário, um Plano de Aldeia, com base num levantamento das condicionantes legais de cada edifício e na elaboração de estratégias para fomentar ou patrocinar a reabilitação. Propõe-se ainda, a reabilitação da Casa Fraga com o objetivo de responder às necessidades de um espaço museológico, onde seja possível narrar a importância histórica deste edifício e da expedição de 1881.



139. esquema do troço 2 | ao abrigo da Natureza

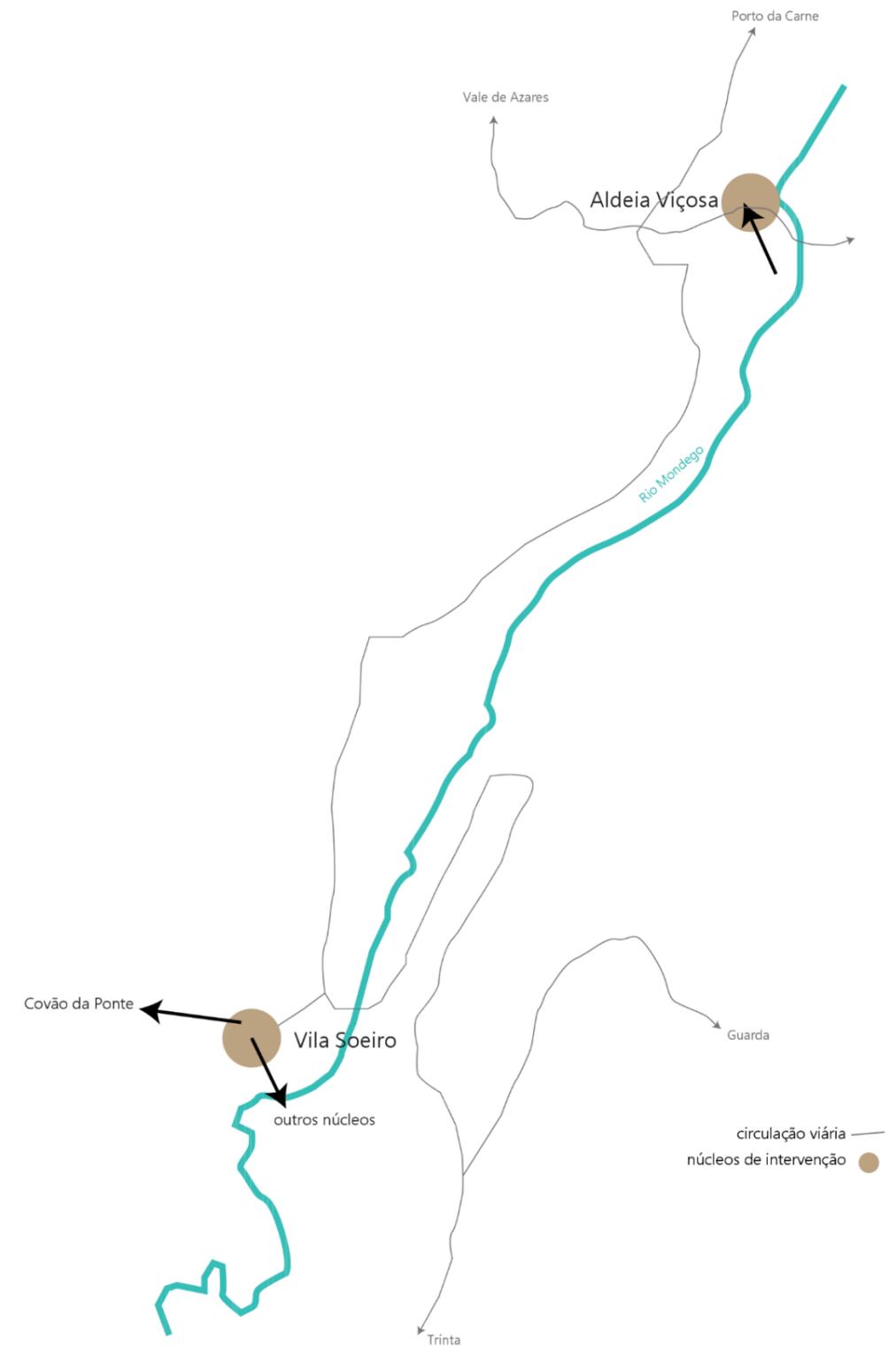


- 140. Hotel Casa São Lourenço
- 141. vista do Campo Romão para as Penhas da Saúde
- 142. Vale do Mondego
- 143. Capela do Covão da Ponte
- 144. Covão da Ponte

O rio corre rápido e cristalino num anfiteatro natural rodeado de pastos onde se alimentam os rebanhos, de difícil acesso até ao Covão da Ponte. O ponto de partida deste troço é a Casa de São Lourenço, atual unidade de alojamento. A sua existência remota a 1948, ano da inauguração. Com uma vista impressionante sobre o Vale Glaciar do Zêzere esta foi uma das primeiras Pousadas de Portugal com o objetivo de oferecer uma paisagem deslumbrante, um ambiente tranquilo para saborearem as delícias gastronómicas no conforto rústico. Atualmente esta construção foi transformada no único hotel de cinco estrelas da Serra da Estrela. Daqui parte-se por uma estrada de montanha até ao Covão da Ponte deixando a Casa de São Lourenço para trás. Pelo caminho alcança-se uma paisagem excepcional em tons de dourado e castanho, completamente diferente das anteriormente caracterizadas, pois ainda é visível no cimo destes montes a cultura do centeio como o Campo Romano. Depois, pelo vale do Mondego até ao Covão da Ponte, o contato com a vida rural e pastoril é uma tônica presente. Existem dispersos pelo terreno casais agrícolas e casas familiares que se dedicam ainda às práticas da agricultura e à criação de gado. Num percurso paralelo ao leito do rio Mondego repleto de paisagens e locais admiráveis com pontos atrativos aptos para a observação e com zonas propícias à prática de atividades de Natureza e de repouso chega-se ao Covão da Ponte. Esta é a primeira zona de intervenção com uma capela e um espaço para acampar equipado com três estruturas construídas (a receção, o bar e as instalações sanitárias com arrumos), por uma zona de estacionamento junto à estrada e por uma zona de merendas. As construções mistas, granito e xisto, conferem identidade visual ao local, que rapidamente se hiperliga com os casais e casas ao longo do vale do Mondego. Este lugar naturalmente rico pela presença do rio Mondego, com terrenos férteis e abundantes de vegetação e fauna, é propício a diferentes atividades lúdicas e de repouso.

Nesta área a proposta assenta na valorização das características de lazer, recreio e repouso através da requalificação dos espaços existentes e da criação de novos espaços para novos programas.

Nesse sentido, propõe-se a construção de um circuito temático com pequenas construções que, naturalmente inseridas na Natureza, permitem receber atividades como observação de aves, observação das estrelas, *workshops* de desenho e de fotografia, entre outras. Por outro lado, a serenidade deste local evoca, atividades espirituais. Assim, e valorizando a Capela de Nossa Senhora do Carmo, - uma construção de 1949, que se destaca na paisagem pela sua posição estratégica numa pequena elevação-, propõe-se a ligação através de um percurso próximo ao rio Mondego, do Parque do Covão da Ponte à Capela. Por fim, com o objetivo de acolher eventos relacionados com a religião, a Natureza, as tradições da Serra e ainda, com as práticas agrícolas (relacionando-se com os habitantes das proximidades), propõe-se a criação de uma Quinta Pedagógica que se aproprie das instalações disponíveis no local durante um espaço temporal e que articulada com a ADESTRELA, o PNSE e as comunidades locais, ofereça atividades pedagógicas sobre a vida rural na Serra da Estrela.



145. esquema do troço 3 | pela narrativa do rio Mondego



146. relação de Vila Soeiro com o vale do Mondego

147. Vila Soeiro

148. Hotel Fazenda Quinta do Moinho junto ao Mondego

149. Magusto de Aldeia Viçosa

150. praia fluvial de Aldeia Viçosa

Num percurso irregular, o Mondego desce a Serra até aos 527 metros de altitude, a aldeia de Vila Soeiro. Para cima deixou alguns campos férteis onde ainda se cultiva, algumas ruínas por descobrir e alguns casais isolados nos recantos da Natureza. A ligação entre o ponto anterior, o Parque Covão da Ponte e Vila Soeiro é diretamente acessível por percursos 4x4, impossibilitando a deslocação de veículos ligeiros e coletivos, ou seja, é inacessível à maioria das pessoas. Em alternativa existem dois percursos sinuosos e longos por onde se podem ligar estes dois pontos. O primeiro pela EN232, de Covão da Ponte, por Manteigas, Famalicão até Vila Soeiro. O segundo por um Caminho de Montanha e pela N17, de Covão da Ponte, por Folgosinho, Assanhas, Cadafaz, Mizarela até Vila Soeiro. Estes, respetivamente com a duração de uma hora e nove minutos, e uma hora e vinte e três minutos.

Com o objetivo de facilitar o acesso entre o Covão da Ponte e Vila Soeiro, mas primordialmente, com o objetivo de ligar o noroeste e o sudoeste do território da Serra da Estrela, propõe-se a criação de um Caminho de Montanha, equiparado ao que já existe da Casa de São Lourenço até ao Covão da Ponte, acessível a todos os veículos. Este deve articular-se com os outros eixos viários em Covão da Ponte, por Videmonte até Vila Soeiro.

Vila Soeiro é um núcleo isolado no vale do Mondego, mas próximo dos núcleos de Pero Soares, Mizarela e Videmonte. Um núcleo habitacional com uma Igreja e uma Capela, e junto ao rio, os velhos moinhos que mantêm a imagem das construções em granito. O facto é que a tendência de desertificação deste núcleo se acentua de ano para ano, e as construções permanecem ao abandono contribuindo para a descaraterização da paisagem e para o desconforto local.

Nesta área, a proposta assenta na requalificação dos espaços públicos e na criação de novos usos e ofertas em prol da valorização do património existente e do aumento da atratividade e da fixação de população.

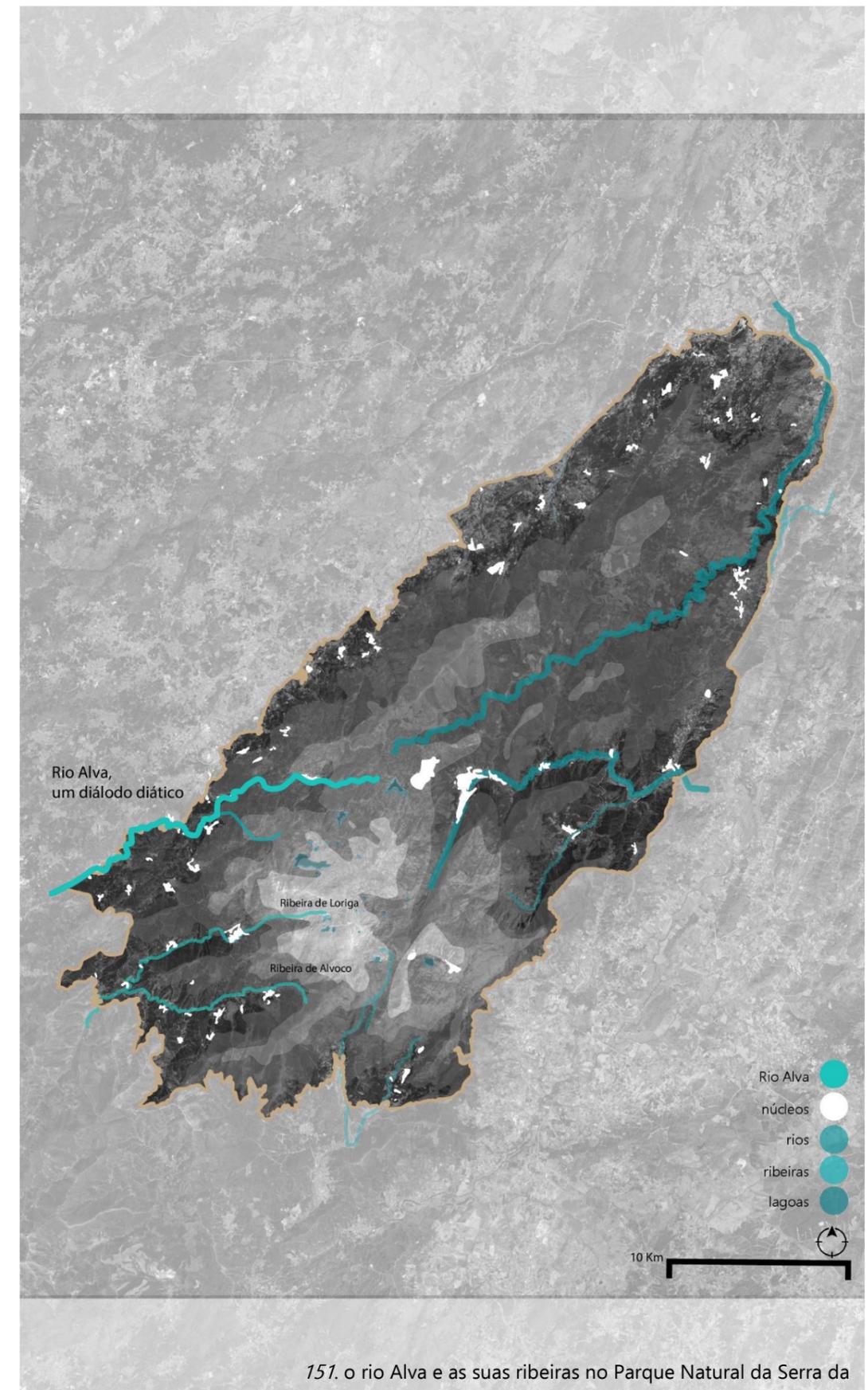
Nesse sentido, propõe-se a reabilitação e refuncionalização dos edifícios abandonados para criar unidades de alojamento e restauração para apoio dos visitantes da Serra da Estrela.

Propõe-se também a criação de um núcleo museológico vinculado às atividades tradicionais da agricultura e à moagem do trigo e do centeio no espaço do moinho em ruína.

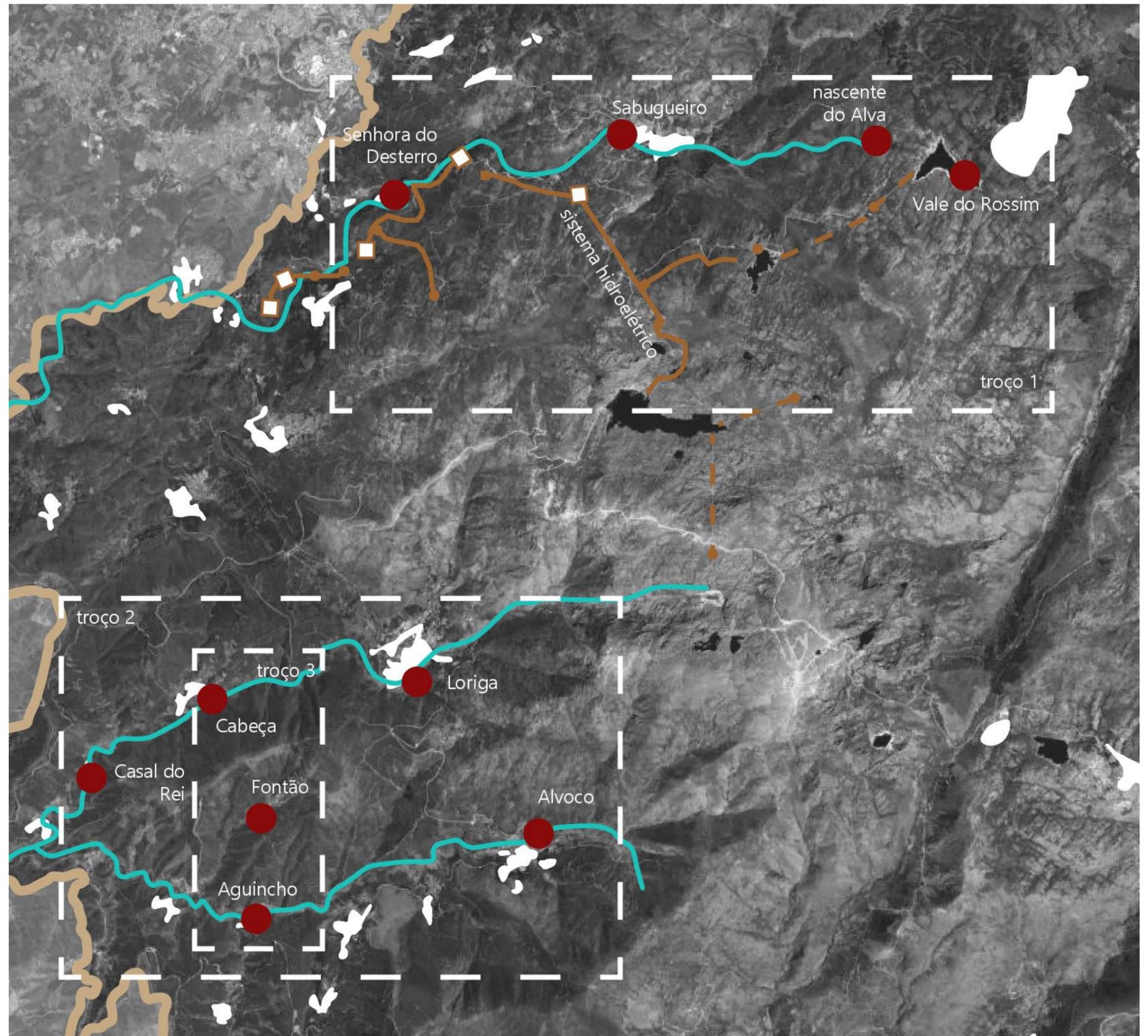
Por fim, o rio desce até Aldeia Viçosa. Entre isso, passa por um vale fértil de culturas de pomares que é pontuado pelos alojamentos de turismo de Natureza, *Senses Camping*, Quinta das Corujas, Quinta do Moinho, Quinta da Ponte, até encontrar a praia fluvial de Aldeia Viçosa. A praia é um espaço tratado e cuidado com um escorrega, um parque de merendas, um bar, um campo de jogos, um espaço comercial e uma área relvada. Apesar deste aproveitamento fluvial, o núcleo distanciado do rio carece, assim como outros aglomerados, de incentivos à fixação da população, e de respostas às necessidades da maioria da população ainda existente: os idosos. A vila conserva ainda o aspeto pitoresco das construções em granito, como a Igreja Matriz, a calçada, o tanque de água, as ruas definidas pelos edifícios de dois pisos. Culturalmente é marcado pelo Magusto da Velha e o Madeiro de Natal, que são eventos que atraem as comunidades vizinhas e os visitantes da zona. Este núcleo é também um cruzamento territorial entre a zona Este, onde se situa, e a zona Oeste da Serra: Prados, Rapa até Celorico. Para além disso é um ponto de passagem dos caminhos de Santiago.

Nesta área a proposta assenta na requalificação dos espaços públicos e na conservação do património existente, seja natural ou cultural.

Há semelhança do proposto para as Penhas Douradas propõe-se a elaboração de um Plano de Aldeia que permita o planeamento e a gestão integrada da aldeia em articulação com os territórios vizinhos. Este Plano deve ser complementado com um Guia de Práticas de Intervenção e fundamentalmente com incentivos à reabilitação (financeiros e técnicos) e à criação de emprego. Por outro lado, propõe-se uma interação dinâmica com os núcleos adjacentes, através de serviço de transportes públicos que ligue a Aldeia Viçosa, a Praia Fluvial, a Rapa e a Prados, para que possam ser criadas atividades e eventos em parceria com as associações desses locais e para que os equipamentos e serviços complementares entre esses núcleos se tornem efetivamente acessíveis.



151. o rio Alva e as suas ribeiras no Parque Natural da Serra da



152. o rio Alva no Parque Natural da Serra da Estrela

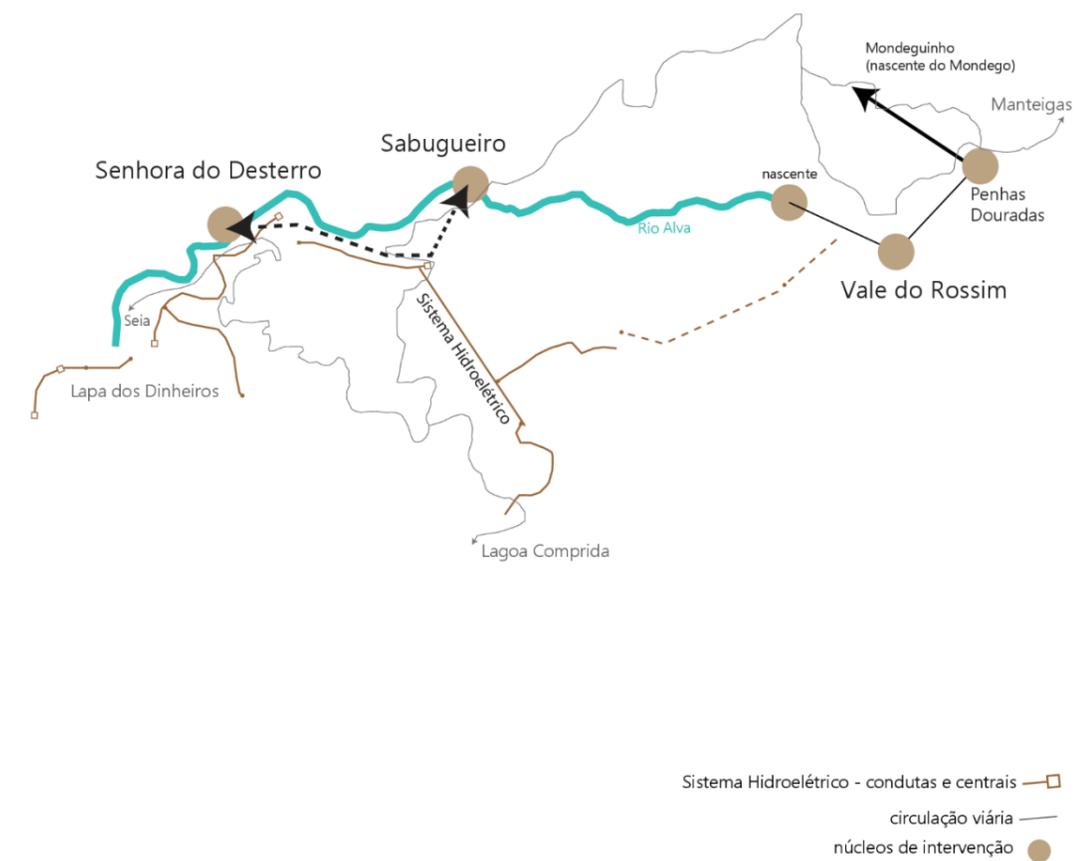
O Rio Alva nasce na vertente norte da Serra da Estrela a 1651 metros de altitude, e, percorre a encosta sudoeste da Serra. Desagua no Rio Mondego em Porto da Raiva. O seu trajeto dentro dos limites do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) apresenta um perfil irregular e uma relação com a morfologia do terreno variada. Aproveitado e controlado pelo Sistema Hidroelétrico da Serra da Estrela associam-se ao rio Alva uma série de construções para a produção de eletricidade. O rio percorre zonas inacessíveis, e pelos degraus de granito junta-se a vales menos agressivos onde se sedearam algumas comunidades. Este segmento do Alva divide-se em três troços.

O primeiro troço é composto pelo conjunto Vale do Rossim – uma barragem nas proximidades da nascente do Alva-, Sabugueiro, - o primeiro contato com o rio-, e pelo Sistema de Aproveitamento Hidroelétrico entre os núcleos Sabugueiro, Senhora do Desterro e Lapa dos Dinheiros.

O segundo troço é composto por núcleos que estabelecem relação não com o rio Alva, mas com duas ribeiras que para ele afluem: a ribeira de Alvoco e a ribeira de Loriga. Estas são responsáveis pelas atividades realizadas nas encostas a sul da Serra: pecuária, moagem de farinha, produção de azeite e agricultura. Fazem parte deste troço os núcleos Alvoco, Loriga e Casal do Rei.

O terceiro troço, também não se cruza diretamente com o Rio Alva, mas à semelhança do troço anterior é marcado por ribeiras afluentes. Este conjunto tem uma marca de diferenciação, o xisto. Ao invés de todos os núcleos na Serra da Estrela, estes, por estarem numa vertente xistosa, apresentam uma imagem diferenciada, são eles: Fontão, Aguincho e Cabeça. Também as suas atividades base provinham do uso da água: moagem, agricultura e pecuária.

Associados ao rio Alva estão um conjunto de atividades tecnológicas que merecem destaque, desde a forma como os núcleos se relacionam com o rio até à forma como as comunidades usam a água para produzirem matérias e materiais. Portanto, este é um rio associado a muitas praticas e sabedorias da história da Serra da Estrela.



153. esquema do troço 1 | da nascente à produção



154. Vale do Rossim

155. zona de estar no Vale do Rossim

156. Barragem da Senhora do Desterro

157. vista do Sabugueiro para o vale do Alva

158. percursos junto às levadas de regulação de caudal

159. Cabeça da Velha, Senhora do Desterro

O rio Alva, tal como os anteriores, nasce na Serra da Estrela. A sua nascente localiza-se junto à Barragem do Vale do Rossim a 1437 metros de altitude. Esta barragem, construída em 1956 sobre um terreno de pastagens, faz parte da rede do Sistema Hidroelétrico da Serra da Estrela. Inserido na reserva biogenética do Planalto Superior, este é um local de grande valor paisagístico, científico e ambiental. A paisagem contrastante que o envolve divide-se entre a beleza dos blocos graníticos e os densos bosques de pinheiros e bétulas, muitos transformados em carvão nos incêndio em 2017. Apesar de ser um lago artificial, ao longo dos tempos, foi sendo transformado numa área de lazer e recreio onde se realizam algumas atividades ligadas à água e à montanha, o que atrai muitos turistas e habitantes da Serra principalmente na época balnear. Atualmente, existem dois equipamentos que dinamizam algumas atividades, são eles, o parque de campismo/ Eco resort e o restaurante/bar. É possível durante a época balnear fazer rappel, slide e canoagem. Nas proximidades desta barragem existem a nascente do Alva, a nascente do Mondego e o núcleo das Penhas Douradas.

Nesta área a proposta assenta na potencialização da área de lazer e na articulação com as áreas envolventes, através da valorização das suas características paisagísticas e naturais.

Com efeito, propõe-se um projeto de requalificação da área envolvente à barragem que inclui um conjunto de medidas que passam por: reflorestar as zonas ardidas, criar infraestruturas de telecomunicações (rede telefónica, rádio, televisão), redesenhar e qualificar os acessos, definir zonas de estacionamento através do alargamento do eixo viário, colocação de guardas de segurança nos locais necessários, definição de zonas pedonais em torno dos eixos viários, criação de acessos entre a cota alta do eixo viário e a zona lúdica mais baixa através de rampas e escadas, requalificar o parque de merendas já existente, criação de zonas de permanência com sombra, criação de um percurso sinalizado com equipamentos desportivos em torno da barragem, criação de percursos pedestres que articulem este lugar com os outros locais da envolvente, como as Nascente do Alva e do Mondego e o núcleo Penhas da Douradas. Desta forma existiria um grande percurso contínuo entre estes três pontos que articulam unidade de intervenção diferentes: do Mondego e a do Alva.

Da nascente, o rio desce pelos degraus das montanhas rochosas, encaixado no vale, até alargar junto ao Sabugueiro, a aldeia mais alta de Portugal a 1050 metros de altitude. Esta é a segunda zona de intervenção. Como a variação do caudal deste rio é grande, foi construída uma represa e criada uma praia fluvial, e atualmente essa é a única ligação direta entre o núcleo e o rio. O Sabugueiro surgiu de um aglomerado de cabanas de pastores e agricultores. Atualmente os socalcos cultivados com centeio, que ordenavam o terreno da cota da aldeia até ao rio, foram dominados por vegetação selvagem. Desse tempo restam as memórias perpetuadas pelo moinho, pelo forno velho (atual espaço museológico) e pelo forno comunitário (onde ainda cozem o pão de centeio e milho). Este lugar, escolhido para apoio às excursões científicas (1881), é agora um ponto turístico de passagem para a Torre, com alguns estabelecimentos comerciais onde se vendem os produtos locais da Serra da Estrela: mel, queijo, enchidos, mantas, casacos de pele, fumados, e ainda, o cão da Serra da Estrela. Apesar disso a falta de ordenamento e estratégia tem obstado o desenvolvimento turístico da zona e atualmente muitos dos estabelecimentos estão encerrados. O centro da aldeia ilustra ainda as características pitorescas das construções em granito escondidas pelas novas construções dos empreendimentos turísticos e comerciais. Um dos eventos característicos desta aldeia é a festa da Transumância (deslocação dos rebanhos locais para os pontos mais altos da Serra onde têm melhores pastos durante o verão) que se realiza todos os anos.

Nesta área a proposta assenta na valorização dos costumes e das tradições desta comunidade, assim como, na requalificação das margens fluviais potencializando a relação do aglomerado com o rio e com a Natureza.

Com efeito, propõe-se em primeiro, a requalificação das margens fluviais com zonas de lazer, e zonas de atividades pedagógicas, como por exemplo zonas para palestras ou workshops ao ar livre, esta opção justifica-se pela atratividade que o Sabugueiro representa enquanto ponto de venda tradicional dos produtos serranos, mas também, por ser um ponto

estratégico na subida para a Serra motivando assim a paragem para o conhecimento *à priori* do legado natural e cultural das cotas mais altas da Serra da Estrela. Depois, a reconversão dos socialcos em campos agrícolas comunitários, estes, mais acessíveis e com sistemas mais eficientes de regadio, do que os campos agrícolas privados que se encontram na maioria dos casos abandonados. Assim recupera-se uma prática tradicional, a agricultura, e requalificam-se as paisagens e os sistemas naturais. Por fim, propõe-se a sinalização formativa dos pontos de interesse e das rotas que partem desta aldeia para outros pontos da Serra, em destaque as que seguem junto ao leito do Alva.

Depois o rio desce pelo vale do Sabugueiro em duas direções, a natural que desce até à Senhora do Desterro pela garganta montanhosa, e a artificial criada pelo Homem que conduz as águas até à central do Sabugueiro (que se avista do cima da aldeia do Sabugueiro) e posteriormente até à Central da Senhora do Desterro. Como referido, o aproveitamento e controlo, através do Sistema Hidroelétrico da Serra da Estrela, criou um conjunto de elementos tecnológicas que estão conectados e marcam as paisagens: os canais, as câmaras de descarga, as centrais e os tubos de ligações reforçadas. Para além destes, foram construídos edifícios para alojarem os trabalhadores, mas que atualmente se encontram abandonados uma vez que o sistema é computadorizado. Este sistema tecnológico liga os núcleos do Sabugueiro, Senhora do Desterro, Lapa dos Dinheiros até Vila Cova e revela a importância da Serra da Estrela para a produção de energia a nível nacional. Atualmente já existe um espaço museológico que expõe as características e a história do Sistema de Aproveitamento Hidroelétrico da Serra da Estrela.

Nesta área a proposta assenta na reutilização e requalificação dos espaços, dos percursos e das construções pertencentes à rede do Sistema Hidroelétrico da Serra da Estrela uma vez que se considera que podem ser utilizados para dar a conhecer no local o impacto desta transformação tecnológica.

Nesse sentido, propõe-se a criação de um Circuito Interpretativo do Aproveitamento das Águas do Alva. Este percurso transforma os canais em percursos pedonais, as centrais em espaços museológicos, os tubos de queda reforçada em ligações entre diferentes pontos do circuito e ainda as construções dos antigos trabalhadores em espaços de residências para os

investigadores, artistas e turistas de montanha. Estes espaços podem vir a receber *workshops* e eventos em contato direto com a Natureza. O percurso que interliga os vários espaços e usos deverá valorizar planos visuais e elementos naturais de exceção através da sinalização formativa ao longo do percurso e de espaços de paragem e observação.

Os percurso natural e artificial do rio Alva são marcados pela Central Hidroelétrica da Senhora do Desterro I (atual Museu da Eletricidade) e II, e pela Praia Fluvial do Doutor Pedro situados no núcleo da Senhora do Desterro. Este aglomerado é um lugar estratégico que concentra um conjunto de valores culturais, desde o museu, às ermidas, à gastronomia, ao conjunto arqueológico do castro romano, às praias fluviais ou às condições favoráveis para rappel e escalada. Concentra ainda um conjunto de valores geológicos desde conjuntos de formações graníticas como a Cabeça da Velha e os Cornos do Diabo ou a autenticidade das montanhas. Tudo isto em comunhão com a Natureza, mas, pouco divulgado e explorado.

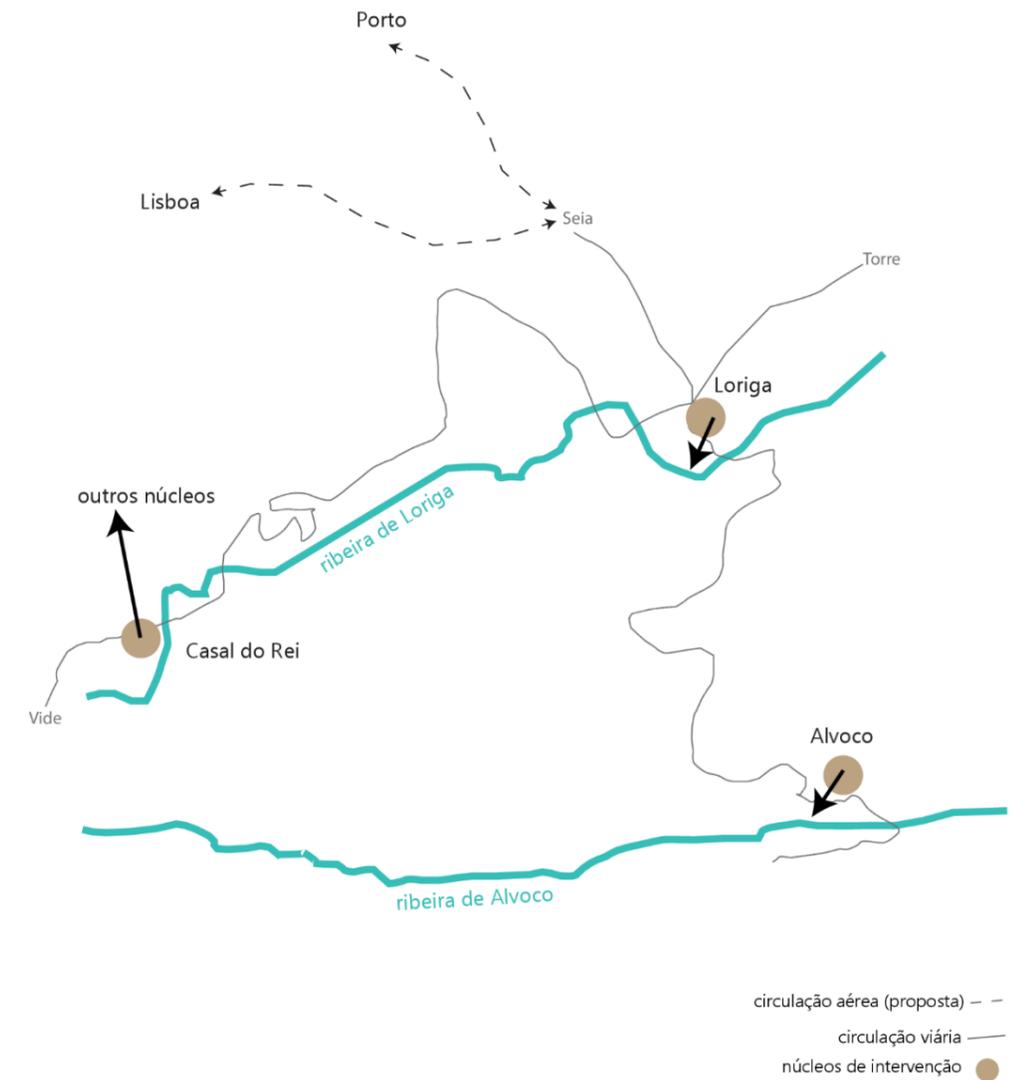
Nesta área a proposta assenta na requalificação dos espaços públicos e na promoção e valorização das atividades de contato com a Natureza.

Nesse sentido, propõe-se a reabilitação do aglomerado da Senhora do Desterro. Para isso propõe-se a elaboração de um Plano Aldeia. Este documento de planeamento e de gestão urbanística, pretende ser um documento operativo do planeamento da transformação e conservação do núcleo. Propõe-se que seja desenvolvido sobre um diagnóstico da aldeia e sobre um sistema de dados aberto que permita a continua monitorização e planeamento das transformações e das necessidades da aldeia. Propõe-se ainda a criação de um Centro de Informação na Senhora do Desterro que ofereça diferentes possibilidades de atividades a realizar nas proximidades. Neste centro deverá ser alojado um espaço informativo e de apoio aos caminhantes.

Da Senhora do Desterro avista-se, implantada no topo de um cabeço alcandorado, a Lapa dos Dinheiros a uma altitude de 700 metros. Hoje um núcleo eminentemente habitacional, que conserva ainda em algumas zonas a imagem pitoresca de uma aldeia de granito. Está inserida num bosque denso de castanheiros e debruçada sobre o rio Alva e a ribeira da Caniça. A Lapa dos Dinheiros oferece planos visuais sobre o vale de Vila Cova e o

alto de Valezim. Para além das habitações, existem uma praia fluvial, um alojamento rural, uma igreja, uma capela e um santuário.

Com o objetivo de aumentar a oferta turística e melhorar as condições de vida dos habitantes locais, propõe-se a criação de novos usos, dos quais, uma mercearia/café e um restaurante, a reativação do forno comunitário, e ainda, a reabilitação de edifícios devolutos para alojamentos turísticos. Estes devem ser pontos de venda dos produtos locais e tradicionais. Por outro lado, propõem-se algumas intervenções nos espaços públicos para a criação de equipamentos de lazer disponíveis para a população. Por fim, vinculados às atividades tradicionais e culturais deste núcleo, propõe-se a criação e divulgação de eventos e festas promovidos pela Agência de Desenvolvimento Territorial da Serra da Estrela (ADESTRELA), como por exemplo a apanha da castanha e da batata, eventos religiosos, campeonatos de futebol, festas temáticas na praia fluvial, entre outros. Para a concretização destes, propõe-se a requalificação do campo de futebol e a criação de uma estrutura temporária onde possam ser realizadas as festas ao abrigo das intempéries.



160. esquema do troço 2 | a partir da água



161. vista sobre Loriga
162. vista sobre Alvoco
163. vista sobre Casal do Rei

Os afluentes do rio Alva, a Ribeira de Alvoco e a Ribeira de Loriga são linhas de água que estruturam um conjunto de núcleos. A água foi um dos principais elementos que levou à fixação destas comunidades. No entanto, motivados pelo aparecimento de novas atividades económicas e novas oportunidades noutras locais, as pessoas migraram, deixando estes núcleos quase despovoados. Contudo, e apesar disso, destaco dois com alguma escala e onde as ribeiras continuam a ter uma grande importância na vivência das comunidades: Alvoco e Loriga. Destaco ainda um núcleo que se associa a estes pela proximidade: Casal do Rei.

O núcleo de Alvoco, situado na cabeceira da Ribeira de Alvoco, está implantado numa zona fértil e de águas abundantes. Na sua origem, as atividades estavam ligadas à agricultura, pastorícia, produção de pão e azeite e ainda, à pecuária. O núcleo mais antigo da povoação distribui-se pela margem esquerda da ribeira (a mais soalheira) onde o granito era o material predominante das construções (atualmente a maioria rebocada de branco), dos pavimentos e dos muros dos socalcos agrícolas. Posteriormente foram edificados um conjunto de equipamentos industriais, junto à ribeira e à ponte romana, que fizeram parte da rede de lanifícios da Serra da Estrela. Para além das habitações, existe neste núcleo um conjunto de percursos pedestres, uma capela, três alojamentos de turismo rural, uma piscina, o Museu de Arte Sacra e ainda o Núcleo Museológico do Ciclo do Pão composto pela eira, moinho, forno e a casa museu.

Com o objetivo de valorizar as características locais e as suas potencialidades, propõe-se que seja criado um polo de lazer, associado às atividades desportivas ligadas à água, criando espaços para pesca e para desportos aquáticos. Propõe-se ainda, a criação de um percurso pelos campos agrícolas de trigo e centeio que ainda hoje caracterizam as paisagens em torno da ribeira. Este percurso deve ter espaços com diferentes usos, dois quais: espaços de estar, espaços desportivos, espaços de observação da Natureza e espaços lúdicos para crianças e idosos.

A vila de Loriga situa-se na cabeceira da Ribeira de Loriga a 770 metros de altitude. Encaixada num vale glacial da encosta sudoeste da Serra da Estrela, entre a Penha do Gato

com cerca de 1800 metros de altitude e a Penha dos Abutres com a mesma altitude, possui vistas extraordinárias. As encostas transformadas em socalcos agrícolas desde a vila até à ribeira são, a par das construções em granito, as marcas visuais identitárias deste núcleo. Para além da agricultura e da pastorícia existem atividades ligadas à indústria, ao comércio e aos serviços, e existem também construções ligadas a essas atividades como o moinho, o forno comunitário, algumas fábricas ao abandono e outras a laborar. Atualmente a vila é procurada, essencialmente, pela praia fluvial que se localiza um pouco afastada do núcleo. Com o regresso dos emigrantes no verão, a vila enche-se de gente, ainda assim, durante o resto do ano não fica vazia. Recentemente surgiram alguns alojamentos rurais e de natureza que dão resposta à procura turística ao longo de todo o ano. Loriga, é uma vila situada num ponto estratégico e que tem um conjunto de equipamentos e serviços (farmácia, padaria, correios, bombeiros, escola de música, alguns cafés e restaurantes) que servem as aldeias vizinhas. Relativamente à estrutura urbana de Loriga existem algumas dificuldades de acessibilidade pedonal e automóvel (ruas estreitas e inclinadas). Também este núcleo é um exemplo de um ponto estratégico, mas que se encontra isolado nas montanhas da Serra da Estrela e longe dos grandes núcleos nacionais. Atualmente existem duas linhas de autocarro que, apesar de não serem diretas, ligam a vila de Loriga à principais cidades nacionais. Uma que parte de Lisboa até Coimbra e de Coimbra até Loriga. A outra parte do Porto até Coimbra e de Coimbra até Loriga. Estes trajetos demoram respetivamente, 4 horas e 30 minutos e 3 horas e 30 minutos. Existe ainda a alternativa de uma linha de caminho de ferro que parte de Lisboa ou do Porto até Coimbra, e de Coimbra até Nelas, que fica a cerca de 42 quilómetros de Loriga, os quais podem ser percorridos utilizando o serviço de táxi.

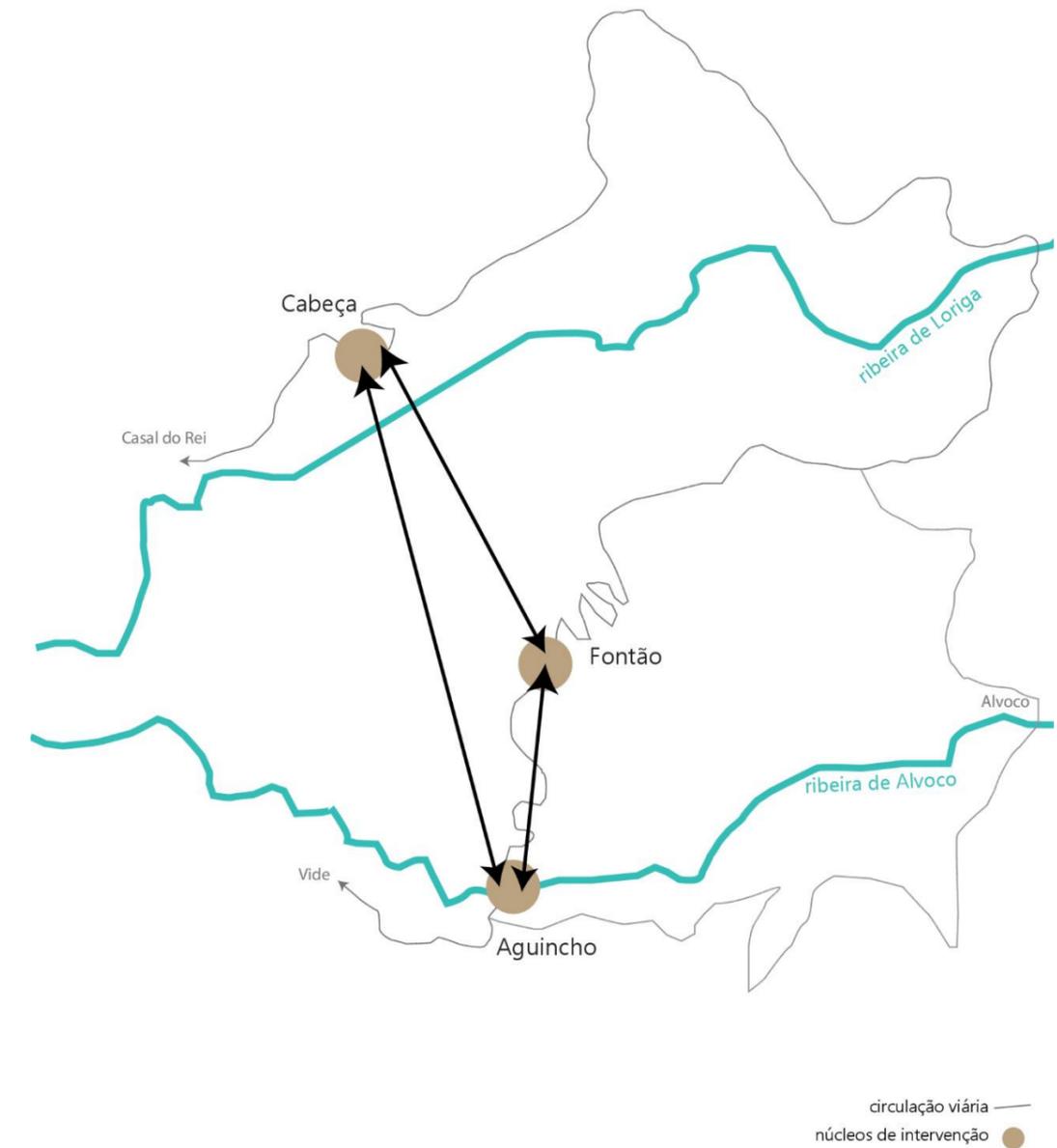
Tirando partido da posição estratégica de Loriga em relação a vários pontos de interesse, ao Planalto Central e a outras aldeias, exemplificam-se duas medidas gerais que devem ser aplicadas noutras áreas de intervenção. A primeira é a criação de uma rede de transportes públicos que assegure a deslocação das populações entre os diferentes aglomerados. A segunda é uma medida a uma escala maior e que assegure a deslocação dos pontos estratégicos nacionais (Lisboa e Porto) até a vários núcleos da Serra, entre as quais

Loriga. Portanto, a proposta passa por criar uma linha de transporte aérea, de pequena escala, e que duas vezes por semana faça o trajeto do Porto e de Lisboa (intercalados) até ao aeródromo de Seia. A partir de Seia seriam criadas linhas de transporte públicos para as principais vilas e cidades da região, entre elas Loriga. Estaria também disponível no aeródromo de Seia um serviço de aluguer de carros elétricos, possibilitando que o passageiro seja o condutor da sua viagem ao longo da sua estadia. Articulado a este serviço seriam criados postos de carregamento em vários pontos da Serra da Estrela. Assim ficaria assegurada a chegada até Loriga e a outros pontos da Serra da Estrela.

Por outro lado, na área de Loriga pretende-se com a proposta valorizar e requalificar os percursos e espaços junto ao rio. Nesse sentido, propõe-se a criação de um percurso ao longo da ribeira que ligue a praia à vila (este percurso é já feito por alguns jovens aventureiros, mas não está devidamente assinalado e preparado). Por fim, com o objetivo de revitalizar os costumes e tradições da vila propõem-se algumas medidas como a criação de um Hand Lab alojado no espaço de um conjunto de casas típicas ao abandono junto à ribeira, transformadas assim, num laboratório de troca de saberes tradicionais onde seria possível realizar atividades relacionadas com o artesanato, as atividades agrícolas, tecelagem manual, produção tradicional de queijo e enchidos e produção do Bolo Negro de Loriga. Propõe-se ainda a reabilitação dos fornos e moinhos usando-os para abrigar algumas programas lúdicos como salas de jogos tradicionais e sala de cinema comunitário. Por fim, e uma vez que a comunidade de Loriga é dinâmica e ativa, propõe-se o aproveitamento de um dos pavilhões industriais abandonados para a criação de um espaço polivalente para eventos musicais, associativos e religiosos.

Existem outros núcleos associados à ribeira de Alvoco e à ribeira de Loriga, dos quais destaco a aldeia Casal do Rei. Antes das ribeiras se juntarem, implantada na encosta a norte da ribeira de Loriga, surge na paisagem uma aldeia que ainda conserva a sua imagem pitoresca e que se distingue das anteriores pela sua escala menor. As construções dos edifícios, muros e socalcos em xisto permitiram que o Homem domasse o declive acentuado da encosta e permitisse a satisfação das suas necessidades através do cultivo dos campos férteis das margens da ribeira (destaco a cultura do trigo). Da relação com a água destaco o lagar de

azeite, os açudes, o moinho e as levadas. Pelas calçadas de xisto, estreitas e irregulares vence-se a topografia e chegamos à Sede de Melhoramentos de Casal do Rei (inaugurado em 2004). Esta associação é responsável por um conjunto de iniciativas relacionadas com a preservação do património local, nomeadamente ao nível da conservação dos edifícios. No entanto o seu isolamento nas montanhas da Estrela e a falta de oferta de serviços e emprego têm provocado o abandono desta aldeia. Com o objetivo de contrariar essa tendência e dar vida ao Casal do Rei, propõe-se a criação de uma Quinta Pedagógica relacionada com a agricultura (atividade ainda ativa) que promova o contato das crianças e grupos, com a ruralidade e as atividades de montanha. Por fim, e para além do auxílio que deve ser prestado à associação já existente, deve reforçar-se a ligação entre o núcleo e os mais próximos, através da integração deste núcleo na rede de transportes públicos proposta anteriormente.





165. 166. e 167. Cabeça
168. e 170. Fontão
169. e 171. Agincho

Como referido no capítulo anterior, e apesar de se associar o granito à Serra da Estrela, existem várias aldeias de xisto e algumas delas localizam-se na bacia hidrográfica do Alva. Destaco três aldeias- Fontão, Aguincho e Cabeça- caracterizadas por oferecerem ar puro, tranquilidade, serenidade, paisagens deslumbrantes e comunhão plena com a Natureza. Embora com uma imagem diferente, estão culturalmente ligadas à agricultura, truticultura e à pastorícia. Todas têm algum património construído que estabelece uma relação com a água, como o lagar e o moinho de água.

O Fontão surgiu por uma comunidade de pastores e agricultores junto a uma ribeira. Durante as décadas de 60 e 70 do século passado, a principal atividade ali desenvolvida era a exploração e comercialização de resina. Motivada pela emigração e pelo envelhecimento da população, é atualmente uma aldeia desabitada na maior parte do ano. As construções quase todas de xisto são espaçadas pelas escadarias ou levadas que vão ter à fonte, junto à ribeira. Na silhueta, destacam-se a igreja, o bar, o forno comunitário em ruína, a antiga escola primária, a fonte e o lavadouro. Ainda existe quem se desloque dos núcleos mais próximos para cultivar batatas, colher as cerejas e o mel nos campos que envolvem o Fontão. Mas da pitoresca imagem, ressaltam a degradação das construções e a invasão descontrolada da vegetação. Dos sons da Natureza ressalta o silêncio.

A aldeia Aguincho situa-se na margem direita da ribeira de Alvoco a oito quilómetros de Alvoco da Serra. O isolamento desta aldeia, nas encostas da serra, fazem deste lugar um refúgio em comunhão com a Natureza. Atualmente é uma aldeia com poucos habitantes, dos quais, alguns ainda cultivam e outros têm rebanhos. Das construções sobressa a igreja, a associação e o alojamento de turismo local. Os socacos em xisto e as calçadas direcionam-nos até à linha de água, onde se encontra uma pequena praia fluvial rodeada de campos cultivados, de zonas de pastos e de construções em xisto abandonadas.

A aldeia Cabeça está implantada na crista de uma montanha. Adaptados à orografia local, os edifícios maioritariamente em xisto, alguns ainda com cobertura de lousã, e os muros

dos socalcos são a marca visual identitária deste núcleo de traça típica em xisto. As ruelas estreitas interligadas por escadinhas estruturam-se em redor do adro da igreja. No centro existe um café/restaurante e uma ruela que vai ter ao forno comunitário, um espaço agradável para merendar, recentemente reabilitado. Dos três núcleos, este é o mais habitado, talvez por ser o menos isolado. É de destacar que a Cabeça foi a primeira aldeia a proporcionar o acesso livre à internet (2007), a primeira a adotar a iluminação pública com tecnologia LED (2011) e tem sido desde 2013 a Aldeia Natal. Este último evento tem sido dinamizado pela Associação para o Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha (ADIRAM) e tem sido um grande êxito devido, em parte, à estratégia que envolve a comunidade local na realização dos trabalhos de decoração da aldeia, uma vez que, tem reforçado o seu sentido de comunidade e autoestima.

Com o objetivo de valorizar e conservar as características de cada núcleo propõe-se a criação de um itinerário temático entre os três. Propõe-se que a Cabeça seja durante o mês de dezembro a Aldeia Natal e no mês de março seja a Aldeia dos Sabores (com atividades agrícolas, gastronómicas e artesanais). Propõe-se que o Aguincho seja durante os meses de julho e agosto a Aldeia Fluvial (com desportos aquáticos, pesca, e workshops de fotografia). Por fim, propõe-se que o Fontão seja a Aldeia Alojamento, acrescentando novos usos como alojamentos turísticos e de restauração, permitindo assim a criação de emprego para quem aqui reside ou pretenda residir, e ainda, uma residência sénior. Para a concretização deste objetivo estratégico, os núcleos deverão ser intervencionados de acordo com os respetivos Planos de Aldeia para serem resolvidas todas as necessidades de infraestruturas, acessibilidades e telecomunicações. O objetivo da criação deste itinerário é promover cada núcleo, mas principalmente fomentar a interdependência, o convívio entre as comunidades e a troca de saberes. Para isso, será necessário realizar workshops e palestras com a função de sensibilizar as comunidades locais sobre estes temas. Claro que o caso excepcional da aldeia do Fontão exige mais atenção e concentração de meios.

RIOS	TROÇOS	ZONAS DE INTERVENÇÃO	
Alva	1	Vale do Rossim Penhas Douradas Nascente	
	2	Sabugueiro Senhora do Desterro Sistema Hidroelétrico Lapa dos Dinheiros Loriga Alvoco Casal do Rei	
	3	Conjunto	Cabeça Fontão Aguincho
Mondego	1	Corgo das Mós Espaço Comercial Penhas Douradas	
	2	Hotel Casa S. Lourenço Covão da Ponte Vila Soeiro	
	3	Vila Soeiro Aldeia Viçosa	
Zêzere	1	Torre Piornos Penhas da Saúde Covão d'Ametade	
	2	Manteigas Conjunto Valhelhas	Sameiro Quinta da Reboleira Vale da Amoreira

Síntese

Com a aplicação das medidas propostas, e de outras a serem definidas posteriormente de acordo com as novas necessidades, o território da Serra da Estrela ganha mais coesão e os núcleos acabam por se ligar naturalmente. A criação de três eixos temáticos (dinâmico, refugio e didático), suportados pelos rios Zêzere, Mondego e Alva evocam diferentes possibilidades de interação com o território e de apropriação de cada local, sempre compatíveis com os valores naturais e culturais. A riqueza natural, geográfica, cultural e patrimonial sustenta a interdependência entre os locais e as comunidades, porque apesar de culturalmente ou visualmente hiperligadas, nenhum sítio é igual a outro.

A lógica de desenvolvimento integrado e cooperativo é uma mais valia para a conservação, através do desenvolvimento e da potencialização dos valores da Serra da Estrela (materiais e imateriais). Devemos ter ciente que as pessoas, as estruturas físicas, a cultura e a Natureza são a matéria prima que pode produzir o desenvolvimento e a conservação. Num território com dispersão territorial, baixa densidade demográfica e baixa capacidade económica, estrategicamente optou-se por garantir a coesão e a operacionalização de um desenvolvimento sustentável através dos rios. O foco das medidas propostas passa pela requalificação dos núcleos, dos espaços públicos e da paisagem, através do incentivo à produção local e tradicional, da dinamização e animação dos núcleos e ainda, do reforço da comunicação e *marketing*. Assim é possível estimular o crescimento da marca identitária Serra da Estrela, atrair, orientar, valorizar novos investimentos, e, incorporar conhecimento e inovação nos processos.

Mondego, um refúgio



Aldeia Viçosa

Vila Soeiro

Covão da Ponte

Covão das Mós

Casa de S. Lourenço

Vale da Amoreira

Valhelhas

Zêzere, um diálogo dinâmico



Espaço Comercial

Sabuqueiro

Senhora do Desterro

nascente do Alva

Penhas Douradas

Manteigas

Sameiro

Quinta da Reboleira

sistema hidroeléctrico

Covão d'Ametade

Piornos

Penhas da Saúde

Cabeça

Loriga

Casal do Rei

Fontão

Alvoco

Aguincho

Alva, um diálogo didático



- núcleos de intervenção ●
- preservar a Natureza 🌲
- estimular a fixação e atratividade de população 👤
- potenciar zonas de informação ⓘ
- requalificar as zonas fluviais 🌊
- valorizar as paisagens 🏞️
- valorizar o património 🏰
- estabelecer conexões 📖
- criar novos usos lúdicos 🚶
- colocar os núcleos do Zêzere na agenda 📅
- valorizar as potencialidades de repouso e lazer 🏡
- melhorar as conetividade 📶
- promover o diálogo com a Natureza 🌲
- promover o conhecimento sobre o legado natural e cultural 📖



Considerações Finais

“a ênfase posta nas possibilidades do urbano como conceito integrador não significa que os problemas fiquem magicamente resolvidos; apenas permitirá não esquecer os complexos sistemas de relações entre as escalas de intervenção e, sobretudo, não intervir sem uma clara estratégia referida a um conceito forte e a um projeto de imagem global, que possa exprimir a dinâmica da sociedade e cultura urbanas”

(Portas, 1969, p. 129)

Pretendeu-se com este trabalho analisar criticamente o território da Serra da Estrela e equacionar uma estratégia de desenvolvimento a partir do seu património e dos seus recursos endógenos. Antes de mais, esta estratégia vem alertar para duas condições que contribuíram para o estado atual da área em estudo e que necessitam de alteração. A primeira tem a ver com a falta de planeamento integrado, especialmente, a inexistência de uma estratégia direcionada para a área em estudo, uma vez que considero que existe uma identidade territorial que não está a ser valorizada de forma holística, e por isso, se está a perder. A segunda está relacionada com a desarticulação entre os objetivos e soluções adotadas, relativamente à preservação das paisagens (naturais e culturais) e ao seu desenvolvimento, contribuindo para que se tenha traçado um caminho que afasta a preservação do desenvolvimento. Portanto, a proposta aqui apresentada, esboça uma estratégia, assente num conjunto de ambições e objetivos para o desenvolvimento da área do Parque Natural da Serra da Estrela que pode concretizar-se através do Modelo de Intervenção proposto a partir da Rede Hidrográfica e da Rede de Aldeias. O Modelo de Intervenção proposto mais do que um plano estático pretende assumir um carácter estratégico e exemplificar como é possível operacionalizar esta estratégia.

No decorrer da investigação e durante a recolha de dados, para a análise e construção da proposta, deparei-me com dificuldades. Primeiro, o contacto com alguns funcionários de

algumas entidades revelou uma realidade diferente da expectável. A perspetiva inicial de que a existência de uma entidade tutelar como a do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) pressupunha que existiria um conjunto de dados e estratégias para a gestão e planeamento da área, mas rapidamente foi substituída pela realidade de que o PNSE é uma entidade dependente de uma hierarquia orgânica e de uma entidade superior, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Nesse âmbito, o contacto com a arquiteta paisagista do PNSE Maria da Paz Moura, que desde logo se mostrou disponível, foi essencial para a clarificação de que a gestão do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) é uma gestão conjunta com todas as áreas protegidas e florestas da região centro do país e que lida diariamente com a falta de técnicos e de meios para a sua atuação. Essa condição tem se revelado uma grande fragilidade, pois sendo o PNSE a maior área protegida do país (correspondente a 1% do território nacional) e a mais humanizada, necessita de uma atenção privilegiada na sua gestão e ordenamento, o que não se verifica. Conclui-se que, no limite, não existe uma entidade gestora eficaz para a área classificada como Parque Natural da Serra da Estrela. Ainda numa fase de análise, o contacto com a engenheira Célia Gonçalves, para conhecer o trabalho realizado pela Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede Aldeias de Montanha, resultou na mesma conclusão, pois, sendo uma entidade não governamental, lida com a falta de técnicos para uma atuação localizada, mas também lida com dificuldades financeiras. Acresce que, ambos os contatos revelaram ainda a existência de estratégias individuais dos seis concelhos, o que, agudiza o contexto complexo de trabalho destas entidades. Por outro lado, a análise dos instrumentos de ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, demonstrou que, apesar da génese de uma área protegida ser a gestão articulada da biodiversidade com o desenvolvimento das populações locais, a determinado momento, passou a existir um maior investimento em objetivos relacionados com a preservação da Natureza relativamente aos objetivos de desenvolvimento local.

Estas duas dificuldades iniciais, motivaram-me para o desafio de atuar no sentido de encontrar soluções para o problema da falta de estratégia, da falta de coesão territorial e da

necessidade imperativa de criar uma entidade gestora, a que denominámos de Agência de Desenvolvimento Territorial da Serra da Estrela (ADESTRELA), para a aplicação e desenvolvimento da estratégia proposta. No entanto este desafio fica balizada por mais três dificuldades. A primeira, o facto de estar a elaborar uma estratégia no contexto académico, o que, afasta a possibilidade do contacto multidisciplinar que hoje se exige em propostas deste âmbito. A segunda, por me desafiar a estudar e analisar um objeto de estudo complexo que exige uma abrangência prática e teórica com a qual nunca tinha lidado. A terceira por me desafiar a concretizar os objetivos propostos num espaço temporal reduzido, o que me obrigou a estabelecer prioridades na elaboração do trabalho, tendo presente que é um trabalho que carece de um desenvolvimento posterior, nomeadamente ao nível da validação das propostas apresentadas por parte das entidades envolvidas e dos agentes e populações locais, bem como para o desenvolvimento da Rede de Aldeias e ainda para o desenvolvimento do vários planos de aldeia apontados. No entanto esta opção assenta na base de que o desenvolvimento prioritário desta, permitirá por contágio o desenvolvimento da outra. Por outro lado, o desenvolvimento da intervenção na Rede de Aldeias exige condições que ultrapassam as possibilidades disponibilizadas no âmbito de uma investigação individual, tais como, o mapeamento e levantamento de todos os núcleos, características e necessidades, o contacto com as entidades e comunidades, a interação com outras disciplinas e a atualização constante dos objetivos e medidas a longo prazo.

Com o estudo do território da Serra da Estrela, verifiquei a perda da riqueza natural, o contínuo aumento do abandono das aldeias da Serra e o contínuo subaproveitamento dos recursos disponibilizados pelo local. Este cenário levou-me a refletir sobre algumas questões. Assim, os resultados dessas reflexões compõem a primeira parte do presente trabalho. Primeiro foi necessário refletir sobre alguns paradigmas e abordagens que já tinha tido contacto ao longo do meu percurso académico, mas que neste trabalho se tornavam essenciais para compreender melhor o papel que a arquitetura e o planeamento podem assumir enquanto instrumentos de desenvolvimento.

Essa condição apontou para a necessidade de criar um posicionamento próprio, enquanto estudante de arquitetura e futura arquiteta, compreendendo a importância das políticas públicas para a efetivação da transformação e da gestão do território e ainda do património e dos recursos endógenos como ferramentas para a construção do desenvolvimento sustentado na identidade local e como promotores de resiliência e autoestima. E assim, tendo uma área de estudo onde essas abordagens podem ser instrumentos de desenvolvimento, revelou-se imperativo, esclarecer e expor o meu entendimento sobre elas. Em segundo, optei por construir uma narrativa que me permitisse uma bagagem de conhecimentos e factos, para sustentar o meu posicionamento futuro em relação às opções estratégicas a adotar. Esta opção é resultado da reflexão sobre o papel da história no campo da arquitetura, e que, ao longo do percurso académico, sempre foi apontado como uma ferramenta para uma abordagem crítica perante a realidade. Através do meu posicionamento crítico concluo que o estado atual da área de estudo, descaracterizado, subaproveitado e pouco povoado, é resultado de más opções políticas nacionais, regionais e locais, da falta de estratégia, e principalmente, da ignorância (ou desconhecimento) das potencialidades endógenas da Serra da Estrela (naturais e culturais) para um desenvolvimento económico com impacto não apenas à escala local, mas sobretudo, à escala nacional.

Por outro lado, e apesar da aproximação *à priori* com a área em estudo, revelou-se primordial conhecer, analisar e diagnosticar as potencialidades e fragilidades da Serra da Estrela. A primeira dificuldade no desenvolvimento deste trabalho, contrariamente ao previsível, não foram os 101 hectares abrangidos pelo Parque Natural da Serra da Estrela. A dificuldade debateu-se sim, com a diversidade dos valores naturais e culturais, geográficos e antropogénicos. Numa primeira análise da área em estudo, não são claramente identificáveis zonas que partilhem de um conjunto de características idênticas e que de alguma forma sectorizam o território. Isto acontece, porque estamos perante um território montanhoso e irregular, onde a dispersão dos núcleos é uma condicionante das características do território. Depois porque, a área em estudo tem sido alvo de estratégias unilaterais que ignoram o conjunto, e, portanto, a coesão ainda é um desafio.

Portanto, o meu posicionamento em relação à área em estudo pretende alertar para a necessidade urgente em contrariar essas tendências sectoriais desligadas das características locais. Consequentemente, temente optei por tratar a área em estudo enquanto uma única unidade de trabalho. Estas aprendizagens, resultado do processo de trabalho da presente dissertação compõem o terceiro capítulo, que por razões meramente operativas, distingue as expressões naturais das impressões culturais. No entanto é o seu conjunto, que entendido de uma forma holística, conforma a paisagem da Serra da Estrela, e que diversificado e não homogéneo, constrói uma única identidade.

Rematando, procurei ao longo do processo de trabalho, representado neste objeto que é a dissertação, aprofundar competências que à arquitetura dizem respeito e que adquiri ao longo do percurso académico, através da leitura de obras, das orientações dos professores, das discussões com os colegas e familiares. Por outro lado, procurei debater-me sobre problemáticas atuais que estão para lá do urbano e do objeto arquitetónico, mas que de igual forma, pertencem ao campo da arquitetura e que não estiveram assim tão presentes ao longo do meu percurso académico.

Considero que o fato de me desafiar a lidar com um objeto de estudo que tem uma escala maior, num trabalho mais autónomo, e no âmbito do planeamento e ordenamento do território, acrescentou à minha formação enquanto arquiteta, a oportunidade de lidar com preocupações que cabem à arquitetura solucionar e que estiveram menos presentes ao longo do curso, tais como, questões da preservação e do desenvolvimento e questões públicas, democráticas e políticas. Ao mesmo tempo, procurei concretizar a minha vontade de poder contribuir para o desenvolvimento e valorização do território e das comunidades locais da Serra da Estrela, que até ir para o Departamento de Arquitetura (dARQ), compunham o único cenário do lugar onde eu cresci.

" o todo é maior do que a simples soma das suas partes."

(Aristóteles, 1969)

Bibliografia

ALMEIDA, J (2015) Comunicação/discurso proferido na Aula de projeto I no Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, no dia 21 de julho de 2015.

AMARAL, J. (1995). Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. Universidade Federal do Ceará. Acesso em maio de 2019.

AMARAL, Keil. (2004). Arquitectura Popular em Portugal (4a). Ordem dos Arquitectos. Lisboa

ARISTÓTELES. (1969). Metafísica. Tradução de Leonel Vallandro. Globo: Porto Alegre

AVRAMI, E. MASON, R. & DE LA TORRE, M. (2000). Values and Heritage Conservation Research Report. The Getty Conservation Institute. Los Angeles

BANDARIM, F. & OERS, R. (2015). Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape Approach and the Future of Urban Heritage. John Wiley & Sons, Ltd. United Kingdom

CABRAL, F. C. (1985) Fundamentos da arquitectura paisagista I.C. Natureza. Conservação da Natureza e o Continuum Naturale. Conferência proferida no seminário de conservação da Natureza. Lisboa

CADAVEZ, M. (2016). O ano de 1936 foi marcante na história do turismo português. Portugal: Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa

CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA (1994). Plano Diretor Municipal. Câmara Municipal da Guarda. Guarda

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS (2015). Plano Diretor Municipal. Câmara Municipal de Manteigas. Manteigas

CÂMARA MUNICIPAL DE COVILHÃ (1999). Plano Diretor Municipal. Câmara Municipal de Covilhã. Covilhã

CÂMARA MUNICIPAL DE SEIA (2015). Plano Diretor Municipal. Câmara Municipal de Seia. Seia

CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA (1995). Plano Diretor Municipal. Câmara Municipal de Gouveia. Gouveia

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA (1994). Plano Diretor Municipal. Câmara Municipal de Celorico da Beira. Celorico da Beira

CARAPINHA, A. (2010-2011) País enquanto Paisagem. in Revista da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagista. nº6, pp .21-25. acedido em uevora.academia.edu/auroracarapinha. Maio de 2019

CARVALHO, P. (2009). A AIBT do Pinhal Interior e as Aldeias do Xisto: novos caminhos e actores para o desenvolvimento de territórios de baixa densidade em ambientes de montanha. Cadernos de Geografia nº28/29. FLUC: Coimbra. pp.185-191

CARVALHO, P. (2017), Animação Turística, Inovação e Criatividade no Desenvolvimento Rural. O Caso das Aldeias do Xisto. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Universidade de Coimbra: Coimbra. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/316635235_Animacao_Turistica_Inovacao_e_Criatividade_no_Developolvimento_Rural_O_Caso_das_Aldeias_do_Xisto. Consultado em fevereiro de 2019

CASTRO, J. (2004). Parque Natural Douro Internacional / Arribes del Duero, Territórios Transfronteiriços – suas dinâmicas. Braga: Universidade do Minho.

CHOYA, F. (2009). El Reino de lo Urbano y la Muerte de la Ciudad. Revista de Investigación Social, vol. 6, núm. 12. pp. 157-187. Universidad Autónoma de la Ciudad de México Distrito Federal, México

CORNER, J. (1999). Recovering Landscape as a Critical Cultural Practise. In: Recovering Landscape: essays in contemporary landscape architecture. Ed. James Corner. Princeton Architectural. New York

COSTA, C. (2015). Turismo na Serra da Estrela - Impactos, transformações recentes e caminhos para o futuro. Departamento de Geografia da Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. Coimbra

COSTA, C. e NOBERTO, S. (2016). Turismo na Serra da Estrela. Planeamento da atividade turística e desenvolvimento. Cadernos de Geografia nº35. FLUC. Coimbra.pp.19-30

DAVEAU, S. & RIBEIRO, O. (1978) – L'Occupation Humaine de la Serra da Estrela. Separata de Études Géographiques. Bordeaux

FERNANDES, G. (2013). Coesão Territorial e Desenvolvimento Turístico em Espaços de Montanha. Lógicas de Governancia Territorial e Políticas Públicas na Cordilheira Central. IX Congresso da Geografia Portuguesa. Évora. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/282877669_Coesao_Territorial_e_Desenvolvimento_Turistico_em_Espacos_de_Montanha_Logicas_de_Governancia_Territorial_e_Políticas_Publicas_na_Cordilheira_Central . Consultado em janeiro de 2019

FERNANDES, G. & Vieira, A. (n. d.). Problemáticas do turismo em áreas naturais e o seu significado nos concelhos do Parque Natural da Serra da Estrela. Escola Superior de Educação da Guarda. CISE. Seia

FERNANDES, G. (2013). Coesão Territorial e Desenvolvimento Turístico em Espaços de Montanha Lógicas de Governancia Territorial e Políticas Públicas na Cordilheira Central. Retirado de <https://www.researchgate.net/publication/256845628>

FERNANDES, G. (2009). Áreas de Montanha e Turismo. Conflitos e complementaridades na apropriação do território. In 15º Congresso da APDR. Cabo Verde. pp (2969–2987)

FERNANDES, V. (1995). HIDROCENE: Um olhar sobre os Aproveitamentos Hidroelétricos. Portugal: HIDROCENEL, S.A

FERREIRA, A. P. (2014). Paisagem construída: proposta de ligação pedonal entre o centro histórico e o bairro da Malagueira. Transformação de um sítio num lugar. Tese de Mestrado apresentada à Universidade de Évora. dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/12057

FRADE, C. (1999). A componente Ambiental no ordenamento do Território. Conselho Económico e Social. Lisboa

FRAMPTON, K. (2002). *Labour, Work and Architecture: Collected Essays on Architecture and Design*. Phaidon Press. Londres

GASPAR, J. (2013). SERRA da ESTRELLA - Expedição Científica em 1881 - 132 anos depois. disponível em pt.scribd.com visitada em março de 2019

GONCALVES, E. (1985). Levantamento do Património Arquitetónico e Urbanístico do Parque Natural da Serra da Estrela. Ed. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza. Seia

GOTMAN, A. (1990). Le present de l'héritage, in Jeudy, H. P. (1990). Patrimoines en Folie. Éditions de la Maison des sciences de l'homme. Paris

HAESBAERT, R. (2004). Des-caminhos e Perspectivas do Território. In: SPOSITO, E., AQUET, M., RIBAS, A. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE. p. 87-120

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2017). Retrato Territorial de Portugal. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa

LABADI, S & LOGAN, W. (2015). Urban Heritage, Development and Sustainability: International frameworks, national and local governance. Abingdon: Routledge. Nova York

LARSEN, P. & LOGAN, W. (ed.) (2018). World Heritage and Sustainable Development. New Directions in World Heritage Management. Routledge. London

LOPES, J. (1942). O Culto de Nossa Senhora na freguesia de S.Romão. Tipografia Central S.Romão. S.Romão

LOPES, J. (2000). A cidade e a cultura. Um estudo sobre práticas culturais urbanas. edições Afrontamento. Porto

MATOS, H. (1999). Os conquistadores da serra da Estrela. Jornal Público. Informação disponível em <https://www.publico.pt> visitada em março de 2019

MENDONÇA, N. (1989). Para uma Poética da Paisagem: A Ideia. Volume I. Universidade de Évora. Évora

MIGUEL, C. (2014). Contributo para a salvaguarda e valorização da Paisagem Rural: Caso de Estudo da Herdade do Pereiro. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista. Instituto Superior de Agronomia. Lisboa

NAVARRO, J. (2013). A construção da paisagem entre arte e arquitectura: o valor da ética, da estética, do natural e da história. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, apresentada ao Departamento de Arquitetura da F. C. T. da Universidade de Coimbra. Coimbra

PORTAS, N. (1969). A Cidade como Arquitetura. Livros Horizonte. Lisboa

OLIVEIRA, N. (2015, 1ª edição). A Flore Portugaise e as Viagens em Portugal de Hoffmannsegg e Link (1795 a 1801). Retrato de Portugal Setecentista. Chiado Editora. Espanha

OLIVEIRA, E. (2016). *A alma das gentes da Serra*. Aveiro Editora. Aveiro

PASSOS, M. (2017). A paisagem, uma ferramenta de análise de territórios emergentes na interface entre Natureza e sociedade: o vale do Guaporé – Jauru/MT-Brasil. In Cadernos de Geografia nº36. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. pp.27-45. Coimbra

PICKARD, R. (2016). Management strategies for historic towns in Europe. In Urban Heritage, Development and Sustainability: International frameworks, national and local governance. W.Logan e S.Labadi. Routledge. Nova York

PINHEIRO, E. (2014). A Beira Interior: de mosaico de paisagens a região identitária. In Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. UBI: Covilhã

PINTO, H. (2012). A expedição científica à serra da Estrela de 1881 revisitada. Jornal Diário da República. Informação disponível em <https://www.dn.pt> visitado em março de 2019

PIRES, C. (2015). Planear a Paisagem: o parque natural regional do vale do tua. Departamento de Arquitetura. Universidade de Coimbra. Coimbra

- RAFFESTIN, C. (1993). Por uma Geografia do poder. Ática. São Paulo
- RAPOSEIRO, P. (2015). O Património Natural como Recurso Endógeno: o Caso da Freguesia da Tocha. Dissertação de Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local, apresentada ao Departamento de Educação da Escola Superior de Educação de Coimbra. Coimbra
- RODRIGUES, Z. (2017). Memórias Que Fazem Histórias: Lapa dos Dinheiros, uma aldeia da Serra da Estrela. Edições Colibri. Lisboa
- ROLLO, M. (2014). Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Volume III- N-Z. Centenário da República. Assembleia da República. Portugal
- ROSAS, F. SERRÃO, J. & MARQUES, A. (1992). Portugal e o Estado Novo. Editora Presença. Lisboa
- ROSSA, W. (2015). Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico. Imprensa da Universidade. Coimbra
- SCOTT, A. 1999. Trust law, sustainability and responsible action. Ecological Economics. pp.139-154.
- SILVA, A. (2018). Muros que erguem causas – barragens e património. Os casos de Picote, Côa e Tua. Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa. FLUP. Portugal
- SILVA, C. (2000). Áreas Protegidas em Portugal: Que papel? Conservação versus desenvolvimento. Departamento de Geografia e Planeamento Regional. UNL: Lisboa. pp.28-44
- SIMÕES, V. (1979). A Serra da Estrela e as suas beiras. Edição do Autor. Lisboa
- SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY (SCBD), (2000). Sustaining Life on Earth: How the Convention on Biological Diversity promotes nature and human well-being. SCBD, Canada, and UNEP, Switzerland. Disponível em: <http://www.cbd.int/iyb/doc/prints/cbd-sustain-en.pdf>.
- SOUSA, M. (2016). A mobilidade automóvel em Portugal (1920-1950). Chiado Editora. Portugal

TELLES, G. (1994). in "Paisagem". Edição da DGOTDU

TELLES, G. (1997). Paisagem Global. In Cancela d'Ábreu, M. (coord.), Paisagem (p.29-45). Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa

TEODORO, A. (2015). O Sucesso do Turismo no Espaço Rural da Serra da Estrela: Realidades e Utopias. Relatório de estágio. Escola Superior Agrária. Instituto Politécnico de Coimbra. Coimbra

TORGA, M. (1950), Portugal. Coimbra

UNESCO. (1972). Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Paris

UNESCO. (2015). Cultura e património urbano. In HABITAT III. Nova York.

UNESCO. (2003). Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. 32ª sessão. Paris

UNESCO. (2013). New Life for Historic Cities - The Historic Urban Landscape Approach Explained. Paris: UNESCO

UNESCO. (2016). Culture Urbana Future. Global Report of Culture for Sustainable Urban Development. E United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France

UN-Habitat III. (2017). New Urban Agenda. In Conference on Housing and Sustainable Urban Development (Habitat III). Governo da República do Equador. Quito

VELDPAUS, L. & RODERS, A. (2013). Urban Heritage: Putting the Past into the Future. Retirado de <https://www.researchgate.net/publication/256845628>

VILARINHO, S. (2017). Entre a Ria e o Mar: a cultura do mar na definição de uma nova estratégia de desenvolvimento para a Gafanha da Nazaré. Departamento de Arquitectura. Universidade de Coimbra. Coimbra

Outras Publicações

Revista Turismo de Portugal (1922)

Revista Turismo de Portugal (1923)

Jornal Panorama (1945)

Publicações em Diário da República

Decreto lei nº 557/76 de 16 de julho. Diário da República nº165, I Série (1976). Presidência do Conselho de Ministros. Acedido em 14 de fevereiro, 2019, em <https://dre.pt/application/conteudo/430620>

Decreto nº4/78 de 1 de novembro. Diário da República n.º 9, I Série. (1978). Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria de Estado do Ambiente. Definição da orgânica dos parques naturais, reservas e património paisagístico. Acedido em 25 de novembro, 2018, em <https://dre.pt/application/conteudo/468837>

Decreto lei nº 167/79 de 4 de junho. Diário da República n.º 128, I Série, (1979). Ministério da Habitação e Obras Públicas - Secretaria de Estado do Ordenamento Físico, Recursos Hídricos e Ambiente. Fixação dos limites do Parque Natural da Serra da Estrela. Acedido em 14 de fevereiro, 2019, em <https://dre.pt/application/conteudo/383841>

Decreto-lei nº19/93 de 23 de janeiro. Diário da República n.º 19, I-A Série. (1993). Ministério do Ambiente e Recursos Naturais. Estabelecimento de normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas. Acedido em 14 de fevereiro, 2019, <https://dre.pt/application/conteudo/584781>

Portaria nº27/87 de 15 de janeiro. Diário da República n.º 12, I Série. (1987). Ministérios das Finanças e do Plano e da Administração do Território. Nova redação ao n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento do Parque Natural da Serra da Estrela. Acedido em 25 de novembro, 2018, em <https://dre.pt/application/conteudo/663492>

Portaria n.º 409/79 de 8 de agosto. Diário da República n.º 182, I Série, (1979). Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Habitação e Obras Públicas. Aprovação o Regulamento Geral do Parque Natural da Serra da Estrela. Acedido em 25 de novembro, 2018, em <https://dre.pt/application/conteudo/377905>

Portaria n.º 583/90 de 25 de julho. Diário da República n.º 170, I Série, (1990). Ministérios das Finanças e do Ambiente e Recursos Naturais. Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela. pp. 3074-3078. Acedido em 25 de novembro, 2018, em <https://dre.pt/application/conteudo/573119>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009 de 9 de setembro. Diário da República n.º 175, I Série. (2009). Presidência do Conselho de Ministros. Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela. pp.6129-6132. Acedido em 25 de novembro, 2018, em <https://dre.pt/application/conteudo/489984>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015 de 21 de julho. Diário da República n.º 140, I Série, (2015). Presidência do Conselho de Ministros. Programa Nacional de Turismo de Natureza. pp. 4922-4925. Acedido em 14 de fevereiro, 2019, em <https://dre.pt/application/conteudo/69846841>

Páginas de Internet Consultadas

www.aldeiasdemontanha.pt | Site oficial da (ADIRAM)
www.aldeiashistoricasdeportugal.com | Site oficial das Aldeias Históricas
www.aldeiasdoxisto.pt | Site oficial das Aldeias do Xisto (ADXTUR)
www.cise.pt | Site oficial do Centro de Interpretação da Serra da Estrela
www2.icnf.pt | Site oficial do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
www.geoparkestrela.pt | Site oficial da Associação Geoparque Estrela
www.cm-seia.pt | Site oficial da Câmara Municipal de Seia
www.cm-gouveia.pt | Site oficial da Câmara Municipal de Gouveia
www.cm-celoricodabeira.pt | Site oficial da Câmara Municipal de Celorico da Beira
www.mun-guarda.pt | Site oficial da Câmara Municipal da Guarda
www.cm-manteigas.pt | Site oficial da Câmara Municipal de Manteigas
www.cm-covilha.pt | Site oficial da Câmara Municipal de Manteigas

Fontes das Imagens

1. Pintura de Caspar David Friedrich. 1818. Retirada de:
<https://educacion.ufm.edu/caspar-david-friedrich-caminante-sobre-un-mar-de-nubes-oleo-sobre-lienzo-1818/>
2. Fotografia da ADXTUR. Data incerta. Retirada de:
<https://aldeiasdoxisto.pt/artigo/5407>
3. Fotografia de Bruno Ramos. ADXTUR. Data incerta. Retirada de:
<https://aldeiasdoxisto.pt/category/hist%C3%B3ria>
4. Fotografia da ADXTUR. 2018. Retirada de:
<https://aldeiasdoxisto.pt/artigo/5407>
5. Fotografia da ADXTUR. 2018. Retirada de:
<https://aldeiasdoxisto.pt/artigo/5407>
6. Diagrama da ADXTUR. 2009. Retirada de: ADRXTUR. (2009). Estratégia de Eficiência Coletiva Rede de Aldeias do Xisto. Candidatura PROVERE. ADXTUR
7. Imagem da ARXTUR. Data incerta. Retirada de:
<https://aldeiasdoxisto.pt/>
8. Imagem conseguida através da página Aldeias do Xisto. Data incerta. Retirada de:
<https://aldeiasdoxisto.pt/>
9. Fotografia de Bruno Ramos. ADXTUR. Data incerta. Retirada de:
<https://aldeiasdoxisto.pt/category/lojas>
10. Imagem conseguida através da página Aldeias do Xisto. Data incerta. Retirada de:
<https://aldeiasdoxisto.pt/>
11. Pintura de Paul Cézanne. 1901-06. Retirada de:
<https://www.ibiblio.org/wm/paint/auth/cezanne/st-victoire/>
12. Pintura de Paul Cézanne. 1902. Retirada de:
<https://www.ibiblio.org/wm/paint/auth/cezanne/st-victoire/>
13. Pintura de Paul Cézanne. 1902-06. Retirada de:
<https://www.ibiblio.org/wm/paint/auth/cezanne/st-victoire/>

14. Pintura de Paul Cézanne. 1882. Retirada de:
<https://www.ibiblio.org/wm/paint/auth/cezanne/st-victoire/>
15. Ilustrações de Hoffmannsegg e Link. 1795-1801. Retiradas de: OLIVEIRA, N. (2015, 1ª edição). A Flore Portugaise e as Viagens em Portugal de Hoffmannsegg e Link (1795 a 1801). Retrato de Portugal Setecentista. Espanha: Chiado Editora
16. Ilustrações de Hoffmannsegg e Link. 1795-1801. Retiradas de: OLIVEIRA, N. (2015, 1ª edição). A Flore Portugaise e as Viagens em Portugal de Hoffmannsegg e Link (1795 a 1801). Retrato de Portugal Setecentista. Espanha: Chiado Editora
17. Autor desconhecido. 1880. Retirada de:
<https://casadasfontinhas.blogspot.com/2013/08/expedicao-cientifica-serra-daestrela.html>
18. Autor desconhecido. Finais do século XIX. Retirada de:
<https://quemvideo.wordpress.com/category/scienza-e-vita-ciencia-e-vida-science-andlife-science-et-vie/>
19. Autor desconhecido. 1884. Retirada de:
<https://www.abebooks.fr/QUATRO-DIAS-NA-SERRAESTRELLANAVARRO/10471475383/bd>
20. Autor desconhecido. 1912. Retirada de: FERNANDES, V. (1995). HIDROCENE: Um olhar sobre os Aproveitamentos Hidroelétricos. Portugal: HIDROCENEL, S.A
21. Autor desconhecido. 1934. Retirada de: FERNANDES, V. (1995). HIDROCENE: Um olhar sobre os Aproveitamentos Hidroelétricos. Portugal: HIDROCENEL, S.A
22. Autor desconhecido. 1909. Retirada de: FERNANDES, V. (1995). HIDROCENE: Um olhar sobre os Aproveitamentos Hidroelétricos. Portugal: HIDROCENEL, S.A
23. Autor desconhecido. Data incerta. Retirada de: FERNANDES, V. (1995). HIDROCENE: Um olhar sobre os Aproveitamentos Hidroelétricos. Portugal: HIDROCENEL, S.A
24. Autor desconhecido. Data incerta. Retirada de: FERNANDES, V. (1995). HIDROCENE: Um olhar sobre os Aproveitamentos Hidroelétricos. Portugal: HIDROCENEL, S.A
25. Autor desconhecido. Data incerta. Retirada de: FERNANDES, V. (1995). HIDROCENE: Um olhar sobre os Aproveitamentos Hidroelétricos. Portugal: HIDROCENEL, S.A
26. Fotografia de José Pereira. Data incerta. Retirada de:
<https://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/10750.html>
27. Autor desconhecido. Data incerta. Retirada de:
<https://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/10750.html>

28. Autor desconhecido. Data incerta. Retirada de:
<https://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/10750.html>
29. Autor desconhecido. Data incerta. Retirada de:
<https://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/10750.html>
30. Autor desconhecido. 1930. Retirada de:
<https://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/10750.html>
31. Autor desconhecido. Data incerta. Retirada de:
<https://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/10750.html>
32. Autor desconhecido. Data incerta. Retirada de:
<https://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/10750.html>
33. Autor desconhecido. Data incerta. Retirada de:
<https://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/10750.html>
34. Autor desconhecido. 1940. Retirada de:
<https://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/10750.html>
35. Autor desconhecido. 1946. Retirada de:
<https://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/10750.html>
36. Autor desconhecido. Data incerta. Retirada de:
<https://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/10750.html>
37. Autor desconhecido. Data incerta Retirada de:
<https://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/10750.html>
38. Fotografia a partir do vídeo. 1970. Aragão Pinto e Manuel do Amaral. Retirada de:
<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-serra-da-estrela-2/>
39. Autor desconhecido. Data incerta. Retirada de:
<https://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/10750.html>
40. Fotografia de Celeste Saraiva. 1966. Cedida pela autora:
41. Fotografia de Celeste Saraiva. 1971. Cedida pela autora
42. Imagem retirada a partir do Regulamento do Parque Natural da Serra da Estrela. 1976. Decreto-Lei nº 557/76 (16/07/1976). Criação do Parque Natural da Serra da Estrela. Diário da República.

43. Imagem retirada a partir Decreto-Lei nº 167/79 (04/06/1979). Fixação dos limites do Parque Natural da Serra da Estrela. Diário da República.
44. Fotografia a partir do vídeo. 1983. Jorge Cabral. Retirada de:
<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/parque-natural-da-serra-da-estrela/>
45. Fotografia a partir do vídeo. 1983. Jorge Cabral. Retirada de:
<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/parque-natural-da-serra-da-estrela/>
46. Fotografia a partir do vídeo. 1983. Jorge Cabral. Retirada de:
<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/parque-natural-da-serra-da-estrela/>
47. Fotografia a partir do vídeo. 1983. Jorge Cabral. Retirada de:
<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/parque-natural-da-serra-da-estrela/>
48. ESTRELACOOP. Data incerta. Retirada de:
<https://tradicional.dgadr.gov.pt/pt/cat/queijos-e-produtos-lacteos/31-queijo-da-serra-da-estrela>
49. Pintura de António Bandeira. 1953. Retirada de:
http://www.brasilarteseniciclopedias.com.br/nacional/bandeira_antonio01.htm
50. Desenho da autora sobre a imagem do google *earth*
51. Desenho da autora
52. Desenho da autora
53. Desenho da autora
54. Fotografia da autora. 2019
55. Fotografia da autora. 2019
56. Desenho da autora
57. Fotografia da autora. 2019
58. Fotografia da autora. 2019
59. Fotografia da autora. 2019
60. Fotografia da autora. 2019

61. Fotografia da autora. 2018
62. Fotografia de Renato Abreu. 2013. Cedida pelo do autor
63. Desenho da autora com os dados da Planta Síntese do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela. 2008. Retirada de:
<http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ordgest/poap/popnse/popnse-doc>
64. Fotografia de Filipe Patrocínio. data incerta. Cedida pelo do autor
65. Fotografia de Filipe Patrocínio. data incerta. Cedida pelo do autor
66. Fotografia de Luís Proença no âmbito do V Concurso de Fotografia Geopark Estrela. data incerta. Retirada de:
<https://www.facebook.com/pg/GeoparkEstrela>
67. Fotografia de Filipe Patrocínio. data incerta. Cedida pelo do autor
68. Citações de Miguel Torga. 3.ª Edição - Coimbra 1967. Retirado de:
<http://citorre.blogspot.com/2008/09/citaes-1-miguel-torga.html>
69. Desenho da autora
70. Tabela da autora
71. Esquema da autora baseado num esquema de Simões Viriato. 1979. Retirado de:
SIMÕES, V. (1979). A Serra da Estrela e as suas beiras. Edição do Autor. Lisboa
72. Desenho da autora
73. Fotografia da autora
74. Fotografia da autora
75. Fotografia da autora
76. Desenho da autora
77. Desenho da autora
78. Fotografia da ADIRAM. Data incerta. Retirada de:
<https://www.instagram.com/aldeiasdemontanha/?hl=pt>
79. Fotografia de Filipe Patrocínio. data incerta. Cedida pelo do autor

80. Fotografia de Filipe Patrocínio. data incerta. Cedida pelo do autor

81. Fotografia de Filipe Patrocínio. data incerta. Cedida pelo do autor

82. Fotografia da ADIRAM. Data incerta. Retirada de:
<https://www.instagram.com/aldeiasdemontanha/?hl=pt>

83. Fotografia da autora

84. Fotografia da autora

85. Fotografia da autora

86. Fotografia da autora

87. Fotografia da autora

88. Fotografia da autora

89. Fotografia da autora

90. Fotografia da autora

91. Fotografia da autora

92. Fotografia da autora

93. Fotografia da autora

94. Fotografia da ADIRAM. Data incerta. Retirada de:
<https://www.instagram.com/aldeiasdemontanha/?hl=pt>

95. Fotografia da ADIRAM. Data incerta. Retirada de:
<https://www.instagram.com/aldeiasdemontanha/?hl=pt>

96. Fotografia da autora

97. Fotografia da autora

98. Fotografia da autora

99. Fotografia da autora

100. Fotografia da autora

101. Fotografia da autora
102. Fotografia da autora
103. Fotografia da autora
104. Fotografia da autora
105. Fotografia da ADIRAM. Data incerta. Retirada de:
<https://www.instagram.com/aldeiasdemontanha/?hl=pt>
106. Fotografia da ADIRAM. Data incerta. Retirada de:
<https://www.instagram.com/aldeiasdemontanha/?hl=pt>
107. Fotografia da ADIRAM. Data incerta. Retirada de:
<https://www.instagram.com/aldeiasdemontanha/?hl=pt>
108. Desenho da autora
109. Fotografia de Filipe Patrocínio. data incerta. Cedida pelo do autor
110. Esquema da autora
111. Esquema da autora
112. Desenho da autora
113. Esquema da autora
114. Desenho da autora
115. Desenho da autora
116. Desenho da autora
117. Desenho da autora
118. Fotografia de Filipe Patrocínio. data incerta. Retirada de:
<https://www.facebook.com/GeoparkEstrela/>
119. Fotografia de Rui Gaiola no âmbito do V Concurso de Fotografia do Geoparque. data incerta. Retirada de:
<https://www.facebook.com/GeoparkEstrela/>

120. Fotografia da autora. 2018
121. Fotografia da autora. 2019
122. Autor desconhecido. Data incerta. Retirada de:
<https://www.jornaldofundao.pt/sociedade/ainda-ha-feridas-sarar-nas-penhas-da-saude/>
123. Fotografia da autora. 2019
124. Desenho da autora.
125. Fotografia da autora. 2019
126. Fotografia da autora. 2019
127. Fotografia da autora. 2019
128. Fotografia da autora. 2019
129. Fotografia da autora. 2019
130. Fotografia da autora. 2019
131. Desenho da autora. 2019
132. Desenho da autora. 2019
133. Desenho da autora. 2019
134. Fotografia da autora. 2019
135. Fotografia da autora. 2019
136. Fotografia da autora. 2019
137. Fotografia da autora.
138. Fotografia da autora. 2019
139. Desenho da autora. 2019

140. Fotografia da autora. 2019
141. Fotografia da autora. 2019
142. Fotografia da autora. 2019
143. Fotografia da autora. 2019
144. Fotografia da autora. 2019
145. Desenho da autora. 2019
146. Fotografia a partir do google *earth*
147. Autor desconhecido. Data incerta. Retirada de:
<http://crespocarvalho.blogspot.com/2008/01/vila-soeiro.html>
148. Autor desconhecido. Data incerta. Retirada de:
<https://www.booking.com/hotel/pt/quinta-do-moinho-turismo-de-natureza.pt-pt.html>
149. Autor desconhecido. Data incerta. Retirada de:
<https://www.osmeustrilhos.pt20161226o-magusto-da-velha-aldeia-vicosa>
150. Autor desconhecido. Data incerta. Retirada de:
<http://aquapolis.com.pt/praias-fluvial-de-aldeia-vicosa-guarda-aguas-limpidas-do-mondego/>
151. Desenho da autora.
152. Desenho da autora.
153. Desenho da autora.
154. Fotografia da autora. 2012
155. Fotografia da autora. 2012
156. Fotografia da autora. 2016
157. Fotografia da autora. 2014
158. Fotografia da autora. 2012

159. Fotografia da autora. 2017
160. Desenho da autora.
161. Fotografia da autora. 2019
162. Fotografia da autora. 2019
163. Fotografia da autora. 2019
164. Desenho da autora.
165. Fotografia da autora. 2015
166. Fotografia da autora. 2015
167. Fotografia da autora. 2015
168. Fotografia da autora. 2019
169. Fotografia da autora. 2019
170. Fotografia da autora. 2019
171. Fotografia da autora. 2019
172. Tabela da autora.
173. Desenho da autora.